



Uma questão de fidelidade ao voto

SE Eanes renunciar...

Formação de um partido é questão de 'timing'

«Tem sido sempre minha convicção — embora isso não queira dizer que seja a convicção do próprio Presidente — que a criação de um novo partido é de há muito, e apenas, uma questão de «timing». As condições existem, a capacidade de a concretizar pode vir a ser posta à prova. Oxalá não seja necessário» — disse esta manhã ao «DL» José Rabaça, destacado membro da CNARPE e amigo pessoal do general Ramalho Eanes, ao comentar as declarações do porta-voz da Presidência, Joaquim Letria, e que tanta celeuma levantaram na chamada «classe política».

José Rabaça, que se encontra a trabalhar calmamente em Matosinhos, começou por declarar ao «DL»:

«A distância e que me encontro de Lisboa os rumores que me chegam da reacção da classe política às declarações de Joaquim Letria não me surpreendem. Tive sempre a convicção de que o Presidente é melhor compreendido pelo homem comum do que pelos génios que são os profissionais da política. A atitude assumida só pode constituir surpresa para quem não veja no general Eanes um modelo de consciência democrática que tem sido e continua a ser.

Continua na pág. 5

— disse José Rabaça
(CNARPE) ao «DL»



Política de A a Z

Nuvens sobre Belém

«Não estamos perante um ultimatum. Estamos no conhecimento de um homem que, por indiscrição voluntária — é certo — da crise de consciência de um homem que se considera responsável perante os seus eleitores, para quem o que

declarou político a campanha eleitoral da sua reeleição constitui um compromisso político firme e que sempre perisou ver respeitados os compromissos e acordos que outros com ele estabeleceram.»

Pág. 3

*Circulação interrompida
durante mais de sete horas*

Grua “cortou” Linha de Sintra

A pá metálica do comboio-vagão que todos os dias limpa a via férrea entre o Rossio e Sintra, desembrasando-a das terras desabadas devido ao mau tempo, caiu esta madrugada sobre a linha, junto à Damaia, interrompendo a circulação nos dois sentidos durante sete horas. Sem qualquer movimento entre as 5 e as 6 horas, os comboios da Linha de Sintra voltariam a retomar a sua marcha àquela hora nos dois sentidos, mas com «terminais» forçados em Benfica e Amadora, por causa das obras de desobstrução da via, na Da-

maia, e da recuperação da catenária, que se prolongaram até ao princípio da tarde. A circulação na Linha de Sintra deveria normalizar-se pouco depois da hora do almoço, segundo afirmaram técnicos da CP ao nosso jornal. Uma vez mais a Carris, que até pouco depois do meio dia fez o transbordo dos passageiros entre aquelas duas estações (Amadora e Benfica) esteve longe de responder às suas necessidades, razão por que a maioria dos utentes da linha chegou bastante tarde aos seus empregos.

Pág. 20



António Patrício

*Moscovo protesta,
Lisboa rejeita*

Agravam-se relações Portugal-URSS

Portugal rejeitou um protesto da URSS sobre a não concessão de vistos a cidadãos soviéticos. «É um acto soberano sobre o qual não se dão explicações» é a resposta que o Governo português, através do seu embaixador em Moscovo, António Patrício, terá dado às autoridades da URSS. Anteriormente António Patrício fora convocado pelo ministro soviético dos Negócios Estrangeiros a fim de tomar conhecimento formal do protesto.

As autoridades de Moscovo alegaram que a recusa de vistos de entrada a cidadãos soviéticos violava a acta final de Helsinquia. Respondendo directamente o

Governo português afirma que «em matéria de liberdades e nomeadamente quanto ao cumprimento da acta final de Helsinquia, Portugal não tem lições a receber de ninguém e muito menos da URSS».

Em paralelo com a reacção governamental soviética, o órgão central do PCUS, «Pravda», acusa hoje as autoridades de Lisboa de «clamorosa violação da prática jurídica internacional» e de «acto sem precedentes nos nossos dias, retirado dos arsenais da guerra fria».

Uma e outra destas reacções marcam uma posição sem precedentes nas relações luso-

-soviéticas, sendo de destacar que perante anteriores medidas restritivas à entrada de cidadãos soviéticos, designadamente durante a vigência do Governo de Sá Carneiro, Moscovo optou pelo silêncio quer ao nível dos órgãos de Comunicação Social.

A delegação soviética a quem o Governo português recusou vistos, encabeçada pelo membro do secretariado do Comité Central do PCUS, Ivan Kapitonov, deveria chegar hoje a Lisboa para participar num comício de amizade PCP-PCUS previsto para depois de amanhã, dia 21.

Pág. 4

**Greve do “Metro”
começa amanhã**

Pág. 14

Serviço Exclusivo

Le Monde

Diário de Lisboa

Edgar Morin

4. Propostas para a investigação

Não vamos voltar a referir as grandes orientações fixadas para a investigação. É desejável que sejam definidas e reconhecidas orientações complementares que se seguem:

1) Que os caracteres institucionais (técnico-burocráticos) da ciência não abafem, mas enriqueçam os seus caracteres aventureiros;

2) Que os cientistas estejam aptos a auto-interrogarem-se, isto é, que a ciência esteja apta a auto-estudar-se;

3) Que sejam ajudados ou estimulados os processos que permitam a revolução científica em curso realizar a transformação das estruturas do pensamento.

A primeira orientação acima mencionada impõe-se e sempre foi reconhecida: historicamente, em França, a política da investigação actuou (quando a instituição pré-existente se mostrava demasiado pesada e quieta), em saltos institucionais em frente, criando novas instituições mais maleáveis e leves, que por sua vez se imobilizaram, etc. Assim, o C. N. R. S. foi criado para constituir uma estrutura mais adequada à investigação.

à administração e ao Estado, mas também em relação ao mandarinato.

O mandarinato constitui a elite oficialmente reconhecida dos cientistas e ocupa muitas vezes altos postos directivos da investigação. Os sindicatos defendem a «massa» dos investigadores e a sua promoção colectiva. O mandarinato tende a seleccionar indivíduos de elite; o sindicato tende a proteger tudo aquilo que não é elitismo mandarinal. Assim, os investigadores não dispõem de mais nenhuma instância para se exprimir como investigadores, o que significa que **o mandarinato e o sindicato tendem a ocultar e a reprimir ao mesmo tempo tudo o que a palavra investigação significa de exploração, interrogação, risco e aventura.**

Se o corpo dos investigadores é ao mesmo tempo expresso e laminado entre mandarinato e sindicato, torna-se capital que, na inesperada ocasião do grande colóquio, o investigador se exprime como pensador dos seus próprios problemas de cientista. Também é bom reflectir

discretas entre os grandes mandarins. Um tal sistema tanto favorecia o recrutamento de espíritos originais como o de seguidores. A preeminência dos grandes mandarins-sociólogos apagou-se durante os anos 60 em proveito dos eleitos sindicais, isto é, em proveito do recrutamento por consenso médio e promoções por antiguidade. O consenso médio prejudica, naturalmente, a antiga arbitrariedade, mas em proveito de um neofuncionismo que, evidentemente, desfavorece todos os desvios, e daí a originalidade e a singularidade.

Haverá um sistema ideal? Deve saber-se que em toda a problemática organizacional complexa, não existe, **a priori**, um **optimum** que possa definir-se ou programar-se. Deve saber-se que a reunião em comissão, de espíritos prestigiosos, todos eles originais e criativos nos seus respectivos domínios, mas todos animados de uma paixão ou obsessão diferente da dos outros, atinge a maior parte das vezes um consenso sobre um mínimo comum destituído de originalidade e de invenção. A opinião média significa menos democracia do que

Claro que não podemos contar somente com os falhados e as excepções na enorme máquina técnico-burocrática, para favorecer o inventivo.

De qualquer modo, se é certo que o aparecimento e o desenvolvimento de uma ideia nova necessitam de um campo intelectual aberto, onde se debatem e se combatem teorias e visões antagónicas do mundo; se é certo que qualquer inovação se manifesta como desvio e aparece por vezes como ameaça ou insanidade aos senhores das doutrinas e disciplinas estabelecidas, então, o desenvolvimento científico, no sentido em que o termo comporta necessariamente invenção e descoberta, necessita de duas condições vitais: 1) Manutenção e desenvolvimento do pluralismo teórico (ideológico, filosófico) em todas as instituições e comissões científicas; 2) protecção dos desvios. Necessidade de tolerar/ favorecer os desvios no seio dos programas e das instituições, apesar do risco que se corre de que o original seja simplesmente estovado/ e o espantoso, extravagante.

Mais ainda, a inovação deve

auto-estudar mostra que os cientistas querem auto-interrogar-se, o que significa que eles descobrem as contradições fundamentais nas quais desembocam as actividades científicas, modernas e principalmente os imperativos contraditórios a que se encontra submetido todo o cientista que confronta a sua ética do conhecimento com a sua ética cívica e humana.

A crise intelectual respeitante às ideias simples, abstractas, dogmáticas, a crise espiritual e moral de todos perante a sua responsabilidade, no seu próprio trabalho, são as condições **sine qua non** do progresso do conhecimento. A autoglorificação, felicitação, exaltação, abafam a tomada de consciência da ambivalência fundamental, isto é, da complexidade do problema da ciência, e são tão nocivos como as difamações e os vitupérios.

Não basta fazer apelo à crise para fazer apelo à reflexão. E também preciso encarar novas instâncias ou instituições que possam alimentar e favorecer a reflexão. Embora sem apresentar nenhum projecto prefabricado, gostaria de ver a inscrição

explicam-se porque nenhuma instância superior controla os altos poderes, isto é, os Estados-Nações.

O problema do controle da actividade científica tornou-se crucial. Ele supõe um controle dos cidadãos sobre o Estado que os controla e uma tomada de controle pelos cientistas, o que necessita da tomada de consciência de que já falei ao longo destes artigos. A tomada do controle intelectual das ciências pelos cientistas necessita de uma reforma da maneira de pensar. E certo que essa reforma depende de outras reformas e há uma interdependência geral dos problemas. Mas essa interdependência não poderia fazer esquecer essa reforma chave.

Tudo o cientista serve, pelo menos, dois deuses que, ao longo da ciência e até aos nossos dias, lhe pareceram absolutamente complementares. Devemos saber hoje que não são somente complementares mas também antagónicos. O primeiro deus é o da ética do conhecimento que exige da ética cívica e humana.

O limite para a ética do conhecimento era invisível **a priori**

política de A a Z

Nuvens sobre Belém

A «especulações jornalísticas» vieram a ter uma confirmação. Admitir como possibilidade que, aceitando como lhe cumpre as regras do jogo democrático e mantendo a confiança ao Governo que tem o suporte parlamentar de uma «maioria de deputados» que não corresponde a uma «maioria de eleitores», o Presidente da República, insatisfeito com uma eventual redução dos seus poderes, ou desgostoso com o desvirtuamento do mandato revolucionário de Abril, poderá vir a anunciar a sua resignação e os motivos que a determinam, é, na realidade, confirmar que a «crise política», a curto prazo, pode ter um carácter e um desenvolvimento cujas consequências são imprevisíveis.

Porque emanada do «porta-voz» da Presidência da República à «confirmação» deverá ser atribuída a importância e a gravidade que nos não consentem um comentário ligeiro, uma interpretação irreflectida, uma reacção polémica. O «porta-voz» no propósito de clarificar a situação, de explicitar frases que presumimos medidas, terá dado a entender que não se tratava de um «bluff» ou de uma «hipótese académica», e terá acentuado: «O Presidente da República não aceitará uma redução dos poderes que desvirtuem o compromisso que assumiu perante o eleitorado que o reelegeram em 7 de Dezembro de 1980».

Supomos ser imprudente dar a esta «hipótese» que, reconhecida como viável pelo «porta-voz» da Presidência da República, deverá ser recebida, e meditada, como uma solene advertência, o carácter de uma pressão sobre os deputados que, com renovados «poderes constituintes», procedem à «revisão constitucional» da Constituição. Não estamos perante um ultimatum. Estamos, no conhecimento, por indiscrição voluntária — é certo — da crise de consciência de um homem que se considera responsável perante os seus eleitores, para quem o que declarou durante a campanha eleitoral da sua reeleição constitui um compromisso político firme, e que sempre pensou ver respeitados os compromissos e acordos que outros com ele estabeleceram.

Será, igualmente, imprudente, a este aviso que foi pensado — que não é um capricho ou uma fuga do «porta-voz» — dar uma interpretação «cesarista». O candidato, apoiado na sua reeleição, por uma vasta e diversificada «frente» democrática e antifascista, na qual se incluíram eleitores «deslocados» do campo eleitoral da «Aliança Democrática», e que derrotou o general Soares Carneiro, suspeito de golpismo antidemocrático, e o «projecto Sá Carneiro», que visava um «restauracionismo autoritário», não apresenta o perfil político, moral e militar de um «Sidónio».

Dos democratas depende, nesta hora incerta, que o Presidente da República seja tido em conta como uma «hipótese política», e não como uma «esperança messiânica». Será — como, aliás, vem sendo — a irracionalidade do comportamento dos «políticos», que poderá reforçar a imagem do Presidente da República como o de alguém que não está comprometido no jogo à vista — e no jogo obscuro — da nossa inefável «classe política».

As intenções tornadas públicas que ao Presidente da República são atribuídas, e plausivelmente correspondem a uma decisão amadurecida, não devem dar origem a reacções de nervosismo, de precipitação política, de cándido legalismo. A situação é grave. Parece que é inútil dramatizá-la.

São «questões gravíssimas no que se refere à estabilidade política do regime e ao acordo pré-eleitoral celebrado pelo PS com o então candidato Ramalho Eanes» — reconhece o Partido Socialista no comunicado da sua «Comissão Permanente». E, seguidamente, enumera os pontos desse acordo. Mas, acrescenta uma apreciação inquietante das «declarações do porta-voz do Presidente da República», alinhando na apreciação, extremamente negativa, de que a serem confirmadas ao mais alto nível — pelo próprio Presidente — «traduzir-se-iam num procedimento profundamente desestabilizador da ordem constitucional democrática».

As interpretações dos meios da «Aliança Democrática» e governamentais vão neste sentido, também. Mas é, a todos os títulos, evidente que o Presidente da República não pretende «desestabilizar» nem a «situação política», nem a «ordem constitucional». Sentir-se-á na obrigação como responsável moral e político de uma campanha eleitoral que pelo seu conteúdo programático constitui «um compromisso» com o eleitorado, de se garantir, para a continuidade do exercício da alta função para a qual foi reeleito, à primeira volta, por significativa maioria, de que não verão diminuídos os seus «poderes constitucionais».

Nessa eventual «diminuição de poderes» — e a questão parece não ser pacífica mesmo entre os deputados socialistas — insere-se a questão das «chefias militares». E se é certo argumentar que a revisão não é — ou não deverá ser — conduzida numa perspectiva conjuntural, também é certo que o esvaziamento dos «poderes presidenciais» poderá ter como consequência um desequilíbrio funcional do sistema.

E quanto às «chefias militares» importará ter em conta que ao general Ramalho Eanes, como CEMGA e como Presidente da República, segundo critérios certamente discutíveis e susceptíveis de diferente apreciação, mas, no fundo, com resultados positivos, que — ao general Ramalho Eanes, dizíamos — se deve uma incontestável estabilização das Forças Armadas ao serviço da «ordem constitucional democrática». Não oferece dúvida, igualmente, que ao general Ramalho Eanes, como CEMGA e como Presidente da República, se deve uma constante defesa da superioridade do «Poder civil».

Talvez não seja de regatear — na revisão constitucional — à Instituição Militar uma independência, uma autonomia, que vem sendo reclamada, com muito menos legitimidade, pela Instituição Judicial. Não pretendem os militares ser «um poder de Estado», pretendem ser «uma instituição independente no Estado». Independência que seja garantia da isenção política institucional, que defenda as Forças Armadas, no seu conjunto, das intromissões partidárias ou partidárias.

O que está em discussão — ou que as discussões ignoram com o disfarce da especulação técnico-jurídica — não são só os «poderes presidenciais» é o «sistema político-constitucional» criado a partir de um facto: a Revolução de Abril.

ponto a ponto



● A Constituição será o tema central de uma série de colóquios a promover este mês e em Fevereiro, em Coimbra, pelo Instituto Justiça e Paz, em que intervêm Barbosa de Melo, Lurdes Pintasilgo, Sousa Franco e Jorge Miranda. Os colóquios, nos dias 26 de Janeiro e 2, 9 e 15 de Fevereiro, realizam-se nas instalações do Instituto Justiça e Paz.

● A deputada do PCP e membro do Comité Central do mesmo partido Alda Nogueira anunciou no Funchal a realização em Maio de uma conferência nacional sobre a mulher. Em declarações à ANOP, Alda Nogueira precisou que da conferência sairá a posição do PCP em relação a diversos problemas da mulher actual, nomeadamente aborto, família, trabalho e organização. Os delegados a eleger para a conferência por cada organização regional do PCP serão 50 por cento homens, disse Alda Nogueira, que acrescentou que esta medida se explica, «por o PCP entender que os assuntos são fundamentais ao homem e à mulher» e que «para que as decisões sejam obrigatórias para toda a organização».

● O novo embaixador de São Tomé em Portugal, Francisco Fortunato Pires, chegou ontem à noite a Lisboa. A vinda do diplomata põe termo a um período de cerca de dois anos durante o qual a representação de São Tomé foi assegurada pelo encarregado de Negócios, Manuel Fonseca Veloso.



● O chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Lemos Ferreira, deslocou-se ontem, em visita de trabalho, à Base Aérea N.º 2, na Ota. Desta visita constou um «briefing» na Escola de Formação de Instrutores durante o qual foram focados diversos aspectos do funcionamento do Centro de Instrução.

● Um seminário sobre gestão financeira vai realizar-se em Coimbra, nos meses de Fevereiro e Março. As sessões, que terão início no dia 13 de Fevereiro, efectuar-se-ão todos os sábados nas instalações da Academia Comercial Tecla, entidade que promove a iniciativa. O seminário será orientado por professores universitários e técnicos especializados e destina-se a gestores, bancários, contabilistas e economistas, entre outros.



● O tenente-coronel Vítor Alves, que efectuou uma visita de dois dias a Macau, partiu ontem para Hong Kong, onde estabelecerá contactos com a comunidade portuguesa daquela cidade, antes de seguir para o Japão, no âmbito dos preparativos para as comemorações do 10 de Junho.



● Mário Soares, Vítor Constâncio, Walter Rosa e Luís Monterroso participam juntos, domingo, em Leiria, no encerramento de um encontro de quadros do PS, anunciou ontem o partido. O encontro funcionará em grupos de trabalho divididos por seis: Agricultura e Pescas (Remy Freire e João Eliseu), Desenvolvimento Regional (Eduardo Pereira, João Cravinho e Leonel Fadigas), Educação (Almeida e Costa e Luís Monterroso), Juventude (Margarida Marques), Saúde (António Arnaut, Mário Mendes e Rui Silva) e Trabalho e Sindicalismo (Maldonado Gonet e Rui Vieira).



Para quando uma política científica e tecnológica nacional?

M. Sousa Carvalho *

No seu artigo 77.º a Constituição da República define como missão do Estado incentivar e proteger a criação e a investigação científica. Aponta, para além disso, como finalidades da política científica e tecnológica «o fomento da investigação fundamental e da investigação aplicada, com preferência pelos domínios que interessam ao desenvolvimento do País, tendo em vista a progressiva libertação de dependências externas no âmbito da cooperação e intercâmbio com todos os povos».

Deixando de lado a questão de saber se a inserção da referência à política científica e tecnológica no capítulo dedicado aos «direitos e deveres cívicos» é a mais adequada, importa reter o facto em si de o texto fundamental mencionar, expressamente, aquela política, o que é sintomático do papel hoje reconhecido à ciência e à tecnologia no desenvolvimento económico e social dos Estados, e, em última análise, na satisfação de necessidades e aspirações do Homem.

Com efeito, num país como o nosso, dado o estado de desenvolvimento económico e social e as carências do sistema científico e tecnológico — em termos humanos e financeiros, de falta de planeamento e de coordenação, de dispersão acentuada das instituições, de insuficiências de gestão — não faria sentido um debate como aquele a que se assiste em países industrializados e que opõe os defensores da liberdade de investigação e da autonomia dos centros de investigação a uma pretensa «ditadura burocrática e tecnocrática» da ciência.

Sem prejuízo da necessária autonomia do trabalho de investigação, é decisivo, no caso por-

tuguês, o papel do Estado como instrumento da articulação dos meios humanos, financeiros, institucionais e de Informação disponíveis, assim como da promoção das capacidades científicas e tecnológicas do País, da promoção de novas tecnologias e da redução da dependência tecnológica externa. Condição de uma aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos que seja adequada aos fins de desenvolvimento económico e social é, porém, a existência de mecanismos efectivos de previsão, de regulamentação e de planeamento que permitam a orientação das actividades de investigação científica e tecnológica.

Também a questão do tipo de sociedade e de relações sociais a que se aspira não é indiferente para uma produção e utilização socialmente benéficas da ciência e da tecnologia. Se, numa sociedade assente, fundamentalmente, numa economia de mercado, a ciência e a tecnologia tenderão a funcionar como serventes da concorrência, não se atendo, normalmente, às implicações sociais das aplicações científicas e tecnológicas a não ser na medida dos interesses comerciais das empresas que decidam promovê-las, já numa sociedade como a portuguesa, que, se bem que respeitando a iniciativa privada, se pretende participativa e socializante, importa fazer acompanhar o processo de decisão política sobre as opções científicas e tecnológicas, de um diálogo com os sectores directamente interessados e mesmo de uma discussão pública sobre estas questões.

Contrariando a pretensa passividade da Administração Pú-

blica — argumento com o qual os ministros procuram, frequentemente, justificar as insuficiências da governação — a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) considerou que a inexistência de um plano económico e social não deveria continuar a obstar a que se definissem, desde já, áreas prioritárias de actuação no domínio da investigação e do desenvolvimento experimental.

Dadas as limitações de meios existentes em Portugal, torna-se de facto imperioso identificar áreas para onde o esforço de investigação deverá ser prioritariamente dirigido. Tal necessidade faz-se, particularmente, sentir na perspectiva da adesão de Portugal às Comunidades Europeias, e da consequente intensificação da concorrência entre empresas.

A manter-se o status quo, poderia até vir a ser afectada a capacidade de Portugal assegurar a cooperação científica e tecnológica desejável com os países de expressão portuguesa ou a perder-se posições adquiridas em sectores em que o País tem uma tradição de competitividade a nível internacional.

Pode ter-se por um primeiro passo para a definição de bases de uma política científica e tecnológica para Portugal o estudo promovido pela JNICT em 1981 sobre a pertinência das actividades de investigação e desenvolvimento, estudo esse que assentou num diálogo directo entre «consumidores» de tecnologia (os departamentos ministeriais responsáveis pela realização

dos objectivos de desenvolvimento, empresários, gestores, representantes do sector produtivo estatal e privado) e os seus «produtores».

As conclusões deste estudo foram recentemente discutidas nas instalações da Gulbenkian, tendo resultado, de certo modo, a atribuição à JNICT de um mandato para prosseguir, em contacto com os sectores interessados, o diálogo iniciado, de modo a traduzir em termos mais detalhados, a natureza das actividades de investigação que deverão desenvolver-se com o suporte das entidades públicas responsáveis pela sua coordenação e dinamização.

Por estranho que pareça, é poucos dias decorridos sobre a realização do referido encontro da Gulbenkian, e, portanto, numa altura em que acabam de ser dados os primeiros passos significativos no sentido de um apuramento de prioridades para a ciência e a tecnologia em Portugal, que a RDP 1, num dos seus noticiários, informa que o Conselho de Ministros desse dia tinha aprovado um diploma que reestruturaria a JNICT, abolindo o seu Conselho Geral e criando um «Conselho Nacional» presidido pelo Ministro da Cultura. Difícilmente se compreende esta decisão, que privaria aquele organismo, não só das suas autonomias, financeira e administrativa, como do seu órgão deliberativo máximo. A confirmar-se, esta deliberação traduzir-se-ia num passo atrás no caminho que falta percorrer para que a ciência

Continua na pag. 4

Política científica

Continuação da pag. 3

e a tecnologia possam funcionar, no País, como verdadeiros instrumentos de progresso. Por outro lado, o programa de subsídios à investigação, sob a forma de contratos e outros, que a JNICT tem promovido nos últimos anos, seria bloqueado por falta de instrumentos legais, que a instituição possui desde 1967, e de que ao fim de quinze anos, e outros tantos governos, se veria privada.

Poderia comentar-se, encolhendo os ombros: um passo

adiante, um passo atrás! Tal atitude, a reflectir passividade, não constituiria, porém, a resposta que mereceria uma decisão que visará, possivelmente, instalar no topo da hierarquia administrativa — portanto, acima dos legítimos responsáveis pelos departamentos técnicos — «militantes partidários»... a coberto da aparência de neutralidade política que lhes confere a titularidade de cargos do tipo comissarial, ao nível de um novo «Conselho Nacional»...

Investigador científico

SELF-SERVICE

VIA SOL

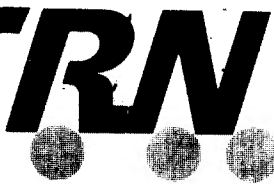
Terminal do Rossio

AGORA TAMBÉM COM A MELHOR COMIDA ITALIANA

Pizza-Lasagna-Canelloni-Ravioli



Aberto de 2.ª a 6.ª das 7.30 às 22.30 e ao sábado até às 15.30 h.



TORRES NOVAS — CEP 04

Serviço Expresso «D. Leonor»

HORÁRIO

09.30		17.20
10.00	Caldas da Rainha	16.50
10.20	Alcobaça	16.30
10.33 C	Batalha	P 16.17
10.35 P	Leiria	C 16.15
11.05		15.45
11.40	Pombal	15.10
	Coimbra	



PARA MAIS INFORMAÇÕES, CONSULTE AS AGÊNCIAS E FILIAIS RN.

Assembleia Municipal de Alcácer do Sal

MOÇÃO

PELA PAZ E DESARMAMENTO EM PORTUGAL

Pesam cada vez mais sobre a Humanidade os perigos duma guerra, com a utilização de novas armas que, a serem utilizadas destruiriam praticamente a vida na Terra.

Tendo em conta as ameaças que existem de instalações de armamento nuclear em Portugal, decorrente duma política externa de servidão perante o imperialismo, a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em 9 de Janeiro de 1982 decide:

— Manifestar a sua oposição à instalação de armas nucleares em Portugal;

— Manifestar a sua adesão à Marcha da Paz, a realizada em Lisboa no dia 16 de Janeiro.

Esta Moção foi aprovada por unanimidade

Eanes recebe corpo diplomático

Promover nova ordem mundial para dignificar o Homem

«Trata-se de uma obrigação para o conjunto dos povos o dever de contribuir para o estabelecimento de uma nova ordem política, social e económica, que permita a todos os países e a todos os homens o acesso ao progresso e uma vida mais conforme com os ideais de Liberdade, de Justiça e de Dignidade pelos quais nos pautamos» — declarou esta manhã, no Palácio de Queluz, o Presidente da República, durante a cerimónia de cumprimentos de Ano

Novo, que o corpo diplomático lhe apresentava.

E o Presidente da República acrescentaria a dado passo: «Aqui deixo também os meus votos para que no curso do ano agora iniciado possamos assistir à expressão das liberdades na Polónia, de acordo com o espírito e o conteúdo bem claro da Acta de Helsínquia».

Ainda no campo das relações internacionais, o general Ramalho Eanes acentuou a

necessidade de se «insistir na primazia do diálogo e da negociação, como única forma de se encontrarem soluções para os problemas que afectam a Humanidade e as relações entre Estados».

Núncio Apostólico

«As leis da Paz são as próprias leis da civilização» defendeu esta manhã, no Palácio de Queluz, o Nuncio Apostólico de Lisboa que, na sua

qualidade de decano do corpo diplomático, apresentava cumprimentos de Ano Novo ao Presidente da República.

Sante Portalupi focou ainda «o sentimento agudo e difuso de inquietação perante a persistência de conflitos armados e, de uma maneira geral, em virtude da escalada de violência sob todas as formas — violência que nem sequer poupou as pessoas de vários chefes de Estado e a de Sua Santidade João Paulo II».

URSS reage à recusa de vistos

“Acto sem precedentes, clamorosa violação...”

O órgão central do PCUS «Pravda» acusa hoje o Governo Português de «clamorosa violação da prática jurídica internacional» por o executivo de Lisboa ter recusado vistos de entrada a uma delegação soviética.

É a primeira vez que as autoridades soviéticas reagem com tanto vigor a medidas do Governo Português.

A nota, publicada com certo destaque na página internacional do «Pravda», caracteriza a decisão do governo de Pinto Balsemão como «um acto sem precedentes nos nossos dias, retirado dos arsenais da guerra fria».

Acrescenta que «um tal gesto está em contradição com os acordos de Helsínquia e contradiz a própria Constituição da República Portuguesa que consa-

gra o princípio de desenvolvimento das relações entre os estados independentemente dos seus sistemas sociais e políticos».

Após considerar que «a negação dos vistos se insere na campanha de aumento da tensão internacional conduzida agora pelos Estados Unidos e os seus aliados da NATO em relação com acontecimentos com a Polónia», o «Pravda» escreve que «O Governo português vai, no entanto, mais longe do que os seus parceiros do bloco».

Salienta, a terminar, que «este papel de pioneiro do antidesenvolvimento na Europa não só não parece corresponder aos interesses a longo prazo da política externa do estado português como encerra ainda o perigo de regresso a um isolamento, que

tantos esforços levou a liquidar no Portugal de após-Abril».

Lisboa congelou há dois anos a execução do acordo cultural entre Portugal e a União Soviética na sequência da intervenção militar da URSS no Afeganistão e a partir daí iniciou uma política selectiva na concessão de vistos a cidadãos de origem soviética.

A Embaixada portuguesa em Moscovo refere, no entanto, que as recusas «são a excepção e não a regra».

A nota do «Pravda» surge ainda na sequência das declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros segundo as quais Lisboa estaria a encerrar a adopção de medidas restritivas aos diplomatas soviéticos na capital portuguesa semelhantes às que vigoram já há muito na URSS para a generalidade dos diplo-

matas ocidentais.

Meios oficiais soviéticos referiram entretanto à Anop que a adopção dessas medidas não poderia ser considerada um gesto inamistoso, o mesmo já não acontecendo à redução do pessoal diplomático, uma vez que — acentuaram as mesmas fontes — «a URSS não coloca restrições ao número de diplomatas ocidentais acreditados em Moscovo».

Moscovo tem em Lisboa 21 diplomatas, enquanto Portugal tem na capital soviética apenas três.

A delegação do PCUS deveria ter chegado hoje a Lisboa e o «comício de amizade PCP-PCUS estava previsto para o dia 21, no Porto».

Carlos Fino, ANOP/«DL»

em duas palavras

Revisão constitucional

A subcomissão de Redacção da Comissão Parlamentar de Revisão Constitucional reuniu-se ontem pela segunda vez para preparar o texto referente aos artigos 36.º a 43.º da Constituição.

Casamento, filiação, direito da antena e «mass media» do Estado são as matérias contempladas nos referidos artigos.

A subcomissão de Redacção prossegue hoje o seu trabalho e o plenário da comissão só se reunirá de futuro às quartas-feiras — disse Almeida Santos (PS).

Mário Aguiar ataca PSD-Madeira

O deputado comunista na Assembleia Regional da Madeira, Mário Aguiar, disse ontem que «na prática, o PSD — Madeira não quer reforçar a autonomia».

Mário de Aguiar, que falava numa conferência de Imprensa, afirmou que a proposta do PCP na comissão eventual para emissão de parecer sobre a revisão constitucional quanto às regiões autónomas foi recusada pelo PSD e PS por estes partidos a terem considerado «demasiado ampla».

Adiantou, que uma «outra redacção feita pelo PSD e resultante de uma junção da proposta do PC e da AD foi aprovada por unanimidade».

O Partido Comunista Português propôs que «nos termos da lei o órgão de controlo da constitucionalidade apreciasse e declarasse com força obrigatória a desconformidade de qualquer acto normativo dos órgãos da República com o estatuto regional, podendo ser também manifestada nos mesmos termos e pela mesma jurisdicção a divergência dos diplomas regionais com o mesmo estatuto e com as leis gerais da República».

Socialistas açorianos contra AD

Os socialistas açorianos afirmaram que o projecto de revisão constitucional da antiga FRS e, em relação às regiões autónomas, é mais «generoso e equilibrado» do que o da AD.

Num comunicado emitido em Ponta Delgada, a Federação das ilhas de S. Miguel e Santa Maria do PS acusa a AD de, neste processo, pretender «restringir» os preceitos constitucionais relativos a autonomia.

Os quatro deputados do PSD pelo círculo dos Açores à Assembleia da República responsabilizaram sábado, em Ponta Delgada, o PS pela não inclusão da nova Constituição das propostas defendidas pelas regiões autónomas.

A este propósito, o comunicado do PS afirma ser da responsabilidade da AD as restrições introduzidas aos «preceitos constitucionais relativos a autonomia».

Partido dos Agricultores Portugueses

A comissão instaladora de um partido dos agricultores portugueses vai promover dia 28 de Fevereiro no Porto uma reunião alargada de simpatizantes.

A reunião destina-se a aprofundar e debater o projecto do partido.

Entretanto, a comissão fez, domingo, na Figueira da Foz, um balanço dos contactos que efectuou e das opiniões recolhidas.

Na reunião foi analisada a situação da lavoura e reconhecido que «nos últimos meses não houve alteração significativa na política para a agricultura».

Um comunicado, dando conta dessa análise, critica tal política e propõe soluções idênticas às que têm vindo a ser preconizadas pela Confederação Nacional da Agricultura.

«Necessitamos de crédito, necessitamos de capital para investir, necessitamos de apoio, necessitamos de incentivos, necessitamos de medidas de emergência perante as fatalidades que nos atingem e atingiram o país» — lê-se no comunicado.

Plenário da DORP do PCP

«Intensificar a luta de massas pela demissão do Governo, pela dissolução da AR, pela nomeação de um Governo isento e pela realização de eleições antecipadas para a AR», é uma das decisões da reunião plenária da DORP do PCP, efectuada ontem, no Centro de Trabalho da Boavista. Aquela organização apela, ainda «a todos os democratas, designadamente aos socialistas, para o esforço comum ou convergente com vista à concretização dessa alternativa democrática à continuação da política do actual Governo». Durante a reunião, a primeira do corrente ano, foi analisada a situação política nacional e regional e considerados problemas que se prendem com o desenvolvimento da luta e com o reforço da organização do partido.

Reacções dos partidos à "renúncia" de Eanes

PS, PSD, UEDS, ou CDS: "intolerável pressão"

PCP: só com eleições legislativas...

«De intolerável pressão» (opinião de partidos da AD e também da UEDS e PS) até a uma posição prudente e de expectativa do PCP, assim se podem resumir as reacções dos diferentes partidos às declarações do porta-voz do Presidente da República, Joaquim Leiria, ontem ao nosso jornal.

Os sociais-democratas, reunidos em Comissão Política, classificavam o «anúncio de uma possível renúncia do Presidente da República face a uma hipotética diminuição dos poderes presidenciais» como uma «ilegítima pressão antidemocrática sobre os deputados».

«Se o porta-voz da Presidência da República invoca os termos da eleição presidencial como argumento limitativo da liberdade dos deputados com poderes de revisão constitucional, é porque se sobrepõe o resultado das eleições presidenciais ao resultado das eleições legislativas» — diz o PSD.

«Haveria, neste aspecto, uma identificação com a opinião que o Partido Comunista Português defende desde as eleições presidenciais e que nenhum partido democrático adoptou alguma vez», prossegue.

A nota refere que os sociais-democratas e os outros partidos da AD pretendem «manter, na essência, o perfil vigente do regime semipresidencial», num «equilíbrio global de poderes entre o Presidente da República, a Assembleia da República e o Governo».

«O que o PSD não aceita, e desde já denuncia, é que se pretenda desenvolver um processo de concentração de poderes, à revelia da vontade parlamentar, instaurando-se de facto um regime presidencialista, que não foi e não é objecto da vontade popular e de consenso parlamentar».

Idêntica posição assume o Partido Socialista, no comunicado da Comissão Permanente, ao sublinhar que «não aceita pressões que visem retirar à As-

sembleia da República os seus poderes ou, sequer, condicionar o livre exercício desses poderes». No texto do PS, transcreve-se o acordo entre PS e Presidente da República, que levou à candidatura e eleição do general Ramalho Eanes. Nesse acordo, faz-se expressamente referência ao «compromisso político do PS de não propor, no seu projecto de revisão constitucional, a diminuição do conteúdo semipresidencialista actualmente previsto na Constituição, reconhecendo-se, contudo, a necessidade de proceder a uma redistribuição equilibrada dos poderes que estão atribuídos ao Conselho da Revolução logo que este desapareça da arquitectura constitucional».

«Intolerável pressão» para a UEDS e «intolerável chantagem» para o PPM são mais duas reacções de partidos com assento na Assembleia da República. Qualquer deles não apoiou a candidatura do Presidente da República. O PPM, como partido da coligação da AD, refugiou-se

na sua qualidade de «monárquico» para não tomar posição sobre as presidenciais (particularmente fugindo ao apoio do candidato da AD, Soares Carneiro). Quanto à UEDS, foi o único partido da Frente Republicana e Socialista que não apoiou Ramalho Eanes.

Finalmente, o CDS, através de Ribeiro e Castro, considera as «declarações do porta-voz de Belém como um condicionamento da liberdade e da autonomia da Assembleia da República em matéria de revisão constitucional».

Quer o PSD quer o CDS sublinham a «identidade» de posições entre o PCP e o Presidente da República em matéria de revisão constitucional. «Não pode deixar de passar despercebido — diz Ribeiro e Castro — que as declarações representam uma colagem e um ensaio de cobertura oficiosa à estratégia e orientação que o PCP vem desenvolvendo contra a revisão constitucional».

Os socialistas limitam-se, de-

pois do enunciado do acordo entre PS e Presidente, a considerar as declarações de Joaquim Leiria como «um comportamento profundamente desestabilizador da ordem constitucional democrática» até porque «tal assunto nunca foi abordado pelo Presidente em nenhum dos contactos que oficial ou particularmente manteve com os órgãos representativos do PS nem em qualquer das suas intervenções públicas».

PCP: só legislativas

Prudente é a posição do Partido Comunista em toda esta polémica ontem criada com as declarações do porta-voz do Presidente da República, Joaquim Leiria ao «Diário de Lisboa». Os comunistas reafirmam a defesa da manutenção dos poderes presidenciais na Constituição e a dissolução do Parlamento seguida de eleições legislativas.

«O PCP — lê-se na nota da SIP — tem repetidas vezes alertado para que, com tal esvaziamento de poderes do Presidente da República, um dos objectivos das forças reacção, no quadro do referido golpe de Estado, é criar uma situação susceptível de conduzir à renúncia do general Ramalho Eanes». Para o PCP «com novas eleições legislativas, a AD seria derrotada e seria restabelecida na Assembleia da República uma maioria democrática correspondente à opinião popular, abrindo-se um novo curso na vida política portuguesa (...)».

Por último, o MDP/CDE considera que está em causa a estabilidade do regime democrático «assente no equilíbrio de poderes dos órgãos de soberania, o qual é seriamente posto em causa pela retirada de poderes civis e militares ao Presidente da República». O MDP/CDE conclui: se o general Ramalho Eanes for «eleito com esses poderes» não «é legítimo reduzi-los durante o seu mandato».

No processo de revisão constitucional

Partidos combatem projectos de poder pessoal

Se o general Ramalho Eanes resolvesse renunciar às suas funções, na sequência da restrição dos poderes presidenciais eventualmente operada pela Assembleia da República no uso dos seus poderes constituintes, a situação jurídica-constitucional seria relativamente simples, uma vez que essa conjuntura está prevista e tratada na actual Lei Fundamental.

Do mesmo modo se a renúncia se viesse operar, tal como prevê o cenário descrito pelo porta-voz da Presidência, depois da promulgação da lei de revisão (que o Presidente não

pode recusar) uma nova regulamentação estaria então em vigor a enquadrar esta situação.

A renúncia seria, tal como actualmente, dirigida à Assembleia da República (mas já não ao Conselho da Revolução), mas a partir de então o Presidente, durante o quinquénio seguinte, não se poderia recandidatar a estas funções. Por outro lado, nunca poderia renunciar estando dissolvida a Assembleia da República, nem novas eleições presidenciais se poderiam realizar nos nove dias seguintes à eleição do Parlamento.

Registou-se na Comissão

de Revisão Constitucional alguma unanimidade na discussão destas alterações, com o principal objectivo de impedir, por parte de qualquer presidente da República a presença sobre os eleitores na escolha de novo Parlamento, e ainda, a impossibilidade de desenvolvimento de projectos de poder pessoal.

Inerentemente assumiria o cargo de Presidente, em princípio, o Presidente da Assembleia da República em exercício.

Constituição actual

Na actual Constituição o

esquema é o seguinte: as eleições presidenciais, depois da renúncia dirigida ao Conselho da Revolução e à Assembleia da República, têm de realizar-se num prazo de sessenta dias, tomando o novo Presidente posse oito dias depois da publicação dos resultados eleitorais.

A substituição interina do Presidente é feita também pelo presidente da Assembleia, se esta se encontrar em funcionamento, ou então pelo membro do Conselho da Revolução que este órgão nomear para o efeito.

O pouco que se sabe do que se passa nas reuniões da Comissão

Como vai a revisão constitucional? Que se passa nos bastidores de S. Bento? Que discutem os deputados da Comissão Parlamentar aos quais os trabalhos de revisão estão atribuídos? De vez em quando o porta-voz da comissão fala aos jornalistas e faz o ponto da situação. É uma formalidade que não desce muito a pormenores. A comunicação social vai sabendo mais alguma coisa. Não muito porém, e em boa verdade não mais do que quanto consta do que os serviços da Assembleia da República e a Imprensa Nacional vão publicando. Mas este material é relativamente caro, e a generalidade das pessoas não lhe terão acesso.

Os serviços da AR e a IN distribuíram até hoje 677 páginas, com um total de 700 mil palavras, sobre os trabalhos da comissão para a revisão constitucional.

Das 677 páginas já impressas dizem respeito a 25 reuniões da comissão e 25 relatórios da subcomissão. A comissão é presidida pelo monárquico Borges de Carvalho, e dela fazem parte 36 deputados, sendo 12 do PSD, oito do PS, seis do CDS, cinco do PCP, um do PPM, um da ASDI, um do MDP/CDE, e um da UDP (o único aliás, que esta formação tem nos assentos do hemiciclo). A primeira reunião da comissão remonta a 23 de Julho: nesse dia foi conferida posse aos seus membros e eleita a mesa.

A comissão compete, entre outras coisas, a sistematização dos quatro projectos de alteração oportunamente apresentados (AD, FRS, PCP, e MDP/CDE), com vista à sua discussão e votação no plenário, apreciá-los e finalmente, reunir num único decreto de revisão as alterações aprovadas e a inserir nos lugares próprios da Constituição, mediante as substituições, as supressões e os adiamentos necessários.

As reuniões não são públicas, embora deliberação em contrário. No final de cada uma é elaborado um comunicado à Imprensa, com relato sucinto dos trabalhos. Isto em princípio. Na prática, o princípio nem sempre se cumpre.

Os 36 membros da comissão não podem invocar publicamente as opiniões dos outros membros expressas na comissão,

ou de propostas aí feitas, salvo na medida em que constarem das actas aprovadas ou dos relatórios.

A subcomissão, por sua vez, procede ao «confronto analítico das alterações constantes nos projectos, para captar as semelhanças e as diferenças entre elas e em face do texto actual da Constituição, para indagar dos motivos que as justificam e discernir diferentes graus de viabilidade e de complexidade das alterações». Tem ainda como missão apontar as alterações que pareçam reunir condições para eventual aprovação — por consenso ou pela maioria constitucionalmente exigida, de dois terços — e, se possível ou conveniente, formular primeiros textos de síntese de compromisso ou de melhoria e apontar as alterações propostas ou os problemas suscitados que pareçam requerer estudo aprofundado em grupo de trabalho ou subcomissão especializada.

Os documentos já distribuídos traduzem a discussão de 139 dos 312 artigos da Constituição, enquanto os 23 relatórios da subcomissão abrangem 276 artigos. Na prática, os trabalhos já vão um pouco mais adiantados.

A publicação das actas completas das reuniões da comissão, à semelhança do que sucede com os trabalhos do plenário, foi defendida por vários deputados. Vital Moreira, por exemplo, falava então da «enorme importância de haver actas desenvolvidas pelo facto de tal ser de grande relevância para a interpretação dos trabalhos da comissão no presente e no futuro». Vitor Constâncio pronunciou-se no mesmo sentido, «como forma de perpetuar o trabalho da comissão e servir como elemento de interpretação futura». Sousa Tavares e Jorge Miranda aprovaram também a solução alegando que a comissão «aborda matrizes de todo o direito português».

Mas a tecnologia da gravação não é ainda das mais perfeitas, e — a nota o jornalista Luís Pinheiro —, ao percorrer-se as 677 páginas publicadas, é frequente ler-se, em itálico, entre as intervenções, «voz inaudível na gravação», «vozes não identificadas nem audíveis na gravação», «orador não identificado», «uma voz não identificada», «não ficou gravada a resposta», e expressões similares.

Formação de novo partido

Continuação da pág. 1

É óbvio que poucos neste País serão capazes de renunciar às posições de Estado por fidelidade aos princípios. Felizmente tal acontece com o Presidente da República que temos».

João Botequilha, outro destacado membro da CNARPE — foi o coordenador-geral da campanha do actual Presidente da República — também não se mostrou surpreendido com as declarações de Joaquim Leiria.

Apesar de não ter acompanhado com pormenor os últimos «acontecimentos políticos» (encontra-se retido em casa, depois de uma operação a um ouvido), o eng. Botequilha leu as afirmações do porta-voz da Presidência e ouviu as reacções dos políticos. Comentou a propósito:

«O que Joaquim Leiria disse ao «DL» traduz, indiscutivelmente, uma ideia que é do meu conhecimento há muito. O Presidente da República sempre afirmou que cumpriria o seu compromisso com o eleitorado, e se lhe retirarem as condições indispensáveis para o fazer que ninguém se deve admirar que ele não aceite de braços cruzados

essa situação. Mas se resignar, por exemplo, fá-lo-á pensando no País. O espírito de missão — que certamente ninguém lhe nega — dá-lhe uma superioridade moral e ética sobre a restante gente política da nossa cena. Se ele resignar, repito, é porque pensa que é a melhor solução para o País e não o fará por uma questão de carreira pessoal.»

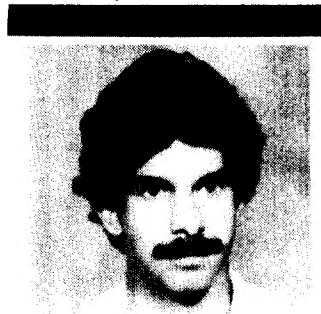
E quanto à possibilidade de criação de um novo partido?

«Quanto a essa hipótese: como sabe, isso tem sido sistematicamente negado pelas pessoas supostamente ligadas a essa iniciativa.

Lembro o que há tempos disse José Rabaça e foi tão mal entendido: a CNARPE apareceu como uma disponibilidade de espírito. Ora, esse espírito continua disponível para toda e qualquer solução que o futuro venha a exigir».

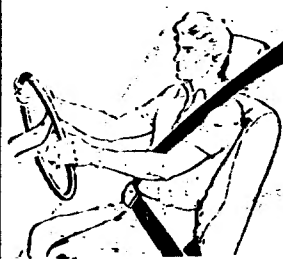
Sem excluir, obviamente, a criação do tal partido...

«Direi apenas que a ideia do partido não está (por enquanto) no horizonte. Mas quando se trata de estudar e encarar o futuro do País nenhuma hipótese deve ser excluída à partida».



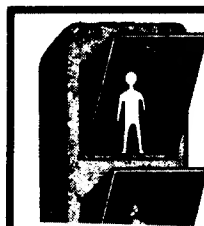
João Manuel Santos Gromicho

Mulher, Filho, Pais e demais Família recordam-te com saudade na passagem do 6.º mês da tua morte.



DIRECÇÃO-GERAL

DE VIAÇÃO



NAS PASSADEIRAS

Os peões e os condutores têm de respeitar a sinalização luminosa

Fernão Mendes Pinto vai ter uma estátua em Almada

Finalmente, Fernão Mendes Pinto, vai ter uma estátua em Almada, possivelmente na zona do Pragal, onde o autor da «Peregrinação» morreu, depois de ali ter vivido os últimos 20 anos e escrito um dos livros mais fascinantes da literatura portuguesa.

Obra editada em 1614, trinta anos depois da sua morte, e traduzida nesse século nas principais línguas europeias. A iniciativa parte da Câmara Municipal de Almada e integra-se nas comemorações do 4.º centenário da morte de Fernão Mendes Pinto, a realizar no próximo ano.

Um documento existente nos arquivos da Misericórdia de Almada diz textualmente: «Fernão Mendes Pinto. Finou-se em 8 de Julho de 1583 no Pragal, termo da Vila, em casa sua, foi sepultado na Igreja de S. Tiago, Almada, na capela devotada a N.ª S.ª da Conceição, muito perto do altar. O corpo foi amortalhado com o hábito S. Francisco e teve missa quando desceu à sepultura. Deixou legado à capela para cuidar da sepultura e missa

no dia aniversário e morte. O filho ordenou cumprimento vontade do pai e deseja ter sepultura na mesma capela».

A estátua de Fernão Mendes Pinto, da autoria de António Duarte, tinha sido encomendada a aquele conhecido escultor em Junho de 1973, aquando da elevação de Almada a cidade, pela Câmara Municipal, presidida então pelo dr. Serafim Silveira Júnior. Mas, após o 25 de Abril, por iniciativa da Comissão Administrativa da CMA, fora suspensa a sua execução. Presentemente, o actual executivo camarário, de maioria APU, retomou a encomenda, prevendo-se que a sua fundição se efectue ainda este ano.

Recorde-se, a propósito, que na reunião da CMA de 26/6-1973 foi afirmado que a Câmara Municipal de Lisboa ia oferecer à jovem cidade de Almada uma estátua de Fernão Mendes Pinto. Atendendo ter sido a autarquia almadense quem pagou ao escultor a referida obra, tudo leva a crer que a promessa nunca foi cumprida.

Como Vila de Rei decidiu onde ficará o seu novo cemitério

A localização do futuro cemitério de Vila de Rei, vila e sede de concelho na zona do pinhal, na parte Sul da Beira Baixa, divide a população.

A construção do cemitério (e o local em que ficará) foi, em 8 de Dezembro último, objecto de um referendo municipal. Mas nem por isso a questão foi ultrapassada. Há quem acuse os responsáveis pelo referendo de terem cometido irregularidades e viciado o processo, para além da inconstitucionalidade que constitui a sua prática, por não estar regulamentada.

Fica por saber se a gravidade dos processos que viciaram o próprio referendo não ultrapassará a sua inconstitucionalidade, a avaliar por um documento que nos foi remetido, com diversas assinaturas (entre outras as de António Joaquim Catarino e Joaquim de Moura Viana), onde, face a uma série de anomalias ali referidas, se exige a impugnação dos resultados da votação.

Entre outras ilegalidades, o documento, que recolheu pelo menos 21 assinaturas (mais duas ao acaso: Carlos Manuel Garcia e Abílio Martins), enumerava que no dia 8 de Dezembro (dia do referendo) os boletins entrados numa urna nos paços do concelho foram feitos pela Câmara, entregues por mão própria (nem sempre pessoalmente) e aos funcionários da CM em carta aberta (pelo próprio presidente).

Mas o rol de irregularidades não se fica por aqui. Com efeito, muitos dos boletins foram entregues na véspera da votação (não dando tempo para reflectir ou ser esclarecido e esclarecer), povoações há em que foram distribuídos no dia 5 à noite, o seu preenchimento feito contra tudo o que se encontra legislado, não foram afixados editais dentro do prazo previsto e exigido.

Por outro lado, em nenhum documento do acto de votação aparece o número de inscitos

A propósito do artigo que publicámos na nossa edição de sexta-feira última, sob o título «Processo Guerra Madaleno Envergonha Magistratura Portuguesa», recebemos, com o pedido de publicação, do dr. José António Pereira da Silva, a carta que passamos a transcrever na íntegra: «Ao ter tomado conhecimento que o «Diário de Lisboa», na sua edição de 15 de Janeiro publicara uma «entrevista» com a minha pessoa e com o sócio-gerente da minha constituição, António Guerra Madaleno, Lda., queixosa no processo-crime, no âmbito do qual foram presos, sem admissão de caução, Reinaldo Guerra Madaleno e Rui Hélder Bernardo Moreira, não pude, desde logo, de deixar de sentir alguma admiração, já que, e em meu entender, me limitara a prestar informalmente alguns esclarecimentos ao vjornal, quando, para o efeito, e no passado dia 13 de Janeiro, se deslocou ao meu escritório o sr. Manuel Geraldo, jornalista dessa Redacção.

«O que aconteceu, na verdade, é que nessa oportunidade, eu pude informar o sr. jornalista sobre o teor das acusações deduzidas contra os referidos réus, bem como sobre alguns aspectos da instrução do processo que, por indiciarem a prática de actos jurídicos e processualmente aberrantes por parte do sr. juiz de Instrução do processo, sr. dr. Santos Luz, me obrigaram a participar disciplinarmente desse senhor magistrado junto do Conselho Superior da Magistratura.

Não tendo entendido tal troca de impressões como uma entrevista — essa conversa não foi gravada, nem tão-pouco, reduzida a escrito —, quer eu quer o meu constituinte, não quisemos deixar de expressar, desde logo, que não gostaríamos de ver qualquer fotografia das nossas pessoas publicada no vjornal, quer porque nisso não tínhamos nem viamos qualquer interesse, quer porque tal publicação poderia suscitar especulações, a que não gostaríamos de ficar sujeitos.»

«Ao tomar conhecimento do teor de tal artigo, que, diga-se, nem formalmente reveste o aspecto de uma entrevista, não obstante ser esse o cabeçalho do mesmo, a admiração cedeu ao seu lugar a uma enorme preocu-

pação, que gerou a necessidade do envio desta carta, cuja publicação, e para um completo esclarecimento da situação, solicito, respeitosamente, a V.Ex.ª»

Com efeito, nesse artigo referem-se factos relativos ao processo e à instrução do mesmo que, por tão inverídicos e erróneos, nunca poderiam ter sido relatados por mim, como poderia ser levado a supor qualquer leitor do artigo em questão.

«Mas, como se isto não bastasse, e já seria suficientemente grave, em tal artigo são-me imputadas afirmações que, para além de eu nunca ter produzido, seriam absurdas e absolutamente descabidas quando proferidas por um advogado de acusação, que é o meu caso, que ao fim de quase dois anos e meio, vê, finalmente, os réus recolhidos à cadeia sem admissão de caução. Objectivo, diga-se, porque sempre lutei ao longo do processo.

Assim sendo, como poderia eu considerar que o «processo Guerra Madaleno cobre de vergonha a magistratura portuguesa»??...

Bem pelo contrário. Em meu entender, e isso mesmo tive oportunidade de afirmar ao sr. jornalista, este processo, dado a forma extremamente digna e exemplar como a Polícia Judiciária, os senhores magistrados do Ministério Público que nele intervieram e o senhor juiz do 2.º Juízo Criminal de Lisboa, entenderam e assumiram as suas obrigações legais, terá, ao menos, o mérito de provar que neste país, onde a corrupção vai crescendo a todos os níveis, os Tribunais ainda não estão à venda, nem podem ser arrematados em leilão por quem quer que seja e, designadamente, por um qualquer Reinaldo Guerra Madaleno, que, ainda há bem pouco tempo, e em artigo publicado no jornal «o ponto», teve o despudor de afirmar expressamente que o «juiz ia arquivar o processo», numa clara e inqualificável manobra que visava, unicamente, pressionar e comprometer a pessoa desse ilustre magistrado.

Sendo certo que durante a instrução do processo, o sr. juiz de Instrução se comportou processualmente de forma tão aberrante e absurda que me forçou a participar disciplinarmente dele, e inclusive a ter de admitir no

próprio processo a possibilidade de participar criminalmente da sua pessoa pela prática de um eventual crime de denegação de Justiça, a verdade é que, de forma bem clara e unívoca, tive oportunidade de imputar tais desregramentos processuais a um desequilíbrio psíquico do senhor magistrado, e nunca a algo que pudesse ter a ver com a corrupção.

Para um advogado como eu, que no exercício da sua profissão se assume como um colaborador na administração da Justiça, se, pela força das circunstâncias, fosse obrigado a constatar a existência de corrupção ao nível da Magistratura, obviamente que deixaria de exercer a advocacia, mais que não fosse, por respeito por mim próprio e por todos quantos recorrem aos meus serviços para, e no Tribunal, e por confiarem ainda na Magistratura apelarem à defesa dos seus direitos.

O facto de, no processo, haver claros indícios de corrupção de testemunhas de defesa dos réus; a circunstância de haver possíveis indícios de corrupção de alguns funcionários do TIC de Almada que intervieram no processo; os comportamentos estranhos do sr. juiz de Instrução Criminal e já várias vezes relatados na Imprensa, não podem, nem devem levar a generalizar de forma fácil e sempre perigosa, imputando à Magistratura a responsabilidade pela prática de actos, que só poderão envergonhar quem os pratica e não uma classe profissional que será, no nosso país, e ao nível do aparelho de Estado, o último bastião da dignidade e da insensação, na interpretação e aplicação da legalidade democrática.

Por tudo isto, que quero e tenho a obrigação de deixar bem claro e expresse-o que, aliás, tive oportunidade de referir a um outro órgão da Comunicação Social, que sobre este processo teve ocasião de falar comigo, exactamente no mesmo dia em que ocorreu a troca de impressões com o jornalista sr. Manuel Geraldo do «Diário de Lisboa» — solicito a V.Ex.ª que, de forma tão destacada como foi publicada essa acusação à Magistratura, por mim pretensamente feita, mande publicar esta carta.

É uma reparação que o respeito pela verdade impõe.

Verdade na informação a que aliás, esse prestígio e digno jornal de há muito anos vem sendo um testemunho exemplar.

Porque sou das pessoas, para quem, o «Diário de Lisboa», todos quantos nele trabalharam ou trabalham, é um exemplo de dignidade profissional e de dignidade cívica, na difícil tarefa de lutar por uma informação livre, isenta e rigorosa, estou em creder e tenho a certeza que os lapsos graves, sem dúvida cometidos na elaboração do artigo e causa, se ficaram a dever a uma guma precipitação que, feita rectificação, será também c. Justiça, desculpar.»

A resposta de Manuel Geraldo

A carta do dr. Pereira da Silva apresentada nos meus comentários: a constatação de que o nosso entrevistado (a entrevista existiu e foi aliás anunciada a sua publicação no «DL» horas antes da sua concretização) continua a reconhecer, tal como afirmou, que «O Processo Guerra Madaleno envergonha a magistratura portuguesa». E «envergonha», com base em tudo aquilo que aconteceu até à detenção de Reinaldo Guerra Madaleno (desde ontem na cadeia Hospital de Caxias) tendo como protagonistas exemplares, a pessoa jurídica do juiz de Instrução, dr. Santo Luz, e a estranha demora da Ordem dos Advogados em determinar a sua pensão de Guerra Madaleno. Porquê a Magistratura é um corpo. E tal como qualquer corpo resente-se e bloqueia, das mais variadas formas, de quaisquer dos seus membros. Quanto às «fotos» elas foram tiradas abertamente com o objectivo de serem publicadas. E foi isso que aconteceu. Até por que os jornalistas em nossa opinião, não poderão continuar a ser cada vez mais objecto das mudanças de intenções dos seus entrevistados. Sob pena de também eles aparecerem à luz da opinião pública como agentes das pressões de vária ordem, muitas vezes subjacentes às súbitas mudanças (de que o primeiro concede uma entrevista e depois, por motivos que nos ultrapassam mas que de certa maneira advinhamos, aparece a «retratar-se» o nega ter dito aquilo que efectivamente disse. Numa atitude que recusamos pelo menos à partida reconhecer na pessoa do dr. Pereira da Silva, antigo magistrado e advogado digno e corajoso. Só que no caso em questão, o zelo do dr. Pereira da Silva pecou por excesso, ao pretender da agora as suas declarações ao «DL» um carácter localizado e não universal (a Magistratura entendida em quanto «membro» e não como corpo).

Manuel Geraldo

justiça

O processo Guerra Madaleno

Uma carta do dr. Pereira da Silva

ROSARINX

RUA AUGUSTA, 207 — TELEF. 32 57 67
LISBOA

RESTO DE COLECÇÃO
EM

SALDO

Contecções e Brinquedos

ROSARINX

RUA AUGUSTA, 207 — LISBOA



Município de Lisboa

EDITAL N.º 3/82

«HASTA PÚBLICA PARA ARREMATACÃO DOS DESPERDÍCIOS DE VIDRO DE GARRAFAS PARTIDAS PROVENIENTES DA LABORAÇÃO DA CENTRAL PASTEURIZADORA DE LEITE DE LISBOA, ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1982.»

(Processo n.º 16/81/HP)

Faz-se saber que no dia 2 de Fevereiro de 1982 às 10 horas, terá lugar na 1.ª Repartição — Armazéns e Imprensa Municipal da Direcção dos Serviços Técnicos-Especiais, Av.ª 24 de Julho n.º 171, a Hasta Pública supra.

O programa de concurso e condições serão publicados no Diário Municipal e o processo encontra-se patente todos os dias úteis na Direcção dos Serviços de Abastecimento — Central Pasteurizadora de Leite, sita na Rua da Cruz Vermelha n.º 12 e na 1.ª Repartição — Armazéns e Imprensa Municipal da Direcção dos Serviços Técnico-Especiais, Av.ª 24 de Julho, 171.

Paços do Concelho de Lisboa, 4 de Janeiro de 1982.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,
Nuno Kruz Abecasis

**Assembleia Municipal
de Alcácer do Sal**

MOÇÃO

SOBRE FINANÇAS LOCAIS

Considerando que o Governo acaba de apresentar à Assembleia da República uma proposta de lei do Orçamento Geral do Estado que defrauda as Autarquias de todo o país em dezenas de milhões de contos, insistindo mais uma vez no não cumprimento da Lei das Finanças Locais;

Considerando que, devido a esse não cumprimento o Município de Alcácer do Sal é defraudado em mais de 210 mil contos, com graves prejuízos para a sua capacidade de realização e das respectivas freguesias, bem como dos interesses das populações;

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em 9 de Janeiro de 1982:

PROTESTA CONTRA O DESRESPEITO DO GOVERNO EM RELAÇÃO À LEI N.º 1/79, APROVADA POR UNANIMIDADE PELA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.

Esta Moção foi aprovada por unanimidade

ensino

Nove anos de escolaridade obrigatória

— propõe projecto educativo do Governo

A alteração do tempo de escolaridade obrigatória e a reorganização dos ensinos secundário e superior constam do projecto da Lei de Bases do Sistema Educativo aprovado em Conselho de Ministro, soube a ANOP.

O ministro da Educação, Vítor Crespo, tinha já preparado uma proposta de Lei de Bases do Ensino, enviada à Assembleia da República em Abril de 1980, a qual não teve oportunidade de ser discutida naquela legislatura.

A escolaridade obrigatória passará, caso a Assembleia da República aprove o projecto de diploma, a ter duração de nove anos, devendo esta medida ser acompanhada da reorganização do correspondente período escolar.

Este período, denominado ensino básico, é dividido em dois ciclos, correspondendo a transição de um para outro aos 11 anos de idade e predominando um só professor na parte inicial do primeiro ciclo, e na sua fase final o professor de áreas.

O ensino secundário que, de acordo com o Projecto Lei, compreende os décimo, décimo primeiro e décimo segundo anos, é reformulado e terá uma organização diversificada e plural, havendo currículo que prepara para o prosseguimento de estudos, e outros para profissões.

«O que distingue as vias de acesso ao Ensino Superior das vias profissionalizantes é o tipo de preparação adequada à actividade do aluno nos anos que imediatamente vão seguir-se ao termo do ensino secundário», lê-se no documento.

O ensino superior passa a ser organizado em dois níveis: o superior, que prepara para o primeiro grau, e o graduado, que prepara para os graus de mestrado e doutoramento e para o diploma de estudos graduados.

A licenciatura corresponde ao primeiro grau obtido nas universidades e o bacharelato ao grau obtido nos institutos universitários politécnicos, deixando este de ser etapa na obtenção da licenciatura.

Os estudos que conduzem aos graus superiores do primeiro conferem os graus de mestre e doutor e o diploma de estudos graduados.

Em breve teremos escolas superiores de educação — anuncia Vítor Crespo

O ministro da Educação afirmou ontem em Braga que se está «na véspera de lançar em Portugal o Ensino Superior Politécnico e as Escolas Superiores de Educação».

Vítor Crespo falava durante a cerimónia de posse do novo Reitor da Universidade do Minho, Lúcio Craveiro da Silva.

Depois de anunciar que «serão lançadas escolas à medida que houver disponibilidades financeiras», o titular do MEU declarou: «não faremos escolas só para que elas saiam no «Diário da República». Faremos escolas para os cidadãos portugueses».

«A criação de estruturas e cursos, além de modificações e concursos que levem ao aparecimento já em Outubro próximo de algumas escolas do Ensino Superior de Educa-

ção» foi salientado por Vítor Crespo como uma das preocupações do seu ministério.

O titular do MEU referiu também a situação de alguns alunos «que não tiveram possibilidades de entrar este ano lectivo no Ensino Superior».

Vítor Crespo finalizou a intervenção afirmando que «às 15 mil vagas que houve este ano no Ensino Superior concorreram 17 mil, o que faz uma diferença de dois mil alunos e não dos 15 mil que por aí se apregoa».

O novo reitor da Universidade do Minho, Lúcio Craveiro da Silva, licenciado em Teologia pela Universidade de Granada, Espanha, em 1945, substituiu no cargo o professor Lloyd Braga, que foi ministro da Educação no Governo de

Lourdes Pintasilgo.

O mestrado e o doutoramento têm como requisitos comuns a frequência de disciplinas ou seminários que ministrem conhecimentos a um nível mais avançado que o primeiro grau.

Ao grau de doutor terão acesso, respeitando requisitos de qualidade, todos os estudantes que provenham de qualquer das modalidades de cursos de ensino superior.

O diploma de estudos graduados, conferido pelos institutos universitários politécnicos, é nível comparável ao mestrado e permite, mediante condições a definir, o acesso ao grau de doutor.

Outro aspecto inovador do projecto de lei diz respeito à formação do pessoal docente, passando os professores da educação pré-escolar e do ensino básico a ser formados em escolas próprias, com características essencialmente profissionalizantes e integradas nos Institutos Universitários Politécnicos.

Quanto à iniciação e formação profissionais, elas surgem na proposta de lei de bases ao nível do Ensino Secundário, partindo-se do princípio que a escolha de uma profissão por aqueles que ainda não atingiram os 16 anos de idade é discriminatória.

O ensino básico conterà, no entanto, nos seus currículos, áreas de preparação geral para a vida activa, que incluem o apreço pelo trabalho e o adestramento em actividades manuais e práticas.

A idade de ingresso na educação pré-escolar é três anos, prevendo o Projecto de Lei outras formas de atendimento de crianças com menos de três anos de idade, que serão desenvolvidas por outros departamentos do Estado.

O diploma aponta como uma necessidade o lançamento, a partir de Outubro de 1982, das escolas superiores de educação, onde devem ser preparados cerca de 30 mil professores.

Ainda sobre a preparação de docentes o diploma sublinha, como um problema de vulto, o respeitante à formação de docentes das vias profissionalizantes do ensino secundário.

Os professores para essas opções - indica o documento - serão fundamentalmente preparados nos Institutos Universitários Politécnicos.

Cinco listas candidatas à Académica de Coimbra

Cinco listas e quatro projectos de estatutos vão ser votados nos dias 27 e 28 na Associação Académica de Coimbra.

Os projectos de estatutos são subscritos pela actual direcção geral do organismo (JSD), Juventude Comunista, Juventude Socialista e PCTP/MRPP.

Das cinco listas candidatas à direcção-geral da maior associação estudantil portuguesa, a lista A é de estudantes sociais-democratas, que estão em consonância com a actual DG do organismo e mantêm a sigla sob que foram eleitas as três últimas direcções: «Por um associativismo reformista».

A lista B é apresentada pela Juventude Comunista e tem por lema - «Despertar a Academia - vida nova na associação académica».

A Juventude Socialista apresenta a lista C, visando «Um projecto, uma ideia, uma Associação Académica de Coimbra viva».

«Um projecto de unidade - uma vontade de mudança» é a sigla da lista E, subscrita por estudantes próximos da Juventude Centrasta.

A lista oficial da Juventude Social Democrata, a lista F, apresenta-se disposta a lutar «Pela democracia e pela competência».

Por não satisfazer os preceitos legais foi rejeitada uma sexta lista da qual se ignora a conotação política.

comunicação social

AFP melhora serviço para América Latina

O serviço latino-americano da Agência France Presse passou a ser distribuído aos clientes da América Latina, em maiúsculas e minúsculas e segundo as normas de acentos e de pontuações da língua por eles utilizada.

Esta informatização tornara-se indispensável devido à compra de computadores pelos grandes jornais e emissoras radiofónicas da área, tendo levado também à informatização dos escritórios da AFP na América Latina.

A partir de agora, o serviço de notícias latino-americanas da AFP pode ser directamente ligado aos computadores dos seus clientes, tendo a agência aumentado, também, a velocidade de transmissão para 75 «bauds».

«Os planos actualmente em estudo permitirão, segundo as condições específicas de cada serviço e região, estender estes progressos, bem como aumentar as velocidades de transmissão nos outros sectores» - esclareceu o director geral da AFP, Henri Piageat.

«O País» - prisão maior para Ilharco

Vitor Ilharco, ex-delegado do semanário «O País» no Porto, foi

condenado a dois anos e dois meses de prisão maior, como autor de um crime de violação e um outro de atentado ao pudor.

Durante o julgamento, depuseram como testemunhas de defesa de Vitor Ilharco algumas conhecidas figuras da AD, nomeadamente o dirigente do PSD, Ilídio Peixoto e o presidente da Câmara do Porto, Alfredo de Magalhães. No final da leitura da sentença, que condenou ainda o réu no pagamento do imposto de justiça e indemnizações às ofendidas no montante de 40 contos, as duas partes em litígio interpuseram recurso para o Tribunal da Relação. Por isso, Vitor Ilharco saiu em liberdade provisória mediante o pagamento de uma caução de cem contos. Registe-se que Vitor Ilharco tem ainda pendentes outros casos que correm os seus trâmites na PJ, por emissão de cheques falsos e outras burlas.

Jornalistas americanos nos Açores

Os jornalistas norte-americanos Beatrice e Henry

Freeman iniciaram, no princípio desta semana, uma visita aos Açores a partir da ilha Terceira.

Aqueles jornalistas, das revistas «Christian Science Monitor», «Providence Journal», «Travel and Leisure» e «The Newhouse Newspaper», estão no arquipélago a convite do Executivo açoriano.

Alfaia nos Emirados Árabes Unidos

O secretário de Estado adjunto do Primeiro Ministro para a Comunicação Social, José Alfaia, visita os Emirados Árabes Unidos 24 a 29 do corrente mês de Janeiro.

José Alfaia terá encontros com os ministros de Informação e de Estado dos Emirados Árabes e oferecerá uma recepção a bordo do navio-escola «Sagres», da Marinha de Guerra portuguesa, na altura no porto de Abu Dhabi.

Recorde-se, entretanto, que José Alfaia, tempo antes de integrar o actual Executivo, encontrava-se em Abu Dhabi, exercendo tarefas que em nada se prendiam com a comunicação social.

Um diploma de Lucas Pires

Trabalhadores intelectuais abrangidos pela Previdência

Um decreto do Ministério dos Assuntos Sociais, sob proposta do Ministério da Cultura e Coordenação Científica, hoje publicado na folha oficial, enquadra os trabalhadores intelectuais no regime de segurança social dos trabalhadores independentes e aprova as respectivas particularidades. Ficam designadamente abrangidos pelo presente diploma, qualquer que seja o género, forma de expressão e modo de divulgação e utilização das respectivas obras, os autores de obras literárias, dramáticas e musicais; os autores de obras coreográficas, encenações e pantominas; os autores de obras cinematográficas ou produzidas por qualquer processo análogo da cinematografia; os

autores de obras de artes plásticas, figurativas ou aplicadas, os fotógrafos e os tradutores.

A prova da situação profissional exigida para o processo de inscrição, será feita por documento emanado das entidades representativas dos autores sempre que no ano anterior o candidato não tenha auferido rendimentos colectados em imposto profissional. Consideram-se representativos dos autores os organismos legalmente constituídos que representem um mínimo de duzentos autores. Quando esses organismos não atestem a situação profissional, poderá o candidato requerer ao ministro da Cultura e Coordenação Científica o reconhecimento da sua qualidade de autor.

COORDENADORES DELEGADOS E REPRESENTANTES PARA TODO O PAÍS

SELECCIONAMOS

PARA O SECTOR COMERCIAL DE EMPRESA IMOBILIÁRIA PARA TRABALHAR NUMA ACTIVIDADE INÉDITA, ALICIANTE E MUITO RENTÁVEL NO SECTOR TURÍSTICO. DAMOS PREFERÊNCIA A AGÊNCIA DE VIAGENS, A OFICIAIS COM TEMPOS LIVRES E A ENTIDADES OU PESSOAS COM BOAS RELAÇÕES SOCIAIS. GARANTIMOS EXCELENTE PROVENTOS E REMUNERAÇÃO MENSAL BASE DE 15 000\$00

Respostas só por escrito, indicando detalhado curriculum. Edifício Avis, Av. Fontes Pereira de Melo, 3.º andar - Letra D - 1000 Lisboa.

Assembleia de delegados do SPGL adiada para 25

Foi transferida para o próximo dia 25, às 21 horas, a assembleia geral de delegados sindicais do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, que se realizará na escola secundária Passos Manuel.

A reunião estava inicialmente marcada para dia 21, data em que termina o prazo concedido ao ministro Vítor

Crespo pelo Sindicato dos Professores, para início do diálogo tendente a resolver os problemas do sector.

A carta do SPGL foi já entregue no MEU, sem que todavia tenha havido até agora qualquer resposta.

As dificuldades de acesso motivadas pela greve dos transportes no dia 21 estão na origem do adiamento da assembleia geral.

de ontem para hoje

Pesqueiros não serão leiloados

Os pescadores portugueses apresados na África do Sul não deverão ser leiloados, segundo revelou a Secretaria de Estado das Pescas. A mesma fonte referiu que «se está a trabalhar numa solução para o caso da SNAPA» — a Sociedade Nacional de Armadores da Pesca do Arrasto — proprietária dos seis barcos apreendidos. Esta situação contemplará a situação das embarcações portuguesas, bem como a garantia dos postos de trabalho dos assalariados da SNAPA e o abastecimento de peixe ao país proveniente da actividade da empresa, frisou ainda a Secretaria de Estado das Pescas.



Figueira da Foz: comunistas contra novos preços da água

O Partido Comunista Português protestou ontem contra o recente aumento do preço da água deliberado pela Assembleia Municipal da Figueira da Foz. Em comunicado da sua Comissão Concelhia, o PCP considera que o aumento de 20% no preço da água constitui «a primeira prenda do centenário da cidade» que a «Câmara Municipal da Figueira da Foz, por intermédio do seu presidente e dos vereadores do PS e da AD oferece à população do concelho». O PCP afirma ainda que os vinte mil contos de défice dos Serviços Municipalizados de Águas «poderiam ser perfeitamente cobertos pelos 182 mil contos» que o Governo retirou ao concelho da Figueira da Foz, ao não cumprir integralmente a Lei das Finanças Locais.

Detidos em Leiria: seis «contrabandistas» de automóveis

Seis indivíduos ligados ao comércio ilícito de automóveis foram ontem detidos, próximo de Leiria, pela Guarda Nacional Republicana.

Na operação foram também apreendidos sete veículos de diversas marcas que os agentes da GNR julgam ter sido roubados e transformados. Os detidos, com idades compreendidas entre os 20 e 30 anos, residem nas zonas de Azóia e Golpinheira, nos subúrbios de Leiria.

Conto fantástico: primeiro prémio para «Os Pilares»

José Manuel da Conceição Moraes, com o trabalho «Os Pilares» soube-se ontem, foi o vencedor do Concurso do Conto Fantástico, patrocinado pela Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do Festival Internacional de Cinema Fantástico do Porto. Em segundo e terceiro lugares ficaram, respectivamente, Luís Mariado Amaral Alves, com «A

Casa Grande», e António Gonçalves Colaço, com o conto «A Tragédia do Homem Invisível». O júri do concurso, constituído por Arnaldo Saraiva, Manuel Pina, Rui Feijó, Víale Moutinho e Beatriz Pacheco Pereira, decidiu mandar reunir os quinze melhores contos num volume, que será publicado em Março próximo.

Preso em Leiria: autorizada a extradição de burlão espanhol

O Conselho de Ministros, refere hoje o «Diário da República», autorizou nos termos da Convenção Luso-Espanhola de Extradição, de 25 de Junho de 1867, o prosseguimento do processo de extradição relativo ao cidadão espanhol José Luis Gutiérrez Cangas, arguido da prática de um crime de burla punível com pena de prisão superior a seis anos. José Cangas encontra-se detido à ordem do Tribunal de Leiria por crimes cometidos em Portugal.

Aprovada convenção: para Sistema de Registo de Transportes

O Executivo de Pinto Balsemão, de acordo com um decreto hoje publicado na folha oficial, aprovou para ratificação, a Convenção sobre o estabelecimento de um Sistema de Registo de Testamentos, aberto à assinatura em 16 de Maio de 1972.

Na Guarda: projectada uma nova «Aldeia SOS»

A criação de uma «Aldeia SOS» na Guarda foi esta manhã debatida naquela cidade pela presidente nacional das «Aldeias SOS» Maria do Céu Mendes Correia, reuniu-se com a Comissão promotora da instituição a criar, que possui já terreno aprovado para a sua constituição.

Judiciária revela: consumo de droga aumentou nos Açores

A Polícia Judiciária instruiu o ano passado em Ponta Delgada cerca de 800 processos crime. Em nota ontem divulgada a PJ, indica, ainda, que no mesmo período recebeu 140 queixas respeitantes à emissão de cheques sem cobertura, os quais envolviam cerca de doze mil contos. No decurso de 1981, a Polícia Judiciária — segundo a mesma informação — desmantelou duas redes de tráfico de droga e deteve vinte indivíduos. O documento policial revela, também, que o número de crimes referentes ao tráfico e consumo de droga tem registado ultimamente nos Açores um aumento substancial.

cidade

Aprovado com votos contra do PS e APU

Plano de actividades da CML prevê gastos de cinco milhões

A Câmara Municipal de Lisboa aprovou ontem à noite, com os votos favoráveis da AD e a oposição do PS e da APU, o seu plano de actividades e o orçamento para o ano em curso. Cinco mil milhões de escudos dão forma a uma diversificada gama de iniciativas, com especial destaque para o sector da habitação, onde o município conta investir 42 por cento do total. A parte fundamental da verba disponível cerca de quatro mil milhões de escudos provém das receitas próprias da Câmara, a que se somam 475 milhões de escudos em empréstimos e 126 milhões em subsídios e participações diversas.

No sector da habitação, a Câmara prevê gastar em 1982 mais de dois mil milhões de escudos, tendo em conta que continuam a faltar em Lisboa cerca de 150 mil fogos.

Com esta verba tenciona a Câmara concluir 682 fogos, prosseguir a construção de 296 e iniciar mais 1270.

O plano de actividades refere a intenção de dar seguimento ao programa de recuperação das zonas degradadas, «que permite a mobilização da iniciativa privada no sentido desta planejar e executar grandes complexos urbanos, assumindo o encargo de realojar os actuais moradores e construindo as infra-estruturas e os equipamentos sociais, culturais e desportivos, em condições previamente estabelecidas pelo município».

O documento afirma que, neste âmbito, estão prestes a ser entregues as propostas relativas à recuperação da zona do Alto do Lumiar, que envolve a construção de 25 mil fogos, dos quais 2600 para realojamento.

Prevê-se ainda para 1982 o lançamento de concurso semelhante para a zona degradada da Curraleira-Embrechados.

Um milhão para transportes

Em segundo lugar, na ordem de prioridades da Câmara, surge o capítulo dos transportes, que irá absorver mais de 19 por cento do plano de actividades, o que representa uma verba de mil milhões de escudos.

Esta verba inclui a construção dos viadutos da Charneca e do eixo Avenida das Forças Armadas - Avenida dos Estados Unidos da América, e a remodelação da Praça de Sete Rios e da Avenida das Descobertas.

Além disso, estão ainda previstas, entre outras, a ligação da segunda circular à radial da Buraca, a ligação dos dois troços da Avenida Infante D. Henrique e a ligação da Avenida de Ceuta à via Norte-Sete Rios.

Património cultural, terceira prioridade

Em terceiro lugar, mas já a bastante distância das duas prioridades anteriores, vem a defesa do património cultural, que absorverá cerca de 8 por cento do orçamento camarário, ou seja cerca de 423 milhões de escudos.

Neste capítulo está prevista a construção e adaptação de edifícios a bibliotecas e arquivos, a criação de uma biblioteca infantil no Parque do Alvaro, a organização de uma biblioteca sobre teatro e o lançamento de acções de leitura de obras conhecidas da literatura portuguesa.

A nível de museus deverão ser lançados dois durante este ano — o do fado e o da criança. De resto, estão ainda previstas obras no museu Bordalo Pinheiro, no da cidade e no Antoniano.

Em termos de defesa do património, a câmara prosseguirá

ainda o projecto de recuperação do teatro romano e lançará um plano semelhante para o teatro Taborda. Este ano é ainda intenção da câmara criar a feira do livro antigo em S. Pedro de Alcântara, e o mercado dos pintores de Lisboa no Largo de S. Miguel, em Alfama.

Limpeza turismo e paisagem

Verba próxima da destinada à defesa do património e cultura — cerca de 412 milhões de escudos — será destinada à limpeza e saneamento básico, nomeadamente à recuperação da estação de tratamento de lixo e ao interceptor de esgotos.

Estão ainda previstos investimentos relacionados com a renovação da frota de limpeza urbana, o controlo da poluição sonora e atmosférica e o sistema de esgotos.

No turismo serão gastos cerca de 237 milhões de escudos, destinados entre outros, ao centro de congressos de Lisboa, às infra-estruturas para o luna-parque e à remodelação das instalações camarárias no castelo de S. Jorge.

A melhoria dos abastecimentos ficará com cerca de 145 milhões de escudos do plano camarário, despendidos em obras de construção ou reparação, em mercados como os de Alcântara, Alto da Ajuda, Galinheiras, Bairro de Santos e 24 de Julho.

A arquitectura paisagística e os espaços verdes serão contemplados com 211 milhões de escudos destinados à escola de jardinagem, ao arranjo de zonas já habitadas como as de Chelas, Olivais, Bairro Padre Cruz e quinta das Laranjeiras, e ainda a renovação do enquadramento da torre de Belém.

No capítulo da segurança dos cidadãos, cerca de 88 milhões de escudos dirigem-se fundamentalmente à aquisição de material destinado ao Batalhão de Sapadores Bombeiros.

Os equipamentos desportivos terão 54 milhões de escudos destinados, em grande parte, ao complexo recreativo do Alto da Ajuda.

Investimentos intermunicipais

Quinze projectos de investimentos intermunicipais propostos em 1981 pelo agrupamento de concelhos do vale do Douro-Norte, transitaram para possível execução em 1982 — soube ontem a ANOP.

Os concelhos que compõem o agrupamento do vale do Douro-Norte são o de Vila Real, Murça, Alijó, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua e Mesão Frio.

Estes empreendimentos prevêem, prioritariamente, a construção da estrada municipal (EM) 582, a Carlião, passando pelas Caldas do mesmo nome (Câmaras Municipais de Alijó e Murça), a construção do quarteirão da GNR do Peso da Régua (Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Mesão Frio e Alijó) e a construção do caminho municipal (CM) 1240 entre Cotorinho e Soutelo (Vila Real e Santa Marta de Penaguião).

A execução do CM 1257 de Rualde a Vessadios (Vila Real e Sabrosa), e o abastecimento de água a partir de Cabanas às povoações de Murça e Valpaços, e a construção da EM de Torre de Pinhão-Fundões-Balsa (Alijó e Sabrosa) são outros desses empreendimentos.

Alguns dos projectos em questão já tiveram a sua fase de arranque, prevendo-se a conclusão durante o corrente ano.

Passageiros da Transtejo prejudicados com os novos horários

Duas empresas públicas servem a população do concelho de Almada e outras terras da margem sul do Tejo em matéria de transportes colectivos, no tocante à sua ligação com a capital: a Transtejo e a Rodoviária Nacional (CEP 7).

Embora os habitantes da Outra Banda, nomeadamente a sua população activa dependente do mercado de trabalho de Lisboa, se possam queixar das más condições de embarque e das longas bichas em Cacilhas, a região, no que se refere a transportes nocturnos, é das mais bem servidas do País. No entanto, mesmo assim os utentes das duas empresas sentem-se prejudicados, com razão, diga-se. Principalmente as pessoas que, por força da sua profissão, se vêem obrigados a utilizar as carreiras fluviais para além das 2 e 30 da madrugada.

Recentemente atingidos com o aumento do preço dos bilhetes, os passageiros da Transtejo, utentes da carreira do Cais do Sodré-Cacilhas viram suprimidas algumas carreiras fluviais diárias e reajustados os seus ho-

rários. Das carreiras banidas, a das 4 horas com ligação à carreira de autocarros, em Cacilhas, às 4 e 15 e que servia uma vasta área da cidade (Almada, Cova da Piedade, Laranjeiro e Feijó), foi a que mais veio prejudicar os trabalhadores. Nomeadamente aqueles que por qualquer motivo inesperado perdem o barco das 2 e 30 ou por razões de ordem profissional apenas podiam apanhar o das 4 horas, são agora obrigados a esperar pelo barco das 4 e 30, sem qualquer ligação com os transportes rodoviários antes das 6 horas da manhã.

Trabalhadores com quem contactámos atribuem a culpa da situação à administração da Transtejo por esta ter alterado os seus horários sem ter em conta os interesses dos utentes, enquanto funcionários da RN se queixam da transportadora fluvial não coordenar os horários com os da sua empresa, e por isso foram obrigados a suprimir a carreira das 4 e 15, que dava ligação ao barco das quatro horas.

Dessa descoordenação resultam, como é evidente, prejuízos para o público.

Um operário tipógrafo que, por um imprevisto perdeu o barco das 2 e 30, lamentou: «O jornal onde trabalho fechou um pouco mais tarde do que é habitual. Tentei ainda apanhar o barco, mas não consegui, tive de esperar pelo das 4 e 30. Duas horas de espera ao frio. Quando cheguei a Cacilhas só tinha transportes perto das seis da manhã. Tive de ir pelos meus próprios meios para casa. Foram três quilómetros a pé. Não ganho para andar diariamente de táxi. Isto depois de oito horas de trabalho. Acha bem?»

Claro que não... Esta é a situação. Mas, os novos horários da Transtejo têm também o seu aspecto contraditório, uma vez que mantêm a carreira das 4 horas, aos sábados.

Entretanto, os utentes das carreiras suprimidas defendem que elas devem ser restabelecidas, sobretudo a das quatro horas. Para isso vão recolher assinaturas, para apresentar a quem de direito, na esperança que lhes seja feita justiça.

A.C.

Danos causados pelo «Tollan» passíveis de indemnizações

Mais um novo episódio na história quase fantástica do «Tollan», pela «mão» da Administração Geral do Porto de Lisboa (AGPL) que acaba de apresentar nos tribunais um processo contra várias companhias de seguros estrangeiras exigindo o pagamento de danos causados por aquele cargueiro antes do seu afundamento. Na sua argumentação, a AGPL afirma que o «Tollan», antes de naufragar, na manhã do dia 16 de Fevereiro de 1980, ao largo do Cais do Jardim do Tabaco, danificou o rebocador «Serra de Portalegre» e o guindaste «Engenheiro Manuel Espregueira».

A AGPL refere que a reparação do «Serra de Portalegre» custou cerca de 5600 contos, enquanto a reparação do guindaste flutuante custou mais de 1600 contos. O porto de Lisboa exige às companhias de seguros o pagamento das reparações, bem como uma importância suplementar, respeitante aos lucros cessantes originados pela imobilização das embarcações.

O valor do processo é de 10 500 contos e o pagamento da quantia é pedido às empresas Tackler 'imited (BEMUDFA), Mariner Container Insurance, Hogg Robinson e Gardner Mounition International e Britannia Steam Ship Insurance Association.

a paladra com...

Beja Santos



A cidade da burla

Aparecem frequentemente nos jornais anúncios a exaltar as virtudes da «Cidade Nova», uma localidade que já vai com cerca de dez mil habitantes, perto de Santo António dos Cavaleiros. Nunca se viu tanto desaforo e mentira na promoção de espaço habitacional e meio ambiente. Se possível, peço ao leitor para conferir «in loco». Se não puder dar-se ao incomodo, acompanhe as imagens dos anúncios, leia os superlativos e confira os desejos publicitários com as realidades «cidades». Vejamos as diferenças. A «Estil» fabrica e a «Invil» comercializa «Cidade Nova, um novo estilo de viver». Afinal, como é? «Planeada nos mais ínfimos pormenores construímos para si uma nova e autêntica cidade onde lhe oferecemos: o sossego, o ar puro, o espaço humanizado, a alegria de viver...». É um sardonismo requintado para esta jaula de betão onde falta a água duas a três vezes por semana, onde falta frequentemente a luz, onde os arruamentos têm um arremedo de gravilha, com montureiras por todo o lado; o sossego de dia é aquele que se regista numa cidade dormitório, onde não há espaços verdes e as crianças têm a alegria de viver a patinhar lama; o espaço humanizado de quem não tem espaço para confraternizar mas pode espreitar betão, erva, postos eléctricos.

A empresa garante transportes directos para Entre-campos de cinco em cinco minutos. Para quem não faz turismo não chega a dar vontade de rir: há de 15 em 15 minutos e os propagandeas-

dos quinze minutos de viagem situam-se no quotidiano entre os 45 e os 75. A descrição da vida comercial da «Cidade Nova» na publicidade é a de uma autêntica babilónia. Mas quem lá vai encontrar uns quiosques (tipo carris) alguma venda ambulante, barracas de frutas e legumes...o

E acrescenta o visitante: e há muito entulho, buldozer, caminhos de terra batida, buracos e armações de ferro, lixo.

Certamente que a «Cidade Nova» representa um estilo de viver, com embrutecimento, sobrecarga de agressividade, inviabilidade na comu-



resto compra-se em Santo António dos Cavaleiros ou em Lisboa. O centro comercial prometido para Dezembro continua em construção. Mas se acaso o leitor seguir o conselho da «Invil» visite mesmo a «Cidade Nova» e procure a oferta pletórica dos centros cívicos e hospitalar, os clubes residentes, as piscinas polivalentes, as piscinas, os campos de ténis, o minigolfe, o cinema e a discoteca. Diria o poeta Manuel da Fonseca: Há campos, campos, campos....

nicação humana; impossível participar, impossível o recreio a não ser dentro de casa e à porta fechada até porque os corredores são téntricos, as jaulas justapostas exteriorizam o lado dantesco do produtivismo, os seres humanos anichados no seu próprio papel de assalariados em conserva. Como dizem alguns moradores da «Cidade Nova»: «Isto é um recurso para não viver num quarto alugado, é o fingimento de uma casa, aqui apodrecemos

ou aos fins-de-semana fugimos para Lisboa ou Loures».

Certamente que temos a Brandoa, a Flamengo, a Amora, o Fogueteiro, certamente que há desumanidade por muito sítio, mas nunca se viu tanta audácia na publicidade mentirosa a prometer recursos inexistentes, distâncias absurdas, infra-estruturas que ninguém sabe quando se efectivarão. Mais grave ainda quando nos desdobráveis vemos imagens de boutiques, esplanadas, piscinas, circuitos de atletismo.

Nesta data se submete o teor da publicidade mentirosa da «Cidade Nova» à apreciação do Procurador-Geral da República, Provedor de Justiça, secretário de estado adjunto do Primeiro-Ministro para a Comunicação Social e Polícia Judiciária. Esperemos que alguém vá agir. E gostaríamos de ouvir a opinião dos residentes deste cidade velha, tão velha quanto o capitalismo selvagem, tão cidade enquanto o homem é oprimido, para percebermos se este novo estilo de viver não nega toda a condição humana, não anula toda a iniciativa, não despreza a qualidade de vida. Como a «Invil» promete albergar quarenta mil cidadãos e já lá estão dez mil, acautele-se, ao menos, trinta mil que buscam o paraíso...

Quando à agência de publicidade «Team» aconselhámos administradores e trabalhadores a confirmarem a trapaça das suas mensagens, a sentir na carne e no espírito esta «Cidade Nova» que no vosso ofício «é mais saúde, até para o seu dinheiro».

PCP interpela Governo

Três mil casas esperam no Algarve que o Governo autorize a sua construção

FARO, 19 — As consequências da política do Governo para a habitação traduziram-se neste distrito em números pesados: mais de três mil habitações sociais ficaram por construir. Por outro lado, o não cumprimento, ainda por parte deste Governo, da Lei das Finanças Locais e a ausência de financiamentos para as autarquias promoverem o saneamento básico, dificultou igualmente que os órgãos do Poder Local possam ter neste capítulo uma acção mais dinâmica na resolução dos problemas habitacionais.

Aquele número e as conclusões que lhe são adjacentes foram extraídas pelo deputado comunista Carreira Marques e o técnico de construção civil e arquitecto, também do PCP, Lopes da Costa, que fizeram um levantamento da problemática habitacional no Algarve a fim de contribuir para a preparação da interpelação a que esta tarde o Partido Comunista submete o Governo. A interpelação prolonga-se até amanhã na Assembleia da República e, além de Carreira Marques, outros deputados do PCP percorreram os principais (e mais carenciados) distritos do país no domínio da habitação, desde Viana do Castelo ao Algarve.

A situação nesta última província «é gravíssima», concluíram Carreira Marques e Lopes

da Costa. Para tal contribuíram os efeitos da política de turismo, traduzidos, entre outros, pela larga especulação que envolve a venda de terrenos a custos elevadíssimos, a desmesurada subida das rendas de casa e, por último, o facto de milhares de casas se encontrarem fechadas durante mais de meio ano, por vezes até nove meses, embora existam fisicamente. São as casas de quem vive nas grandes cidades, nomeadamente em Lisboa, para além de outras reservadas para arrendamento no Verão, a peso de ouro, aos estrangeiros, que conferem uma imagem ilusória ao parque habitacional algarvio, cada vez mais longe de dar satisfação às necessidades imediatas dos seus residentes.

Há dezenas de projectos paralisados, embora aprovados e promovidos por Cooperativas de Habitação Económica e Associações de Moradores, alguns deles em adiantada fase de construção. Mas, num ápice, desde Vila Real de Santo António a Lagos, passando por Olhão, Faro, Quarteira, Silves, Monchique e Portimão — isto para referirmos os locais onde aqueles dois elementos tiveram reuniões de trabalho —, todos foram suspensos, ao mesmo tempo que os projectos da FFH e SAAL passavam por idêntica situação.

Já foi identificado

Jovem enforcado no «Cinita»

No Instituto de Medicina Legal foi ontem identificado o jovem António Ribeiro de 23 anos, natural de Lisboa, que anteontem apareceu enforcado nos sanitários do Café Cinita, localizado no Largo Dr. António Sousa Macedo.

De acordo com o relatório da

Polícia Judiciária, o jovem, que era «consumidor de drogas», ter-se-ia suicidado. De acordo com o relato de frequentadores do Café Cinita, António Ribeiro era visto com frequência nas imediações daquele estabelecimento na companhia de outros «apreciadores da passa».

Incidentes com o «Bric-a-Bar»



Frequentadores do «Bric-a-Bar» e moradores da zona antes de serem dispersos pela PSP

Os moradores nas imediações do «Bric-a-Bar», na Rua Cecílio de Sousa (Freguesia das Mercês), continuam a ser perturbados pela algazarra provocada pelos frequentadores do referido estabelecimento, onde ainda na madrugada do passado dia 3 voltou a haver tiroteio entre um agente da PSP e um «utente».

Faça à gravidade da situação os moradores tecem as seguintes interrogações: «Que é feito do decreto do Ministério da Administração Interna sobre as «boîtes» que, pela sua prática, se transformem em locais de desordem e perturbação social? Para quando a resposta do Comando-Geral da PSP ao

ofício que lhe foi dirigido pelo Governador Civil relativamente às queixas que pendiam sobre o «Bric-a-Bar»? Porque motivo no dia 28 de Novembro passado, quando os moradores impediram a entrada dos clientes no bar, com o intuito de exigirem a presença do Governador Civil ou de um seu representante no local, apareceu um carro civil com cinco indivíduos (dois dos quais fardados de polícias) que avançaram para os populares munidos de cacetetes e chicotes. Depois quando invocando os nossos direitos lhes lemos os artigos 45 e 66 da Constituição da República Portuguesa, um deles respondeu-nos que metes-

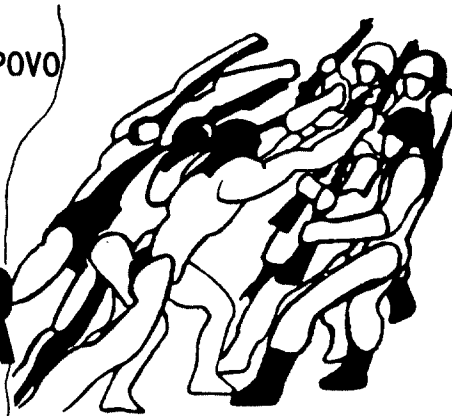
semos a Constituição no tra-seiro, pois o que interessava era que eles (os frequentadores do «Bric-a-Bar») tinham dinheiro e nós não». Será deste modo, pertinente perguntar: quem chamou os polícias? Quem os mandou? Quem os aconselha a fechar os olhos para que o «Bric-a-Bar», ao contrário do que acontece com outros estabelecimentos do género, continue a funcionar muito para além das duas e meia? E a terminar: que se passou com a carta dirigida pelos signatários em 2 de Dezembro último ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Krus Abecasis?

M.G.

22 JANEIRO - DIA MUNDIAL DE SOLIDARIEDADE COM O POVO DE

EL SALVADOR

GSAL



23 Jan/Sábado ★ 21 horas ★ Voz do Operário

Intervenção de: António Martinez — dirigente da FMLN/FDR

PARTICIPAÇÃO:

A BARRACA
FANHA
JANITA
JOSÉ MARIO BRANCO
JULIO PEREIRA

LUIS CILIA
MARIO VIEGAS
SERGINHO
SÉRGIO GODINHO
OS TROVANTE
ZECA AFONSO

Organizado por:

GSAL — Grupo de Solidariedade com a América Latina

ATENÇÃO:

DEVIDO À ANUNCIADA GREVE DOS TRANSPORTES PÚBLICOS DA REGIÃO DE LISBOA, A SESSÃO INICIALMENTE MARCADA PARA DIA 22 TERÁ LUGAR NO DIA SEGUINTE — 23/JAN. SÁBADO.

CONTRIBUIÇÃO DE SOLIDARIEDADE

União Indiana

Sessenta milhões em greve

Mais de 60 milhões de trabalhadores indianos deverá observar hoje uma palavra de ordem de greve de vinte e quatro horas, vinda dos sindicatos, que poderá paralisar todo o país.

Trata-se da primeira greve nacional com que se encontra confrontada a sra. Indira Gandhi, desde o seu regresso ao poder, há dois anos.

Os membros do Partido do Congresso, da sra. Gandhi, filiados no Congresso Nacional dos Sindicatos Indianos (INTUC) e opostos à greve, terão pela

frente oito sindicatos nacionais, controlados pela oposição, cujos membros comunistas — pró-soviéticos ou não em especial apoiam a greve.

Os grevistas querem protestar contra a política «antipopular e antitrabalhadores» do Governo da sra. Gandhi.

A sua principal reivindicação diz respeito ao cancelamento da lei, adoptada recentemente, que visa garantir o funcionamento dos serviços essenciais do país e deu à sra. Gandhi poderes extensos, como o de decretar como

indispensável qualquer serviço e proibir as greves sem determinados sectores.

A Índia conta 280 milhões de trabalhadores, mas a sua maioria encontra-se no sector agrícola, o qual não será abrangido pela greve.

Por outro lado, em Bombaim, mais de 250.000 operários da indústria têxtil paralisaram por prazo «indeterminado». Pedem a revalorização das escalas de salários.

Prisões

Um número indeterminado (as agências referem-se a milhares de dirigentes sindicalistas e trabalhadores) foram presos em diversos Estados da União Indiana, ontem, procurando assim a Polícia reduzir o impacto da greve geral, convocada para hoje pelos oito sindicatos não filiados no INTUC. A greve, sobre o decorrer da qual não há notícias até ao momento, deverá afectar sobretudo os transportes, os portos, o comércio e as escolas.

El Salvador

Ferocidade da Junta relatada em pormenor

O director-geral do gabinete jurídico do arcebispo de São Salvador, num pormenorizado relatório que apresentou no México sobre a situação salvadorenha, responsabilizou as forças de segurança da Junta no poder e as organizações paramilitares pagas pela oligarquia pelas constantes violações dos direitos humanos que se cometem em El Salvador. Como é sabido, aquelas forças de segurança recebem treino nos Estados Unidos e são enquadradas no terreno por, pelo menos, 50 conselheiros militares norte-americanos.

De acordo com o relatório de Cuellar, só nos meses de Julho e Agosto foram decapitadas 379 pessoas, entre as quais sete menores de 13 anos.

«As decapitações realizaram-se em série, com guilhotina eléctrica», precisa o relatório, citando fontes judiciais.

Segundo o documento apresentado no México, a guerra civil já causou mais de 30 mil vítimas em 26 meses.

Cuellar declarou aos jornalistas que a sua organização contabilizou «com nomes e apelidos» um total de 21 593 vítimas da «repressão militar e paramilitar» desde que a actual Junta de Governo assumiu o poder, em 15 de Outubro de 1979.

A esse número de «casos comprovados», somou pelo menos mais duas mil pessoas assassinadas no campo, três mil mortos em combates e dois mil mortos nos bombardeamentos efectuados pela Força Aérea em zonas rurais.

Cuellar informou que no ano transacto, foram assassinados 12 501 pessoas entre a população civil, não incluindo neste número os mortos em combate (tanto guerrilheiros como das forças militares) nem os casos não comprovados que se registaram nas zonas rurais.

O número de vítimas contabilizadas anteriormente pelo gabinete de apoio jurídico do arcebispo de São Salvador foi de 8062 em 1980 e 1030 em Novembro e Dezembro de 1979, a seguir ao golpe militar.

Esclareceu que entre os 12 501 mortos registados em 1981 não figuram as vítimas de, «pelo menos, dez grandes operações militares que, com o pretexto de perseguir a guerrilha, se desenvolveram contra diversos sectores de população rural», em zonas como São Vicente, Usulután, Chalatenango, Sonsonate e Morazan.



Restos de um dos T-38 que ontem colidiram no espaço durante um treino de acrobacia. (Telefoto UP/ANOP- /DL)

Mais quatro baixas na esquadilha «Thunderbird»

Quatro aviões da célebre esquadilha americana de acrobacia aérea «Thunderbird» chocaram em pleno voo, ontem, no Nevada (EUA) tendo morrido os quatro pilotos — anunciou a Força Aérea norte-americana.

Segundo o sargento Jack

Conner, porta-voz da base aérea de Nellis, no Nevada, o desastre ocorreu quando os quatro aparelhos, todos bi-reactores «T-38», efectuavam um voo de treino a 60 km para noroeste de Las Vegas.

A patrulha dos «Thunderbirds», que existe desde há 29

anos, participa anualmente, a partir de Março, em inúmeras manifestações em que sempre é a vedeta principal.

O acidente de ontem eleva para 18 o número de pilotos da célebre patrulha, mortos ao comando dos seus aparelhos.

Maior dureza do Egipto na questão palestiniana

— afirma ministro de Israel

O ministro israelita dos Negócios Estrangeiros, Yitzhak Shamir, acusou o Egipto de ter endurecido a sua posição em relação à autonomia palestiniana, diminuindo as hipóteses de se alcançar um acordo com Israel sobre a questão.

As declarações de Shamir foram feitas perante o comité para os assuntos estrangeiros e segurança do Knesset (Parlamento israelita) e divulgadas pela rádio israelita.

Shamir disse que o Egipto exige agora que qualquer acordo alcançado sobre autonomia com Israel seja aceite pela palestina.

O ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel afirmou que, no passado, o Egipto se contentava com um acordo sobre a autonomia dos palestinos aprovado por uma pequena maioria de signatários, mas agora exige a paz por unanimidade.

Quando o Egipto se recusou a aceitar a oferta de paz, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel afirmou que, no passado, o Egipto se contentava com um acordo sobre a autonomia dos palestinos aprovado por uma pequena maioria de signatários, mas agora exige a paz por unanimidade.

acordo alcançado entre egípcios e israelitas a seu respeito, Sadat respondera que Israel e o Egipto teriam cumprido o seu compromisso no âmbito do tratado de paz de 1978 entre os dois países.

Ilhas do Mar Vermelho

Não se levanta nenhum problema no que tiz respeito à retirada israelita dos ilheus de Tiran e Sanafir, no Mar Vermelho, indi-

cou o ministro israelita da Defesa Ariel Sharon, no final das suas entrevistas com Kamal Hassan Ali, chefe da diplomacia egípcia, afirma o jornal «Al Ahram» (oficioso) na sua edição de hoje.

O ministro israelita da Defesa precisou, ainda segundo a mesma fonte, que «os ilheus do Mar Vermelho fazem parte da zona compreendida no quadro da última retirada israelita, tal como afirmou o Egipto».

De como se prepara nos EUA a «libertação» da Nicarágua

O Departamento de Estado norte-americano afirmou ontem que não pode legalmente impedir os exilados nicaraguenses nos Estados Unidos de se treinarem com a intenção confessada de «libertar o seu país» pelas armas.

Os «treinos paramilitares» feitos pelos exilados cubanos e nicaraguenses são «viagados de perto», mas «não constituem forçosamente uma violação da lei»,

frisou Dean Fischer, porta-voz do Departamento de Estado.

A Imprensa e a televisão americanas divulgaram por diversas vezes reportagens que mostram o treino verdadeiramente militar a que se submetem estes exilados, opositores ao regime sandinista de Manágua, em campos da Flórida ou da Califórnia, sob a direcção de instrutores cubanos anticastro.

Em Madrid a 9 de Fevereiro

Cimeira da CEE e da NATO sobre as sanções à URSS

MADRID (do nosso correspondente Fernando Jauregui). — Madrid será no próximo dia 9 de Fevereiro sede de uma cimeira diplomática dos países da comunidade económica europeia e da NATO que coincidirá com o reat dos trabalhos da conferência europeia de segurança e cooperação.

Estarão presentes vários ministros de Negócios Estrangeiros da Europa Ocidental, e, possivelmente, o secretário de Estado norte-americano, Alexander Haig. No encontro tratar-se-á da adopção de uma linha comum europeia-norte-americana no âmbito da conferência de Madrid. Os Estados Unidos insistirão uma vez mais na necessidade de os «dez» da Europa Ocidental secundarem Washington na sua linha de sanções a Moscovo.

Meios próximos da confe-

rência de Madrid, que, em quase ano e meio de existência não registou um único avanço positivo realmente significativo, disseram que havia a possibilidade de a Espanha e Portugal passarem a ter uma importância significativa «na linha de trabalhos ocidentais», isto é, virem a fazer parte da «linha dura» nos actuais esquemas de relações Este-Oeste. Isto já os dois países o vinham fazendo regularmente na «CSCE», mas sempre de forma secundária e sem grande destaque.

De qualquer modo a Espanha aproveitará a cimeira ocidental de Fevereiro para que os dirigentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e talvez o próprio presidente Calvo Sotelo, tenham encontros com alguns dos ministros dos Negócios Estrangeiros europeus presentes na reunião da CSCE, em volta de um tema

Segundo o jornal «República»

Estado polaco e devem coope-

«A cooperação entre a Igreja e o Estado é de importância fundamental» — afirmou, ontem, o jornal polaco «República», citado pela agência noticiosa oficial «PAP», no preciso momento em que o desacordo entre a Igreja e o Governo do general Jaruzelski parecia ser total, segundo relata-ram observadores de Varsóvia.

O destino de Walesa — que o primaz da Polónia pretendia associar a todas as eventuais conversações com as autoridades — parece claramente encontrar-se no centro do desacordo entre a Igreja e o Governo. Após a homilia de domingo, de monsenhor Giempe, o desacordo, segundo os observadores, parece total. A tomada de posição do prelado polaco confirma, aos olhos dos observadores, que nenhum verdadeiro diálogo teve ainda início entre os representantes da Igreja e do Estado, não estando o episcopado polaco — que hoje se reúne em Varsóvia — disposto a caucionar moralmente o poder militar.

Também do lado do Governo não parece de prever um rápido desbloqueio da situação. O

vice-primeiro-ministro, Rakowski, afirmou que a Polónia «teria pelo menos cinco anos difíceis» para recuperar economicamente.

A posição do episcopado da Polónia foi também referida pelo senador americano Larry Pressler à chegada, ontem à noite, a Washington, vindo de Varsóvia. Pressler declarou que o arcebispo Josef Giempe mostra-se pessimista quanto às perspectivas de um acordo entre Walesa e o regime do general Jaruzelski.

Segundo o senador republicano, a opinião de monsenhor Giempe é de que Walesa insistirá em que seja o Governo a ceder e a apresentar desculpas antes de eventuais negociações. Com efeito, ao visitar Walesa e mais cinco centenas de sindicalistas presos, o primaz encontrou-os com uma firme determinação. O arcebispo Giempe, com quem o parlamentar americano se avistou em Varsóvia, considera que «as autoridades polacas não ousam libertar os prisioneiros pois estes estão decididos a retomar as suas actividades».

Entretanto, a Igreja Católica

França

Rockets contra estaleiro de central nuclear

Cinco rockets atingiram segunda-feira à noite uma central nuclear que está a ser construída perto de Lyons, anunciou a Polícia.

Os foguetões foram disparados da margem fronteira do rio Rhône e atingiram as paredes de betão que protegerão futuramente a pilha atómica da central.

A Polícia afirmou que os rockets foram roubados de um paiol do Exército francês. Ninguém ficou ferido e os prejuízos são limitados, segundo as autoridades.

Um homem telefonou reivindicando a responsabilidade pelo

ataque pouco tempo depois, em nome de uma «Comissão Pacifista e Ecologista», sem mais pormenores, disse a Polícia.

Na altura, estavam no local de construção da central em Creys-Malville 20 trabalhadores, dos quais somente um no local visado pelos rockets, que escapou ileso.

A zona atacada foi cercada com barreiras de estrada e na margem oposta do Rhône, a cerca de 600 metros de distância, foi igualmente vedada ao público a zona onde foram encontrados os lança-rockets utilizados no ataque.

EE
obre
RSS

que preocupa as autoridades espanholas: a reactivação das negociações, tão enfraquecidas, para a adesão da Espanha à CEE.

No Ministério dos Negócios Estrangeiros de Madrid também se pensa, inclusivamente, numa «superdirecção-geral para a Europa», que englobe todas as negociações para a entrada da Espanha na comunidade, assim como o resto dos problemas Europeus pendentes em Espanha. Esta «superdirecção» também seria encarregada de preparar a cimeira de Lisboa, a realizar no dia 20 de Abril, entre os ministros dos Estrangeiros espanhol e britânico acerca de Gibraltar. Como se sabe, a Espanha anunciará nesse dia, na capital portuguesa, a abertura da fronteira, no rochedo, colónia britânica desde 1702.

lica”
Igreja
erar

polaca prossegue os preparativos para tomar a seu cargo Walesa, segundo revelaram, ontem, fontes da Igreja em Varsóvia. O mesmo informador referiu que Walesa será provavelmente alojado num palácio nos arredores da capital polaca «onde ficará permanentemente».

Igreja critica sanções

A Igreja Católica polaca apoiou ontem as críticas oficiais às sanções económicas externas, através de um comunicado conjunto com o Governo.

O comunicado, difundido pela Rádio de Varsóvia, dizia que tal poderia atrasar a recuperação económica e social do país.

Em Washington, e depois de contactos mantidos na capital polaca e na Santa Sé, o senador Larry Pressler indicou que tanto o Papa João Paulo II, como o arcebispo Glend desajam que os Estados Unidos restabeleçam a sua assistência alimentar directa ao Governo polaco.

Vice-ministro polaco
justifica estado
de sítio

O vice-primeiro-ministro polaco Mieczyslaw Rakowski afirmou, ontem, que o caos regressaria dentro de um mês à Polónia se a lei marcial fosse levantada. «Se realmente queremos reformas e a estabilização económica que torne possíveis essas reformas, não podemos levantar estas medidas tomadas com pesar e criar uma situação em que o caos regressaria, o mais tardar, dentro de um mês», disse Rakowski numa entrevista à revista «Stern».

O dirigente polaco acrescentou que as autoridades se viram «forçadas a tomar medidas repressivas contra as pessoas que apenas põem em perigo uma renovação contínua».

Inquirido pela revista alemã-federal sobre se o Governo de Varsóvia desistiria da ideia de negociar com Lech Walesa, observou que o líder do «Solidariedade» tem «pouca importância» sem os seus assessores.

Contra munições para a NATO
Pacifistas holandeses
bloqueiam linha férrea

Vinte manifestantes foram ontem presos na Holanda por se terem acorrentado a um comboio de passageiros numa tentativa de impedir a passagem, daí a algumas horas, de um carregamento de munições norte-americanas.

Apesar de a linha férrea ter estado encerrada durante duas horas e meia, os manifestantes não conseguiram impedir a passagem das munições, destinadas às tropas norte-americanas estacionadas na Alemanha Federal – disseram as autoridades.

Os manifestantes entraram para o comboio em Groningen, com outros passageiros, tendo puxado pouco depois o sinal de alarme, disse o chefe da polícia local. Espalharam panfletos protestando contra o carregamento e entoaram «slogans» exigindo que «nenhum homem, nenhuma mulher, nenhum centavo vá para

o exército», enquanto polícias cortavam as correntes com que estavam presos ao comboio.

O transporte de armas e munições norte-americanas chegou ao porto de Emshaven no domingo à noite proveniente de Sunny Point, Carolina do Sul, com 1160 toneladas de munições destinadas às tropas norte-americanas da NATO, disse o Ministério da Defesa holandês.

Este projecto de transporte, com a duração de uma semana, destina-se a testar se o porto holandês constitui uma boa rota para esse tipo de carregamentos, agora feitos principalmente através do porto alemão federal de Nordenham, próximo de Bremerhaven.

Grupos pacifistas e anti-nucleares têm afirmado que tentarão impedir o transporte por via férrea através de barricadas hu-

manas, acusando o processo de militarizar a Holanda sem criar novos empregos.

Prevê-se que quatro comboios diários saiam de Emshaven para a Alemanha Federal até sábado transportando munições.

Um porta-voz dos caminhos-de-ferro holandeses disse que o horário dos comboios de transporte não seria divulgado, frisando que as autoridades não tencionam «facilitar as coisas aos manifestantes».

O Ministério da Defesa e o porta-voz das linhas de caminho-de-ferro disseram que os fornecimentos por estrada e por via férrea têm vindo a ser feitos há anos sem protestos.

Cerca de 35 mil toneladas de munições são enviadas por ano para as tropas britânicas, holandesas e norte-americanas, na sua maioria através de Roterdão.

Juíz do caso Aldo Moro
revela ligações internacionais
das Brigadas Vermelhas

O magistrado incumbido da instrução do caso Aldo Moro, dr. Ferdinando Imposimato, revelou em entrevista concedida ao diário «Il Messaggero» que os serviços secretos israelitas estiveram infiltrados «por menos até 1978» nas Brigadas Vermelhas. Segundo o juiz, os serviços israelitas «puseram mais de uma vez à disposição das «BV» armas, informações e meios financeiros. De acordo com o texto da entrevista, citado pela agência «AFP», o «plano israelita visava reduzir a Itália a um país despedaçado pela guerra civil, afim que os Estados Unidos acabassem por ser obrigados a apoiar-se mais sobre Israel para garantir a segurança do Mediterrâneo». Questionado sobre se tratava de hipó-

teses ou certezas o magistrado italiano respondeu que dois chefes «brigadistas», Patrizio Peci e Alfredo Bonavita, que tinham conhecimento dos contactos da organização com grupos estrangeiros, forneceram elementos reveladores da colaboração oferecida pelos serviços secretos israelitas que terão dado informações sobre dissidentes das «BV», nomeadamente Marco Pisetta, refugiado na RFA, bem como contribuído para o recrutamento de novos membros.

Por fim o dr. Ferdinando Imposimato informou o apoio dado às «Brigadas», como aos grupos de extrema-direita, pelos libios e sírios, referindo testemunhos precisos sobre as armas impor-

tadas do Líbano por Maurizio Folini, suspeito de pertencer às «BV» e que actualmente está em fuga, e sobre as suas relações com representantes «dos serviços sírios, libanos e da OLP».

Ainda segundo a «AFP», na entrevista ao «Il Messaggero», o magistrado italiano acusou Maurizio Folini de ter participado numa «cimeira terrorista» em Damasco, e de ter-se deslocado a um país do leste europeu (não especificado) onde, detido num posto fronteiriço, foi libertado depois de ter provado a sua «filiação» nos serviços da KGB. Como prova, o dr. Ferdinando Imposimato citou o depoimento de uma mulher que acompanhava Folini.

Social-democrata Koivisto
futuro Presidente da Finlândia

Mauno Koivisto, de 58 anos, primeiro-ministro social-democrata da Finlândia, tinha já ontem à noite a certeza de vir a ser presidente do país.

Com efeito, Koivisto reuniu, em seu nome, com o seu partido, 145 votos – quase a maioria, menos 6 votos – dos 301 grandes eleitores que o sufrágio directo designou no domingo e na segunda-feira para escolherem, no dia 26 deste mês, o novo chefe de Estado.

Este sucederá ao presidente Urho Kekkonen, de 81 anos, demissionário por razões de saúde, após um «reinado» de um quarto de século na Finlândia, em que estabeleceu a neutralidade assente na chameira setentrional entre a URSS e o mundo ocidental.

Para os especialistas, não há dúvidas de que Koivisto reunirá, na próxima semana, tanto à es-

querda como à direita, os votos que lhe permitirão uma maioria confortável.

Segundo o resultado final do escrutínio, que registou uma participação recorde de 86,5 por cento, dos 3,9 milhões de inscritos, os sociais-democratas obtiveram 43,3 por cento dos votos, ou seja, um ganho de 20 por cento, relativamente à eleição presidencial de 1978.

Entre 40 a 50 mortos

A Itaipu responsabilizada pelo desastre no Paraná

Morreram ou desapareceram entre 40 a 50 pessoas no acidente ocorrido no passado domingo nas «Sete Quedas» do rio Paraná (Brasil).

O acidente deu-se quando uma ponte suspensa, onde se encontravam várias dezenas de turistas, caiu no turbilhão das quedas do Paraná.

O balanço exacto do acidente só deverá ser conhecido dentro de alguns dias, quando os corpos das vítimas, arrastados pelas águas, chegarem a uma zona menos agitada do rio, cerca de 70 km para sul das quedas.

«A ponte devia cair mais dia menos dia», disse uma sobrevivente, notando que os visitantes tinham o mau hábito de permanecerem no meio da ponte fazendo-a baloiçar.

A queda da ponte, que ligava as margens do Paraná a várias ilhotas no meio do rio, também isolou, durante várias horas, cerca de mil turistas. A sua evacuação começou ao fim do dia, graças a oito helicópteros mandados pelas autoridades.

A Itaipu
responsabilizada

A Itaipu, empresa concessionária da hidroeléctrica do mesmo nome é citada pela Imprensa do Paraguai como responsável pelo acidente – informa hoje o jornal espanhol «Hoy».

Os enviados especiais deste jornal ao local revelaram que a Polícia de Guaira pedira há

meses à sociedade Itaipu para mandar «fazer uma inspecção geral da segurança do parque nacional onde estão situadas as cataratas «Sete Quedas», dado o estado de degradação em que as instalações se encontravam», e que a empresa se negou a fazê-lo, tendo o parque continuado a funcionar, sem qualquer manutenção.

As cataratas das «Sete Quedas», grande atracção natural desta zona do cone sul da América Latina, desaparecerão quando a barragem da central eléctrica começar a funcionar, em 1983.

As versões dos jornalistas indicam que os cabos estavam em péssimo estado e que a afluência de turistas era grande no dia do desastre.

24 horas

ETA-PM DIVIDIDA – A actuação de militantes da ETA Político-Militar no sequestro do pai do cançonetista Júlio Iglésias indica divisões na organização – afirmaram ontem à ANOP fontes policiais de Madrid. A condenação do sequestro pela coligação Euzkadiko Ezkerra parece comprovar que um grupo da ETA Político-Militar está a actuar à margem da direcção política da organização. A Euzkadiko Ezkerra, coligação de vários partidos da esquerda nacionalista basca próxima da ETA P-M, contribuiu decisivamente para que esta organização abandonasse a luta armada e poucos dias depois do abortado golpe de 23 de Fevereiro de 1981 anunciasse tréguas.

ELEIÇÕES NO PARLAMENTO

EUROPEU – O democrata-cristão alemão Egon Klepsch ganhou a primeira votação para a eleição do presidente do Parlamento Europeu, hoje em Estrasburgo, com 140 votos dos 384 votantes e 368 votos úteis. Precede o candidato socialista, o holandês Piet Dankert, que obteve 106 votos, o conservador britá-

nico, sir James Scott – Hopkins (63 votos), o francês Robert Chambeiron, candidato do grupo comunista (43 votos) e o radical de esquerda, o italiano Marco Pannella (16 votos). Klepsch não alcançou a maioria absoluta dos sufrágios necessária (185 votos) para ser eleito à primeira volta e a assembleia deverá proceder a uma segunda votação.

ACÇÃO DO IRA

– Guerrilheiros do Exército Republicano Irlandês (IRA) interromperam ontem o movimento de comboios entre Belfast e Dublin, colocando um camião-cisterna de gasolina sob uma ponte ferroviária. A polícia cercou a zona, evacuou várias casas e chamou peritos de bombas depois de o «IRA» ter avisado que o veículo estava armadilhado. O camião, carregado com 27 mil litros de combustível, havia sido abandonado sob a ponte da aldeia de Meigh, situada perto da fronteira com a República Irlandesa.

REIVINDICAÇÃO

– A morte ocorrida ontem de manhã na capital francesa, do adido militar adjunto da Embaixada dos Estados Unidos em Paris, o tenente-coronel Charles Ray, foi reivindicada horas depois

em Beirute pelas «Fracções Revolucionárias Armadas Libanesas», grupo até agora desconhecido, numa carta manuscrita entregue na agência Reuter, na capital do Líbano.

RETIRADA DAS TROPAS DOS EUA DA RFA

– O embaixador dos Estados Unidos em Bona, Arthur Burns, voltou a referir-se à possibilidade de uma retirada das tropas americanas estacionadas na RFA, em entrevista ao jornal oficial do Partido Social-Democrata Almeão (SPD, «Vorwaerts»). Interrogado sobre a possibilidade dessa retirada dos soldados americanos, Burns declarou ser melhor «estar preparado para a possibilidade de tal situação». O diplomata americano, contudo, sempre foi dizendo que os Estados Unidos tinham «grande interesse» em manterem as suas tropas na RFA, acrescentando que a respectiva retirada seria «uma grande catástrofe» para todo o mundo livre.

BASES DOS EUA TAMBÉM

NA TUNISIA? – Em comunicado datado de Paris, Brahim Tobbal, secretário-geral do «Movimento da Oposição Nacional Tunisina», afirma que teria sido concluído recentemente um «acordo militar secreto» entre os Estados Unidos e a Tunísia, prevendo a implantação de várias bases militares americanas na Tuní-

sia e a reactivação da base naval de Bizerta a fim de ser utilizada pela Sexta-Esquadra americana. Segundo Tobbal, um dos mais antigos chefes da oposição tunisina, este acordo teria sido concluído aquando da primeira reunião duma comissão mista militar americano-tunisina, em 7 e 10 de Novembro passado em Tunes.

ROUBADAS 540 ARMAS

– Um carregamento de 540 revólveres foi roubado, enquanto em trânsito entre Bayone, França, perto da fronteira espanhola, e Liège, Bélgica, anunciaram ontem as autoridades. As Baracuda 357 Magnum, de calibre-9, foram reunidas em Bayone e levadas à estação local dos caminhos-de-ferro em 7 de Janeiro, para serem fornecidas à firma Societé Herstal, de Liège. Os funcionários dos caminhos-de-ferro afirmaram que o contentor onde se encontravam as armas estava vazio quando chegou hoje a Liège. Investigadores analisavam a possibilidade de as armas terem sido roubadas por membros do grupo separatista basco ETA.

ATENTADO ANTI-SEMITA

– O atentado anti-semita cometido na sexta-feira em Berlim oeste fez um morto. A pequena Jennifer Afting (14 meses) faleceu ontem de manhã vítima dos ferimentos sofridos.

Atingida nas costas pelos estilhaços do engenho, – Afting viria a morrer no serviço de urgência do hospital de Berlim-Steglitz, indicou um porta-voz da Polícia.

PENAS DE MORTE NA TURQUIA

O tribunal marcial de Izmir, na Turquia, proferiu três sentenças à pena de morte contra um militante de extrema-esquerda e contra dois extremistas da direita. No julgamento de oito militantes da organização de extrema-esquerda Dev-Yol, um dos réus foi condenado à morte e os sete restantes a penas entre dois anos de prisão e prisão perpétua. Dois extremistas de direita, igualmente condenados à morte pelo tribunal de Izmir, eram acusados de participação no homicídio de três pessoas em 1978.

PRÓVOCAÇÃO ISRAELITA

– Dois aviões israelitas sobrevoaram a região central da Bekaa cerca das 11h00 (9h00 tmG) provocando o tiro de dois mísseis «SAM» sírios, segundo indicam os correspondentes na região. Os dois aparelhos não foram atingidos e

sobrevoaram Beirute um quarto de hora mais tarde. Este incidente sírio – israelita na Bekaa é o primeiro desde a crise dos mísseis de Maio a Junho último e do cessar-fogo no sul do Líbano de 24 de Julho passado.

NANCY REAGAN E AS BANANAS

– À socapa, de noite, enquanto o marido dorme, Nancy Reagan para não o acordar, come bananas, segundo o magazine «Redbook». Com efeito, a primeira dama dos Estados Unidos prefere os alimentos de baixas calorias às «jelly beans» (pastilhas elásticas) de que o seu marido gosta, escreve aquela revista. Mas, quando não conseguir dormir e tem fome, «descasca uma banana e come-a silenciosamente, não vá acordar o marido, ao comer bolos secos ou aipo», escreve «Redbook» na sua edição de Fevereiro.

exclusivo

El Salvador

A insurreição de Janeiro de 1932

Novosti

Foi em 22 de Janeiro de 1932, que os camponeses e operários do Salvador desencadearam uma insurreição armada contra a ditadura de M. Hernandez Martinez que tomara o poder em Dezembro de 1931 em consequência de um golpe de Estado inspirado pela oligarquia local com o apoio de Washington. A insurreição foi dirigida pelo Partido Comunista de El Salvador que, na altura, não completara ainda dois anos de existência. Os insurrectos tinham como principal «sloga» político a formação de Conselhos de Operários e Camponeses.

Embora a insurreição tivesse envolvido a grande massa dos trabalhadores, estes últimos não conseguiram os seus objectivos carecendo da necessária organização e força, pelo que, por fim, o movimento foi esmagado em sangue. Mais de 30 mil pessoas foram fuziladas sem culpa formada. Em 1 de Fevereiro de 1932, eram executados Agustin Farabundo Marti, fundador do PCS e os seus companheiros de luta, Mário Zapata e Alfonso R. Luna.

Agustin Farabundo Marti

Agustin Farabundo Marti nasceu em 1890 (outras fontes indicam o ano 1893) em Teoteque, localidade no departamento La Libertad, filho do grande latifundiário Pedro Marti.

Foi durante os seus estudos universitários e nos contactos mantidos com estudantes revolucionários que lhe surgiu o interesse pelos problemas sociais. Estuda as obras de Marx e Engels, e começa a acompanhar atentamente a evolução da Rússia Soviética.

Os primeiros testemunhos da sua actividade política e revolucionária datam de Fevereiro de 1920 quando, na cidade de São Salvador, houve um encontro entre uma delegação de estudantes guatemaltecos e os seus colegas da Universidade local. O encontro teve como tema a conjugação de esforços dos países da América Central na luta contra o imperialismo americano, tendo os salvadorenhes criticado severamente o novo presidente da «dinastia Melendes», Jorge Melendes. A polícia prendeu cerca de 20 pessoas, entre os quais Marti. Sob pressão da opinião pública, o governo viu-se forçado a soltar os detidos, tanto mais que entre estes se encontravam filhos de figuras importantes.

Apenas ficou na prisão José Luiz Barrientos, que pouco antes destes acontecimentos, lançara um panfleto denunciando veementemente os Melendes. A decisão do novo presidente, J. Melendes, de deportar Barrientos para uma ilha semidesértica no golfo Fonseca surgiu como uma vingança do ditador. Ao tomar conhecimento desta decisão, Farabundo Marti, como sinal de solidariedade para com Barrientos, declarou publicamente desejar permanecer na prisão. Tal facto produziu na opinião pública repercussões indesejáveis para o governo. Perante esta situação, as autoridades libertaram Farabundo e Barrientos e expulsaram-nos para a Guatemala. Foi então que se iniciou a intensa actividade revolucionária de Marti.

O exílio

Marti viveu no exílio até 1925. Até lá, prosseguiu os estudos como autodidacta.

Recusando instalar-se na rica vivenda da sua irmã, residente na Guatemala, Farabundo alugou uma casa num bairro pobre. Jurista, trabalhou nessa época como pedreiro, assalariado agrícola e professor particular.

Entretanto, o movimento revo-

lucionário no Salvador conheceu transformações sensíveis: em 1924 foi fundada a Federação Regional dos Trabalhadores (FRT), como central sindical única de operários, assalariados agrícolas e camponeses, reunindo 75 mil trabalhadores. Alargou-se o movimento popular de oposição à ditadura dos Melendes-Quinonez (que governaram o país de 1913 a 1927). À volta da Universidade Popular, fundada pelos marxistas reuniram-se os intelectuais mais progressistas que, juntamente com a classe operária e o campesinato, desencadearam uma enérgica luta contra o regime vigente.

Marti participou na actividade da FRT e da Universidade Popular. Nessa altura, no movimento operário do Salvador, tal como em toda a América Latina, travava-se uma luta contra o sindicalismo anarquista e o reformismo. Marti participou na elaboração do programa de acções, aprovado pelos comunistas em 1928 que apontava como objectivos o afastar os reformistas da direcção da FRT, a intensifica-

ção da luta por um dia de trabalho de 8 horas, a organização dos desempregados, o despertar nos trabalhadores de sentimentos de solidariedade internacional, particularmente para com a luta de libertação de uma escola de estudo marxistas e a função do Partido Comunista no El Salvador.

Com Sandino

Em 1926, os patriotas nicaraguenses, chefiados por Sandino, reagindo à intervenção norte-americana neste país, desencadearam a luta armada.

O movimento de Sandino, largamente apoiado pela opinião pública internacional, não tardou a ganhar as profundas simpatias de outros povos latino-americanos. Numerosos voluntários de diversos países da América Latina combatiam lado-a-lado com os trabalhadores nicaraguenses.

Em El Salvador, a Universidade Popular promoveu uma campanha de solidariedade e

apoio do movimento sandinista. Na reunião da Universidade, realizada em Maio de 1928, decidiu-se enviar para Las Segovias, sede dos sandinistas, um grupo de revolucionários salvadorenhes, encabeçado por Marti. Em 22 de Junho, Farabundo, Luiz Mariona, José Gonzalez e Guillermo Ajuria chegaram ao Estado-Maior sandinista.

A inteligência de Marti, a sua coragem granjearam-lhe o respeito geral dos guerrilheiros. Foi-lhe então conferida a patente de coronel do Exército Libertador Sandinista e, mais tarde, tornou-se secretário privativo de Sandino.

No Verão de 1929, Marti acompanhou Sandino na sua viagem ao México. Foi precisamente naquela altura, depois de demoradas conversas e disputas, que a sua amizade se aprofundou ainda mais. No entanto, ainda durante esta viagem, surgiram divergências políticas entre os dois revolucionários. Contrariando especulações surgidas, Marti afirmou antes de ser fuzilado em 1932:

«Testemunho a integridade espiritual e a pureza absoluta do general Sandino. Sei que no México lhe oferecemos, várias vezes, algumas importantes para que ele desistisse da luta em Las Segovias, e sei que o general rejeitou com indignação todas estas ofertas. A nossa separação não foi, de maneira alguma, ao contrário do que se insiste em insinuar, motivada por divergências face a certos princípios morais e normas de conduta. Recusei-me a acompanhá-lo no seu regresso a Las Segovias porque ele não quis aderir ao programa comunista que eu defendia. O seu objectivo apenas se limitava à conquista da inde-

pendência e à libertação, e não se propunha lutar por uma revolução socialista (...). Estou interessado em esclarecer esta questão em nome da reposição da verdade histórica e, antes de morrer, a dois passos do túmulo, declaro solenemente que o general Sandino é o mais glorioso do mundo».

A criação do Partido Comunista

Depois da separação, Marti partiu para o México, em seguida para Nova Iorque. O seu nome figura entre as pessoas detidas pela polícia nova-iorquina durante uma rusga que esta efectuou na sede da Sociedade Internacional de Ajuda aos Operários (SIAO).

Em Maio de 1930, Marti regressou a El Salvador, na qualidade de membro da SIAO. No entanto, as suas preocupações principais estavam concentradas no Partido Comunista, oficialmente fundado em 28 de Março de 1930 com os elementos de esquerda da FRT.

Pouco tempo depois, Farabundo Marti transformou-se na figura central deste Partido, assumindo a responsabilidade pelo trabalho de organização e propaganda nas massas.

Em pouco tempo, o PCS tornou-se um partido de massas começando a exercer profunda influência na vida política interna. Carecendo de experiência, o Partido recusou-se a participar na campanha para as eleições presidenciais de 1931, argumentando poder ela desviar a luta proletária. Apoiou, contudo, o candidato do bloco de esquerda, A. Araujo,

que viria a ser derrubado, em 2 de Dezembro, pelo general Martinez.

O novo regime, esperançado em infligir uma derrota total às forças de esquerda, aceitou a realização de eleições legislativas. As forças democráticas, incluindo os comunistas, alcançaram nas eleições uma vitória incontestável. Todavia, a oligarquia, no poder, anulou a situação no país. Amadurecia uma explosão popular, multiplicavam-se recontros entre operários e estudantes e a polícia.

A insurreição

Nestas condições, o Partido Comunista decidiu desencadear a insurreição armada. Marti tinha consciência de que não estavam ainda reunidas as condições necessárias para tal. «O movimento no campo — dizia — torna-se cada vez mais incontível, transbordante, e nós não temos armas. Avançamos para uma derrota». No entanto, na reunião decisiva do Comité Central, Marti afirmou que o Partido devia colocar-se na vanguarda das massas para, na batalha, não as deixar isoladas, sem direcção.

Inicialmente, o PCS tentou uma solução pacífica. Marti convenceu alguns camaradas que defendiam a insurreição, da necessidade de estabelecimento de negociações com Martinez. No entanto, as autoridades recusaram-se e procuraram provocar deliberadamente confrontos armados, para poder vir a desencadear um massacre em massa.

Perante tal situação, a 7 de Janeiro de 1932 decidiu-se marcar para 16 de Janeiro o início da insurreição. Quando se soube que o governo fora informado deste plano, adiou-se a data para 19 de Janeiro. Na véspera do pronunciamento, vítimas de uma denúncia, foram detidos Marti, Zapata e Luna, e mais tarde outros activistas. Desta forma, o governo conseguiu decapitar a insurreição ainda antes da sua concretização.

A insurreição deu-se no dia 22 de Janeiro e abrangeu parte considerável do país. O território do Salvador fora dividido em zonas de operações sendo cada uma comandada por um dos dirigentes do Partido.

Antes de ser preso, Marti entabulava negociações com oficiais do Exército simpatizantes do movimento, procurava conseguir armas e meios financeiros, e reforçar os laços com outros sectores democráticos.

Após a sua detenção e de outros dirigentes do Partido, o Quartel-General da insurreição viu-se privado de informação necessária, e no seio do Comité Central surgiram divergências. As autoridades ganharam a iniciativa, e acabaram por estrangular a insurreição.

Intervindo no Tribunal Marcial, Farabundo recusou qualquer defesa afirmando que tal significaria o seu acordo com a acusação imputada, que ele não estava disposto a recorrer a uma defesa nas leis contra as quais lutara durante toda a sua vida, mas destacou que se os seus companheiros realmente tivessem alguma culpa, a responsabilidade caberia-lhe a ele, enquanto secretário-geral do CC do PCS. Com a mesma coragem enfrentou Marti os seus últimos momentos de vida.



Augusto Cesar Sandino em 1932, durante a insurreição de há 50 anos



Hoje, um «conselheiro americano» das forças antiguerilha em El Salvador



Cataratas do Niágara, também vítimas do frio

A vaga de frio na América vitimou já 268 pessoas

A vaga de frio que assola os Estados Unidos causou até agora a morte de 268 pessoas, informava ontem a imprensa norte-americana.

Em Nova Iorque, onde a temperatura desceu a 20 graus abaixo de zero, o último domingo foi considerado o dia «mais frio do Século XX», obrigando à hospitalização de mais de uma centena de pessoas.

As autoridades novaiorquinas prepararam mais de cem apartamentos para acolher pessoas que vivem em casas sem aquecimento e um porta-voz do Município disse que mais uma centena de moradias estarão disponíveis muito em breve.

Nas zonas mais afectadas dos Estados Unidos o norte e o oeste, um vento gelado soprando a 160 quilómetros por hora provocou temperaturas da ordem dos 40 graus negativos, derrubou postes de electricidade e destruiu casas.

O meteorologista, Joseph Goodavage, que predisse que o Inverno de 1978 seria um dos mais frios da história — facto que se concretizou — disse domingo que Março seria «muito pior que Janeiro».

Goodavage acrescentou que esse mês será «especialmente duro na Europa».

O meteorologista, baseia as suas predições nas actividades do Sol e dos planetas.

Ventos simultaneamente frios e quentes varreram a 220 quilómetros por hora telhados e ruas das casas do Estado do Colorado.

Setenta pessoas ficaram feridas no passado fim-de-semana e numerosas casas ficaram destruídas em Boulder, quando ventos secos, soprando das Montanhas Rochosas, em menos de meia hora levantaram telhados, partiram vidros, derrubaram muros e cobriram as ruas com postes de electricidade arrancados do chão.

A interrupção do fornecimento de energia e consequente falta de aquecimento forçou por seu lado, os habitantes do Estado de Ohio a refugiarem-se em esconderijos, tendo igualmente os residentes das cidades de Kingston, Tennessee, ficado sem qualquer iluminação nem abastecimento de água devido ao congelamento da água e óleos nos depósitos e canalizações.

Na Europa

Um espesso nevoeiro invadiu ontem o norte da Europa, causando várias vítimas na sequência de acidentes ferroviários e de viação.

Na região francesa de Dion, um comboio de mercadorias colidiu com um de passageiros, causando a morte de quatro pessoas.

Medicinas Paralelas: Acupunctura e outras

A mais antiga das medicinas paralelas é a acupunctura, que aparece na China há mais de cinco mil anos.

Apesar de imediatamente reconhecida, na China, pelo poder que tem de combater a doença através dum reequilibrador das funções do organismo, a sua introdução na Europa faz-se somente no século XX, por intermédio dum diplomata francês, G. Soule de Morant, que reúne todos os textos disponíveis sobre o assunto.

O médico alemão Wehlie, por seu lado, e sem conhecer a acupunctura, concluiu, em 1850, que «todas as doenças se projectam sobre a topografia superficial do corpo já quando estão em incubação, nos pontos sensíveis».

Na realidade, a acupunctura parte da visão «bio-eléctrica» da doença. As agulhas que podem ser de cobre, aço, ou ainda ouro e prata, inserem-se perpendicularmente na pele, para uso terapêutico, e ligeiramente inclinadas no uso antidolorífico, a uma profundidade de 4 milímetros. Os «pontos sensíveis» são cerca de 900. A estimulação activa o potencial energético que cada indivíduo tem, no momento em que nasce, e que com o passar dos anos se vai degradando.

O Yoga

Outram medicina natural é o yoga, de que existem diversas correntes.

A palavra yoga do sânscrito «yuj» — e significa unir — neste caso, o corpo com o espírito, o Homem com Deus, o indivíduo com o Universo.

A corrente yoga mais conhecida é o «hatha-yoga», e a sua finalidade seria harmoni-

zar os dois pólos, o negativo e o positivo, do potencial energético, e, eventualmente, corrigir os desequilíbrios. Toda a situação está portanto ligada à respiração, através do ar que inspiramos, força vital cósmica que nos dá uma arma para combater as doenças.

Associadas às técnicas respiratórias existem 8 400 000 «posições», das quais, porém, apenas 30 se ensinam aos praticantes de yoga. As nitidas e cientificamente confirmadas melhoras que revelam os praticantes de yoga, que os menos crentes supõem serem obtidas por auto-sugestão, podem ser verificadas clinicamente em crianças muito pequenas, cuja idade certamente não permite associar a auto-sugestão à cura pelo processo «hatha-yoga».

Verificou-se clinicamente, e com parâmetros ocidentais que através dos exercícios yoga se chega a modificações orgânicas, com efeitos no equilíbrio endócrino e metabólico, e que certas posições revigoram a actividade insulínica e o seu metabolismo.

A hipnose é definida como «um fenómeno psicossomático complexo que pode ser induzido no homem e em algumas espécies animais», e é idêntica ao sono natural. A hipnose pode ser utilizada em cirurgia, dado o seu efeito anestésico, em operações à garganta, na apendicite, na cadeira do dentista, no parto indolor e até em partos por cesariana. A sua acção no homem é indiscutível, e em termos estatísticos parece que apenas cinco por cento dos indivíduos são totalmente refractários à hipnose, po-

dendo esta ser «total» em 25 por cento dos seres humanos.

A Osteopatia

A osteopatia é talvez uma técnica eficaz e não uma medicina propriamente dita.

Conhecida há mais de 2500 anos, o seu berço é o Japão, e foi aperfeiçoada recentemente por Tokujiro Nami-koshi, no seu ramo mais conhecido, o shiatsu.

Esta técnica paramédica pratica-se pressionando com os dedos e as palmas das mãos e através de manipulações e tracções, dos músculos, dos nervos e das articulações.

No Japão, a osteopatia faz actualmente parte da medicina social. Os técnicos deste tratamento têm de conhecer anatomia, neurologia, e fisiologia humana. Além disso, o terapeuta de shiatsu tem de saber que o doente que sofra de tuberculose óssea, tumores de medula e lesões na coluna vertebral, ou fracturas, não pode ser submetido a esta terapia.

A Fitoterapia

A fitoterapia, ou cura pelas plantas, baseia-se no critério de que a matéria viva cura melhor o organismo humano, vivo.

O «Grande Ervário Chinês», escrito cerca de 3000 anos antes de Cristo, inclui a descrição de mais de 8000 plantas, com as suas indicações terapêuticas e contra-indicações.

Com o advento da medicina química, a medicina ervária perde terreno, mas são os soldados americanos que verificaram, no Vietname, que as feridas tratadas com cata-

plasmas de ervas se curavam melhor e mais depressa do que com pomadas de antibióticos.

O princípio vital e activo das plantas, ou «fito-estimulinas», produz nos seres vegetais, como nos animais, no momento em que sofrem uma lesão, «substâncias de resistência» capazes de reactivar os processos de defesa do organismo com que entram em contacto.

Para documentar apenas algumas, poucas, destas situações de fitoterapia efectiva, basta lembrar a valeriana, para ajudar o coração, o curaro, capaz de imobilizar os músculos, a camomila, para aliviar a dor, e ricino, para tratar do intestino.

A Homeopatia

A medicina homeopática surge em meados do século XVIII, como reacção contra as terapias que se usavam nessa época e que constavam de sanguessugas, clisteres, sangrias. Não renuncia ao emprego de remédios, mas revolucionou as técnicas da sua utilização. Partindo do princípio de Hipócrates de que «cada doença cura-se administrando uma substância que se dá a um indivíduo saudável reproduz nele os sintomas que o doente apresenta», a medicina homeopática verifica posteriormente que «a uma substância que dada em doses tóxicas provoca os mesmos sintomas, dada em doses reduzidas é capaz de curar».

E o médico alemão Samuel Hahnemann que experimenta em si mesmo a técnica chamada da «potencialização».

O princípio em que se baseia a vacinação é precisamente o princípio homeopá-

tico da lei dos semelhantes, que tem também em conta que cada organismo é diferente do outro, e que o próprio organismo nunca é «igual» a si próprio, apresentando reacções diferenciadas em momentos diversos.

O exemplo de Hipócrates

Hipócrates, médico grego que viveu no século IV antes de Cristo, e que é considerado o «pai» da medicina, pois é ele que inicia a sistematização desta ciência, compilou um juramento profissional de que vale a pena ainda hoje reter alguns pontos.

Num deles, Hipócrates, depois de jurar solenemente respeito ao mestre que o ensinou, (e cujo nome se ignora), Hipócrates assegura que transmitirá tudo o que aprendeu, gratuitamente, aos seus filhos, e aos filhos do seu mestre.

Hipócrates jura ainda que nunca procederá com injustiça no tratamento dos seus doentes, sem distinção de classe social, nem cederá a solicitações para administrar ou aconselhar qualquer veneno.

Além disto garante também que nunca cederá a tentações lascivas nas casas onde tiver entrada, guardará religiosamente segredo de tudo o que vir e ouvir no exercício da sua arte, e nunca usará qualquer meio para obstar à concepção ou à gestação nos clientes do sexo feminino.

Hipócrates considera, sob juramento, a vida e a sua profissão como sagradas, e pede aos doentes que o amaldiçoem se faltar ao compromisso assumido.

Inacia Fiorillo/Anop/DL

Droga tem Bolsa de Valores em revista norte-americana

Os norte-americanos consumidores de droga dispõem de uma revista especializada na informação sobre o uso e produção de estupefacientes.

Trata-se da «High Times», que se publica todos os meses na Califórnia, e que traz habitualmente conselhos práticos sobre consumo de drogas, bem como informações referentes aos preços e processos de fabrico.

«High Times», que em português se poderia traduzir por «Altos Tempos», é mesmo considerada uma «Revista de luxo», impressa a cores e em papel «couche».

Para o público norte-americano, que já se habituou a vê-la nos escaparates «High Times» é uma revista de drogados para drogados.

A informação que comunica não se limita no entanto à droga. O número de Janeiro, posto agora à venda, traz, por exemplo, um artigo de um ex-agente da CIA sobre as suas antigas actividades no México, uma entrevista com o escritor Charles

Bukovski, e uma reportagem denunciando o envolvimento de autoridades bolivianas no tráfico internacional de cocaína.

«High Times» tem, por outro lado, correspondentes em diversos países do Mundo, designadamente na União Soviética e na Polónia, onde segundo a revista, a polícia descobriu recentemente um laboratório caseiro de produção de heroína.

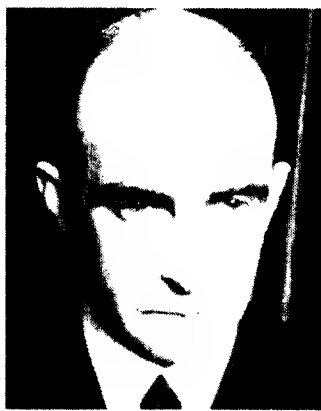
(O número de heroínómanos existentes na URSS ronda, de acordo com a mesma fonte, os 12 mil).

Citando informações reveladas pelo jornal «Presencia», de La Paz, a «High Times» de Ja-

neiro afirma que o famoso criminoso de guerra nazi Klaus Barbie vive actualmente em Cochabamba, na Bolívia, indicando inclusivamente o nome da rua e o número da porta.

A revista acusa por outro lado o «New York Times» de não ter publicado na íntegra os resultados de um inquérito feito por dois repórteres daquela jornal sobre a participação de antigos dirigentes nazis no tráfico de droga.

O último número da «High Times» publica, ainda, informações detalhadas sobre a qualidade e bolsa de valores das drogas nos diferentes mercados mundiais.



MÁRIO SALVADOR

Amanhã, às 18 e 30h, será inaugurada na Soc. Nac. de Belas-Artes, uma notável exposição das mais recentes aguarelas de Mário Salvador. Estará patente ao público todos os dias, das 14 às 20h, incluindo sábados e domingos, encerrando no dia 2 de Fevereiro.



NO
TEATRO
ABERTO

PRAÇA DE ESPANHA

Telef. 77 09 69

Terças e sábados, às 21 30

Matrões - sub. e dom. às 16 h.

Ex. Comp. Nacional - Futuro
Centro Bernardo Santarém

Apresenta: «CASAMENTO BRANCO»,
de Tadeusz Rozewicz. Enc.
Fernanda Lapa. R. Plástica. Mário Alberto



Sindicato dos Ferroviários do Centro

MOÇÃO

Reunidos em Plenário no dia 14/1/82, os Delegados Sindicais do Sindicato dos Ferroviários do Centro,

CONSIDERANDO:

- 1 — A forma vergonhosa como o Governo e o Conselho de Gerência, tentaram boicotar a greve do dia 7 de Janeiro, pela reposição do poder de compra de todos os trabalhadores da CP.
- 2 — Que nesse boicote o Governo e o CG recorreram a todo o tipo de arbitrariedades que foi desde a substituição ilegal de trabalhadores, a coacção psicológica, a permissão da circulação de comboios sem o mínimo de segurança, o recurso à Polícia de Choque e à Guarda Nacional Republicana, etc.
- 3 — Que os elementos mais repressivos das chefias obrigaram ilegalmente os trabalhadores a declarar a intenção prévia de greve.
- 4 — Que foram gastos muitos milhares de contos (dados principalmente aos empresários privados de transportes com amigos no Governo), na aquisição de autocarros de luxo para furarem a greve.
- 5 — Que o Governo (principalmente através do seu ministro dos Transportes) e o Conselho de Gerência utilizaram vergonhosamente a RTP, a Rádio e os jornais a eles afectos, mentindo descaradamente para denegrir a luta dos trabalhadores de transportes, tentando assim voltar a opinião pública contra os trabalhadores e os seus Sindicatos.

DECIDEM:

- 1 — Manifestar a sua firme disposição de ir para a frente com a luta encetada no passado dia 7, até que o governo aceite negociar uma tabela salarial que reponha pelo menos o poder de compra perdido pelos ferroviários desde Setembro de 1980.
- 2 — Dar o seu total apoio à paralisação marcada para os dias 21 e 22 com os mesmos objectivos da anterior.

APROVADO POR UNANIMIDADE

TRIBUNAL CÍVEL
DA COMARCA
DE LISBOA11.º JUÍZO CÍVEL
1.ª SECÇÃO

ANÚNCIO

2.ª Publicação

São citados os credores desconhecidos que gozem da garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que se começara a contar da 2.ª publicação deste anúncio.

Execução de sentença n.º 8885-B da 1.ª secção. Execuentes — Sondagens Rodio, Lda, com sede na Venda Nova-Amadora, Executada — Sociedade Construtora Luso Suça, SARL, com sede na Rua do Alecrim, 65, 2.º direito, Lisboa, ou Rua S. Francisco Borja, 44, 1.º Lisboa.

Lisboa, 4 de Janeiro de 1982

O Juiz de Direito,
Fernando Matos Pinto MonteiroO Escrivão Adjunto,
Luís Mendes Esteves FerreiraNOTARIADO
PORTUGUÊS

CARTÓRIO NOTARIAL DE MAFRA

A CARGO DA LECENCIADA EM
DIREITO MARIA JOSE PIMENTEL
PIQUEIRA E SILVA

CERTIFICADO para efeitos de publicação que por escritura outorgada, em 11 de Janeiro de 1982, exarada de fls. 40 verso a quarenta e duas, do livro 43-C, de -Escrituras Diversas-, deste Cartório, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial, na qual FRANCISCO FRANCO LEITÃO e mulher ODETE DE FATIMA DA SILVA JANUARIO FRANCO LEITÃO, residentes em Moscavide, na Rua 1.ª de Maio, número 38, 1.º andar direito, se declararam, com exclusão de outrem, donos e legítimos possuidores do seguinte imóvel: Predio rustico composto de terra de cultura arvense denominado CASALINHO DAS OLIVEIRAS, sito no lugar e freguesia da Carvoeira, concelho de Mafra; inscrito — em nome do justificante — na respectiva matriz cadastral, sob o artigo 310-Becção A. Que o referido imóvel encontra-se omisso na competente Conservatória do Registo Predial e, conquanto não haja documento, que permita fazer a prova do direito de propriedade, nem registo do respectivo título ou de mera posse, a verdade é que os outorgantes Francisco Franco Leitão e Odetete de Fatima da Silva Januario Franco Leitão possuem o referido imóvel há mais de 30 anos, com exclusão de outrem e de boa-fé, pelo que o adquiriram por usucapio.

E, certidão de narrativa parcial que extra a qual está conforme ao original.

Cartório Notarial de Mafra, onze de Janeiro de mil novecentos e oitenta e dois.

O 2.º Ajudante
(a) Maria Luisa da Conceição Miranda

TRIBUNAL CÍVEL
DA COMARCA
DE LISBOA

11.º JUÍZO

ANÚNCIO

Proc. 76 — 2.ª Secção

O Dr. José Manuel Cardoso Borges Soeiro, M.º Juiz de Direito do 11.º Juízo Cível da Comarca de Lisboa; faz saber que, no dia 11 de Fevereiro de 1982, pelas 10.30 horas, a porta do Tribunal do 11.º Juízo Cível da Comarca de Lisboa — 2.ª Secção, serão postos em praça pelo 1.º vez, para serem arrematados ao maior lance oferecido, o leilão do valor constante dos autos, os seguintes bens:

Um escadote em alumínio, com 5 degraus, em bom estado, avaliado em 5.000\$00.

Dez fatos de treino para homem de diversos tamanhos e cores, avaliados em 3.500\$00.

Dez casacos de malha em la, de várias cores e marcas, para homem, avaliados em 3.500\$00.

Dezito pares de calças de marca -Fluona Internacional Original Jeans- de diversas cores, avaliadas em 7.000\$00; bens este penhorados nos autos de Carta Precatória n.º 76 vinda da Comarca do Porto, em que é exequente José Jardim Rodrigues (Potosi), e executada Henrique A. Dias, Lda, com sede na Estrada do Devio, n.º 6 em Lisboa.

Os referidos bens poderão ser vistos na Rua Alexandre Ferreira n.º 36 — 7.º andar, letra C, ao Lumiar — Lisboa, durante as horas regulamentares.

Lisboa, 5 de Janeiro de 1982

O Juiz de Direito
José Manuel Cardoso Borges Soeiro

O Escrivão Adjunto
Cesar Augusto Garcia

Greve do Metro
começa amanhã

• Governo prepara transportes alternativos

Os trabalhadores do Metroropolitano de Lisboa iniciam amanhã uma greve que se prolonga até às primeiras horas da manhã de sábado. Na origem do conflito está a negociação para a revisão do acordo de empresa (AE). Assim, enquanto a comissão negociadora sindical (CNS) defende aumentos que reponham o poder de compra dos trabalhadores, entre os 26 e os 30 por cento, o conselho de gerência (CG) da empresa contrapõe apenas um acréscimo de 12 por cento na massa salarial global. Além do mais, continua a condicionar toda a negociação das tabelas salariais à aceitação pelos sindicatos da retirada de direitos e regalias aos trabalhadores. Entre estas conta-se o aumento do horário de Trabalho e a eliminação do complemento do subsídio de doença.

No próximo dia 21, e conforme o «DL» tem vindo a anunciar, será a vez de a Carris e da CP iniciarem paralisações de 48 horas. No dia 22 estarão paralisadas estas três empresas e também a Transtejo e a Rodoviária Nacional.

Recorde-se que na Carris os actuais salários já vigoram há mais de 15 meses e que a co-

missão administrativa (CA) propõe aumentos de 14 por cento. Na semana passada a (CA) apresentou, por escrito, uma nova proposta que incluía aumentos de 19 por cento que se apossou a retirar dizendo que «foi um lapso». Sabe-se, no entanto, que tal obedeceu a directrizes do Governo.

Na CP, onde as tabelas salariais já têm 14 meses de duração, o CG aponta para aumentos de 14 por cento. Na véspera da última paralisação o conselho de gerência contactou a comissão negociadora sindical informando-a de que subia a sua proposta para 16,5 por cento. No entanto, desde essa data até agora todas as tentativas e esforços desenvolvidos pela CNS no sentido de continuarem as negociações têm resultado infrutíferas.

Entretanto o Governo «prepara mais um golpe de teatro para os últimos dias desta semana e não dá um único passo para a resolução dos problemas dos trabalhadores dos transportes» acusa, em comunicado a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos (CGTP). Isto a propósito da afirmação de alguns membros

do Executivo que fazem prever a preparação de um esquema de transportes alternativos para tentar «esconder o êxito» das paralisações que o sector vai realizar nos próximos dias. Aliás, o próprio secretário de Estado dos Transportes admitiu recentemente a possibilidade de virem a ser recrutados motoristas de táxis para guiar autocarros da Carris e da Rodoviária Nacional. Tal facto, a acontecer «seria uma grossa violação da lei da greve» afirmam os dirigentes sindicais.

Ainda segundo as mesmas fontes, «mesmo que o Governo conseguisse com a sua descredida alternativa, transportar grande número de utentes isso em nada prejudicaria os objectivos da luta dos trabalhadores». Os sindicatos «lamentam profundamente» os transtornos que as greves acarretam para a população e responsabilizam mais uma vez o Governo pela presente situação pois, após decorridos mais de cinco meses de negociações, «continua a propor aumentos salariais correspondentes a metade do aumento do custo de vida».

Material eléctrico
pode
paralisar 48 horas

Os trabalhadores do sector de material eléctrico e electrónico poderão convocar uma nova greve de 48 horas caso a associação patronal do sector (ANIMEE) não modifique a sua posição e acorde com os sindicatos uma tabela que reponha o poder de compra dos trabalhadores, afirmaram fontes sindicais. Esta posição foi tomada após a reunião de conciliação que na sexta-feira se realizou no Ministério do Trabalho em que a ANIMEE não foi além de uma proposta de 18,85 por cento de aumento da massa salarial.

A Federação dos Sindicatos

dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas (FSTIE) acusou, entretanto, as entidades patronais de pretender arrastar as negociações por forma a desmobilizar os trabalhadores. Por seu lado a FETESE (Federação dos Trabalhadores de Escritórios e Serviços) afirma que é «inqualificável» a proposta da ANIMEE «de se esperar que o Governo legisle hipotéticas medidas laborais» anunciadas pelo Ministro do Trabalho, para então se negociar. A persistir tal posição a FETESE declara-se pronta a decretar uma greve de 48 horas, para os dias 26 e 27.

Mantém-se conflito
na pesca do arrasto

Os trabalhadores da pesca do arrasto cumpriram ontem uma paralisação de 24 horas no prosseguimento de uma luta que se arrasta há já alguns meses pela revisão do seu contrato colectivo de trabalho (CCT).

Durante a última reunião, realizada no passado dia 5 no Ministério do Trabalho, os sindicatos propuseram a suspensão da luta caso as entidades patronais acordassem em negociar na base dos dois dias de descanso semanal, no pagamento do 13.º mês e dos salários em atraso relativos ao trabalho aos sábados.

As entidades patronais não aceitaram e os sindicatos esperam convocação do Ministério do Trabalho para uma nova reunião.

Entretanto, começam já no próximo sábado, nas sedes do Sindicato em Aveiro e em Matosinhos, plenários em que os trabalhadores vão decidir das novas formas de luta a adoptar. Os pescadores do arrasto solicitaram já audiências a várias entidades no sentido de expor a actual situação criada pelos armadores.

Hotel Baía volta para as mãos do dono

Nandim de Carvalho antecipa-se
a decisão do Supremo Tribunal

• Trabalhadores vão para a greve considerando ilegal a decisão do SET

É ilegal a comissão de gestão nomeada pelo secretário de Estado do Turismo para o Hotel Baía, em Cascais, afirmam os trabalhadores desta unidade hoteleira, que estarão em greve, durante duas horas, entre quinta-feira e domingo. É provável que dos 122 trabalhadores que integram o Hotel Baía nenhum levante uma mão entre as 13 e as 15 horas daqueles quatro dias desta semana, o chamado período de ponta numa unidade hoteleira.

Os trabalhadores sustentam que a nomeação da comissão de gestão, feita por Nandim de Carvalho, é ilegal e justificam-se: segundo eles, três dos quatro elementos da Comissão de Gestão (há um quinto que não chegou a ser empossado, por a tal se recusar) não trabalham na empresa, como determina a lei sobre empresas em autogestão. Os trabalhadores realçam ainda o facto de na comissão de gestão de Nandim de Carvalho participarem o filho e o genro do proprietário do imóvel, António Manuel Tavares da Silva Soares e Luis Caetano Sá Luz Coruche.

Nenhum deles (embora sócios-gerentes da unidade hoteleira, cujo imóvel é propriedade de João Soares) nem Vítor Gonçalves, representante do Governo, pertencem aos quadros do pessoal do Baía, pelo que a nomeação, defendem ainda os trabalhadores, constitui flagrante violação da lei.

Mas Nandim de Carvalho tem outro entendimento sobre a questão, que fundamentadamente assenta na reivindicação de posse feita pelo proprietário, João Soares, em apreciação no Supremo Tribunal, depois de a Vara de Cascais ter atendido a posição dos trabalhadores. De acordo com o Tribunal de Cascais a gestão do hotel deve caber aos trabalhadores, mantendo o proprietário, João Soares, a posse do imóvel, pelo qual recebe 90 mil escudos de renda por mês. Por outro lado, na gerência da unidade tem ainda, a partir de ontem, um filho e um genro — para que o essencial fique em família.

Pelos vistos, isso não é suficiente. E Nandim de Carvalho, que assim o terá entendido, foi

mais longe com um despacho ontem publicado no «Diário da República». Além de demitir a comissão de gestão, empossou uma outra, culminando a acção que começaram a desenvolver a partir de 8 do corrente. Os trabalhadores dizem que Nandim de Carvalho confundiu autogestão com co-gestão, ou empresa em autogestão com uma empresa pública, razão pela qual consideram que a sua decisão é ilegal.

Trabalhadores
facturaram
50 mil contos
em 1981

Para o secretário de Estado do Turismo o problema é este: o Hotel Baía não estava a ser administrado por pessoas ou órgãos não mandatados legalmente para o efeito; nunca foi homologada pela tutela qualquer regulamento eleitoral ou comissão de gestão representativa dos trabalhadores; não foi dado cumprimento ao que a lei preceitua quanto ao envio à tutela dos relatórios trimestrais da situação

económica e financeira da empresa; e foi violado o mesmo preceito pela falta de envio ao ou-proprietário.

Nandim de Carvalho afirmou entretanto que a comissão de gestão provisória, até decisão do tribunal, que pode durar dois meses como dois ou mais anos. No entanto, a Comissão Interina que ontem tomou posse e que se manterá em funções até decisão do tribunal, terá mãos livres para gerir o hotel conforme entender, sem prestar contas aos trabalhadores, que a partir de domingo só têm um homem naquelas funções, mas sem o seu apoio: Fernando José Marques, que fazia parte da anterior comissão, com a confiança dos trabalhadores, e aceitou integrar esta do SET, causando surpresa entre os seus companheiros. Bem pelo contrário, fiel aos direitos dos seus companheiros, Teruliano Ribeiro Mendes, que também integrava a anterior comissão recusou-se a fazer parte da que Nandim de Carvalho nomeou.

Desde 1975 numa «situação indefinida», segundo o secretá-

rio de Estado do Turismo, o Hotel Baía facturou o ano findo cerca de meia centena de milhares de contos. Recordam-se que há cerca de sete anos partiu do zero, pelo que cresceu, apesar de todas as dificuldades económicas por que passamos, a uma ordem de mais de oito mil contos por mês. Durante o período de autogestão a cargo dos trabalhadores, o seu número de postos de trabalho cresceu de 70 para 125, embora presentemente só nele trabalhem 122, dos quais 80% aprovou anteriormente em plenário aqueles referidos de paralisação acima referidos.

O subdirector da comissão de gestão demitida por Nandim de Carvalho disse entretanto que a maioria dos trabalhadores estava descontente pela medida do SET e concomitante violação da lei 68/78, bem como pela subtil decisão da antecipação judicial que decorre de tal iniciativa de Nandim de Carvalho. Este, por seu turno, garantiu que não estão previstas nem suspensões nem despedimentos no Hotel Baía.

Soltas

truturas representativas dos trabalhadores a comparecer, na sexta-feira, numa reunião de negociação do caderno reivindicativo.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL — O secretário de Estado do Emprego, Luís Morales, assinou um protocolo de apoio financeiro de 210 mil contos à Escola Superior de Medicina Dentária de Lisboa, visando dinamizar o lançamento

de acções de formação profissional orientadas para a preparação de técnicos daquela especialidade, designadamente nas áreas da prótese dentária laboratorial, higiene e manutenção de equipamento médico dentário. Concretamente, aquela verba será aplicada na construção de instalações provisórias e no apetrechamento técnico - pedagógico - administrativo.

SINDICATOS DE BEJA — Realiza-se no sábado, às 10 horas, um plenário de sindicatos alargado a delegados sindicais do distrito de Beja, que decorrerá no salão dos Bombeiros Voluntários locais. Serão analisados os seguintes temas: programa de acção; alteração dos estatutos da União; e eleição do novo Secretariado da União.

PORTUÁRIOS — A greve dos cerca de cinco mil trabalhadores portuários (estivadores, tráfego e conferentes) ontem iniciada, por tempo indeterminado, segundo uma fonte sindical, regista adesão total. Esta greve, que abrange os portos de Lisboa, Setúbal, Douro, Leixões e Açores, visa aumentos da ordem de 30 por cento, contra os 17 por cento oferecidos pelas entidades patronais.

MDF — Os trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira paralisam amanhã duas horas no final de cada período de trabalho, em luta pela negociação de um caderno reivindicativo apresentado à entidade patronal. Ontem, o pessoal da empresa paralisou uma hora, com uma adesão da ordem dos 80 por cento. A administração, que não se mostra disposta a conceder melhorias salariais, foi notificada pelas es-

entrevista



O Director do Instituto Nacional de Estatística ao "DL"

O nosso objetivo prioritário é divulgar as estatísticas a tempo

Um dos grandes objectivos actuais do Instituto Nacional de Estatística reside na recuperação do atraso que se verifica na publicação de algumas estatísticas básicas e na tentativa de produzir uma informação atempada. E isto porque, conforme nos afirmou o dr. Graça Costa, director do INE, na entrevista que aqui publicamos, «uma das componentes da qualidade estatística é dá-la a tempo, porque se não perde a actualidade. Passa a ser uma fotografia do passado em que uma pessoa olha, gosta muito de a ver e diz: Ena como eu era, como eram os vestidos na época em que eu tirei este retrato. E ficamos todos a ver. É uma fotografia de família em que os avózninhos aparecem todos de chapéu e as senhoras todas com fatos com muitos folhos. Pois é, é engraçado de ver, mas não ajuda nada». Assim acontece com a estatística. Ou é publicada atempadamente ou não ajuda nada. Com a publicação desta entrevista encerramos o trabalho que temos vindo a publicar sobre a problemática do INE.

Cortes orçamentais

«DL» — O INE debate-se actualmente com o problema da redução dos seus financiamentos que tem a sua disposição. Quer dizer-nos o que é que se passa?

Graça Costa — O INE, como organismo dependente e tutelado, como qualquer outra Direcção-Geral, teve concertada os cortes que as outras Direcções Gerais dos serviços da administração pública tiveram. Portanto, temos que condicionar as nossas actividades ao orçamento de que viemos realmente a dispor. É óbvio que ao elaborarmos os nossos planos, partimos de um determinado projecto de orçamento. Houve de facto cortes que nos vão levar a propor ao Conselho Nacional de Estatística — o qual aprova o nosso programa de operações básicas — que seja eliminado o inquérito aos transportes rodoviários de mercadorias.

O Conselho pode no entanto decidir que a operação deve ser efectuada pedindo nesse caso os meios adicionais ao Governo que os dará ou não conforme entender. Digamos que esse inquérito está em risco mas em termos de INE não é mau que ele não se realize, porque teríamos um ano para pôr em dia o nosso trabalho e acertar todas as operações de carácter censitário até aqui realizadas sucessivamente, ano após ano, e que temos em atraso. Trata-se do inquérito agrícola e do inquérito às despesas e receitas das famílias. Anulação do inquérito dos transportes permitir-nos-ia igualmente dar o máximo de atenção e de meios humanos ao recenseamento da população. Para nós, INE, é vantajoso que não seja feito o inquérito aos transportes rodoviários porque senão seria mais uma operação sobrepor-se às outras».

«DL» — Mas isso acontece porque existem carências e problemas na actividade do INE, não será assim?

G.C. — «Sim, houve nomeadamente uma carência que é grave e se refere à nossa capacidade de informatizar os processos de trabalho. Até aqui tivemos uma carência a nível de registo de dados, isto é, da transcrição para banda magnética da informação recolhida, pelo que constituímos fora de Lisboa (em Tomar) uma divisão periférica de registo de dados, onde temos um conjunto de máquinas adicionais que foram compradas não só para o Censo mas para aumentar a capacidade global do INE em matéria de registo.

A outra carência situa-se a nível da nossa capacidade de análise e programação que é realmente débil, e faz com que o conjunto das operações de carácter censitário não tenha afecto à sua análise e programação

ção do conjunto de meios necessários. Para fazer face a essa situação adquirimos no ano passado um conjunto de programas gerais (programas standard que oferecem uma grande economia nos tempos de análise e de programação) que esperamos comecem a dar os seus frutos este ano. Mas mesmo assim, a equipa de análise e programação do nosso Centro de Informática ainda é insuficiente».

«DL» — Mas não existem outras carências, por exemplo a nível de pessoal, de meios económicos e mesmo de definição do papel do INE no seio do Sistema Estatístico Nacional?

G.C. — «Obviamente que existe a necessidade de reduzir as despesas do sector público e não é só no nosso país que isso acontece. Como o INE está inserido nesse sector e também sofre com essas restrições, temos de adaptar o nosso programa de trabalho ao dinheiro de que vamos dispondo. O que importa é saber se essa situação, a nível do país e do desenvolvimento estatístico que temos neste momento, é ou não é grave. No meu entender, o grande esforço que há a fazer vai no sentido de procurar realizar a nossa produção atempadamente.

Foi isso que fizemos nos últimos seis meses do ano passado e é isso que vamos continuar a fazer. Ou seja, vamos tentar recuperar os atrasos da nossa produção. Melhorar a qualidade da informação é melhorar o tempo em que a produzimos e a temos à disposição das pessoas. É esse o nosso objectivo e a melhoria conseguida já foi reconhecida pelo próprio Conselho Nacional do Plano, naquela parte do seu parecer que teve a unanimidade dos representantes.

Seleccionaremos também um ou outro projecto importante e extremamente necessário, como seja o projecto da alteração do nosso sistema de contas nacionais que já vimos a conduzir há algum tempo. A melhoria introduzida nesse sistema tem mobilizado ultimamente todos os meios que temos tido disponíveis, nomeadamente a nível de técnicos. Aliás, as últimas admissões que o INE fez a nível técnico, de economistas etc. têm sido canalizadas para esse projecto que vai conduzir a que, por exemplo, em cada ano tenhamos a possibilidade de fornecer estimativas das contas nacionais do ano anterior. Este projecto que tem sido conduzido com o apoio de técnicos do Instituto Nacional de Estatística e Estudos Económicos de França, está nesta altura numa fase de perfeita e correcta normalidade.

Recuperar os atrasos, não só das estatísticas de periodicidade anual ou inferior a anual, mas também das estatísticas de ca-

racter censitário (censo da população, inquérito às despesas das famílias etc.), é juntamente com o desenvolvimento de um ou outro projecto extremamente importante, aquilo que estamos a tentar fazer neste momento. Para isso, não nos tem faltado o dinheiro. É evidente que há limites, mas nós temos que nos comportar dentro deles e adaptar-lhes os nossos planos. Neste ano de 1982 será isso que continuará a suceder.

Por outro lado, pensamos que uma área onde se deve fazer um reforço técnico, se for possível, é o da metodologia estatística. Ou seja, melhorar a utilização de métodos matemáticos no tratamento da informação, análise de resultados etc. Assim, as admissões que se possam fazer este ano devem abranger fundamentalmente esse domínio. E isto para dar aos utilizadores da estatística uma qualidade maior, e mostrar o que é que os nossos números são, nos seus defeitos e nas suas qualidades, oferecendo uma análise que agora praticamente não existe. O reforço desse aspecto do tratamento matemático dos números é prioritário até para encarmos dificuldades futuras que mais tarde possam advir, nomeadamente no campo da integração europeia.

«DL» — Não se pode falar de um certo abandono ou bloqueio do INE por parte dos departamentos governamentais de tutela?

G.C. — «De maneira nenhuma, aliás a orientação do INE, a que me referi, foi superiormente sancionada».

«A não existência de um Plano Estatístico Nacional não é muito grave»

«DL» — As atribuições do INE estão claramente definidas? Como é que se explica que haja tantos organismos oficiais a fazer e publicar estatísticas além do INE?

G.C. — «A resposta a essa questão é longa e entra no problema da existência ou não de um Plano Estatístico Nacional (PEN).

No entanto, importa esclarecer que INE é um órgão do Sistema Estatístico Nacional (SEN). Há um sistema que engloba um conjunto de órgãos, com as suas funções e as suas autonomias próprias. O INE é um deles, apesar de vivermos num sistema estatístico centralizado. O INE tem o seu plano de actividades que

não é forçosamente o Plano Estatístico Nacional, cuja elaboração cabe ao Conselho Nacional de Estatísticas e não ao INE. De facto, o Plano Estatístico Nacional não existe. Mas, perguntase, a não existência desse Plano é grave ou não para o sistema estatístico nacional?

Fundamentalmente eu penso que não é muito grave. O PEN asseguraria uma função que o INE não exerce e que é a chamada coordenação de objectivos. Nos sistemas estatísticos nacionais há um princípio de base que é a coordenação num duplo aspecto: técnico, e de objectivos. Este último serve para evitar que haja dois organismos a fazer a mesma coisa, da mesma maneira. Portanto o PEN levaria efectivamente a coordenarem-se os objectivos, reduzindo a carga de trabalho dos informadores, reduzindo os custos da produção estatística, melhorando os aspectos da complementaridade de acções entre vários órgãos do sistema estatístico, etc.

Mas a sua ausência não é muito grave porque nós vivemos num sistema estatístico centralizado. Se vivéssemos num sistema descentralizado, então, isso seria gravíssimo e poderia originar que toda a gente andasse para aí a produzir estatística.

«DL» — Mas é isso que acontece de certo modo...

G.C. — «Sim, mas não com uma incidência que se possa

dizer extremamente grave. Poderá acontecer numa determinada área, um ou outro departamento que faz os seus inquéritos, mas satisfaz o tal requisito da coordenação técnica. Poderá também suceder um outro caso, que desconheço, em que entidades oficiais lançam inquéritos sem os registar no INE que é a entidade a quem cabe decidir se faz ou não, e como se faz, no âmbito da sua função de coordenação técnica. No entanto, é óbvio que não chegamos a este extremo, até porque se o indicador é necessário e nós não podemos obtê-lo, não vamos impedir que outros o façam.

Mas nesse caso, se o inquérito for feito com um questionário directo, a lei exige que o INE o autorize para que fique assegurado que, em estatística, falamos todos a mesma linguagem.

Simplesmente, esta coordenação técnica existe, mas não com o poder que efectivamente deveria ser dado ao INE. Na situação actual, com limitações à admissão de pessoal, vejo-me obrigado a colocar os técnicos superiores que entram em tarefas de produção, em detrimento da coordenação que as pessoas consideram frequentemente menos importante e até menos digna. Todavia é fundamental uniformizar os utensílios de trabalho estatístico, para que ao utilizar um determinado conceito todos tenhamos a certeza do que ele quer dizer».

«DL» — Então não é neces-

sária a existência de um Plano Estatístico Nacional? E se ele é necessário por que é que não existe?

G.C. — «O PEN é necessário, a sua inexistência é que não é muito grave. Ela deve-se ao facto de se tratar de um assunto moroso e de o grupo de trabalho constituído por representantes de diversos departamentos, no seio do CNE, e encarregado desse problema, não ter estruturas para se dedicar a ele integralmente. No entanto, está-se a trabalhar nesse sentido e está-se a fazer neste momento um levantamento da produção estatística nacional que é um primeiro passo para a elaboração do PEN».

«DL» — Se houvesse um PEN, o INE seria o único organismo a produzir estatísticas?

G.C. — «Na minha opinião pessoal, não! Temos que distinguir entre a estatística de interesse generalizado, que deve ser feita pelo INE, e o indicador estatístico sectorial, que interessa numa determinada óptica à gestão de um determinado Ministério e que não tem interesse a nível nacional. De facto, a nossa lei não faz claramente esta distinção e isso talvez levante alguns problemas. De qualquer modo o que é preciso não é que seja o INE a fazer tudo. O que é fundamental é que exista a coordenação técnica e de objectivos de tudo aquilo que é feito fora dele».

«DL» — Voltando ao INE. Não existem outras carências além daquelas de que já falámos?

G.C. — «Sim. Por um lado, a falta de instalações que esperamos se venha a resolver dentro de algum tempo, visto que já existe uma área delimitada para a construção do edifício do INE, no futuro centro administrativo a erguer em Benfica.

Por outro lado, necessitamos muito de técnicos superiores para reforçar a nossa capacidade de concepção. Precisamos também de uma reestruturação do Instituto. Mas é óbvio que a direcção não quer os meios todos de uma vez. Isso seria deitar dinheiro à rua já que não podemos fazer tudo de uma vez e temos de planificar a nossa acção, escolhendo áreas de acção e as áreas prioritárias de desenvolvimento».

Entrevista de José António Cerejo



METROPOLITANO DE LISBOA E.P.

SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE TRANSPORTE POR MOTIVO DE GREVE NOS DIAS 20, 21 E 22 DE JANEIRO

À semelhança do que tem sido feito em anteriores greves, o ML estabeleceu, no dia 20, um serviço de transportes com autocarros da RN, nos percursos e nas condições então praticados.

Oportunamente serão anunciados os transportes de substituição para os dias 21 e 22.

O Conselho de Gerência

SALDOS NA JOFRAMA

Montões de artigos de qualidade seleccionados para a campanha de

SALDOS JOFRAMA

32 000 Jogos de cama de reputada marca, bordado inglês, com 2 lençóis em cores e branco, 2 x 2,8 c/ 2 almofadões. Eram de 2750\$ — 2995\$ e 3150\$

Agora só 1995\$

50 000 Cobertores gigantes. Eram de 750\$00

Agora só 475\$

50 000 Pijamas turcos de criança, senhora e homem. Eram de 325\$ — 495\$ e 575\$

Agora só 195\$ — 295\$ — 395\$

40 000 Toalhas de mesa estampadas 1,5 e 1,6, redondas e quadradas. Lindos padrões italianos. Eram de 395\$ e 495\$

Agora só 245\$

20 000 Sombrinhas. Lindos padrões. Sedas italiana, eram de 495\$ e 550\$

Agora só 295\$

**MILHARES DE MALHAS,
DE CAMISAS, DE CALÇAS,
DE PIJAMAS, DE ROBES
COM DESCONTOS DE**

30% a 50%

**A JOFRAMA NÃO VENDE
MONOS NEM ARTIGOS
COM DEFEITO**

**OS SALDOS
JOFRAMA**

**TÊM TRADIÇÃO
TODO O RESTANTE
STOCK SERÁ VENDIDO
COM DESCONTOS DE
20% a 30%**

JOFRAMA

LISBOA: R. DOS FANQUEIROS, 226, 232
R. DA MADALENA, 203-217
R. JOÃO DAS REGRAS, 4-B/C

Porto • Viseu • Aveiro • Évora • Famalicão

AFILIADAS

ARMAZENS DE S. DOMINGOS

LARGO DE S. DOMINGOS — LISBOA

CORREIA, ARNALDO & VIEIRA

RUA DE S. BENTO — LISBOA

CORREIA, FERNANDO & HELDER

LARGO DA GRAÇA — LISBOA

CORREIA & BRAZ

SANTARÉM

DESPORTO

Rali de Monte Carlo

Fase decisiva arranca com Walter Rohrl à frente

Os Opel Ascona dominaram totalmente a fase de selecção do Rali de Monte Carlo concluída ontem na capital do Principado do Mónaco, ocupando as duas primeiras posições à partida para a fase decisiva da competição.

O antigo campeão mundial Walter Rohrl e o seu compatriota alemão federal Jochi Kleint partem hoje para o percurso decisivo com confortável vantagem sobre o finlandês Hannu Mikkola, Audi Quattro, apontado como o seu mais difícil adversário mas que apenas se classificou em quinto lugar na primeira fase.

A chegada a Monte Carlo, Rohrl reconheceu que «as condições atmosféricas foram favoráveis à Opel», salientando o piso seco com pouco gelo ao contrário de que é habitual.

Rohrl, vencedor deste rali e do campeonato do Mundo em 1980, somou uma hora e 58,52 minutos, batendo Kleint por 1-05 minutos e Mikkola por 4,38.

Apesar de Mikkola apenas ter obtido o quinto lugar, Rohrl disse: «Se nevar e mesmo que nós ganhemos as primeiras 30 classificativas, os Audi acabarão por vencer o rali».

«Basta nevar apenas na noite derradeira para eles ganharem o rali», afirmou o piloto da Opel.

«Mas eu penso que assim, sem gelo, o rali será mais interessante, pois se a Audi já estivesse à frente a prova acabaria por se transformar em procissão», concluiu.

O acidente mais grave da segunda etapa, entre Aix-Les-

Bains e Monte Carlo, ocorreu com o francês Jean-Claude Andruet, vencedor da edição de 1973, e o navegador Michele Biche Espinos. O seu Ferrari 308 foi obrigado a abandonar a prova depois de um despiste na sequência de derrapagem numa zona de gelo.

Os dois intervenientes saíram ilesos do acidente.

O sueco Bjorn Waldegard, vencedor em 1969 e 1970, em

zonas de gelo, mas sem neve.

Os primeiros 200 pilotos arrancam de Monte Carlo à 1,25 para a terceira etapa, numa distância de 369 quilómetros, compreendendo 14 classificativas, devendo regressar ao Mónaco quarta-feira à noite.

Classificação

A classificação geral oficial do Rali de Monte Carlo é a seguinte

Hannu Mikkola, (Finlândia), Arne Hertz (Suécia), Audi Quattro, 2.5,39; 6.º — Jean Luc Therier, Michel Vial, Porsche SC, França, 2.3,50; 7.º — Bruno Sabay, Francoise Sappey, Renault 5, França 2.5,31; 8.º — Dany Snoeck, Denise Emannuelle, Renault 5, França 2.7,20; 9.º — Bjorn Waldegard, Hans Thorszelius, Porsche SC, Suécia, 2.9,27; 10.º — Jean Pierre Ballew, Alain Flores, Porsche SC, França.

Michele Mouton abandona

O Rali de Monte Carlo já acabou para Michele Mouton, depois de ter tido um despiste na segunda prova especial do percurso comum, Port des Mielans-Saint Auban (França).

Michele Mouton, considerada uma das favoritas da prova, foi obrigada a abandonar a prova, pois o seu Audi Quattro ficou bastante danificado.

No entanto, nem a francesa nem o seu navegador, a italiana Fabrizia Pons, ficaram feridas.

Com o abandono de Michele Mouton depois do abandono de Michele Sinottro só se encontra em prova um Audi Quattro pilotado pelo finlandês Hannu Mikkola que se encontra actualmente em quarta posição na classificação.

Porsche, sofreu dois furos simultâneos, perdendo mais 3 minutos na sexta classificativa.

Na descida para Monte Carlo recuperou contudo alguns minutos, estando agora a 10 minutos, 35 segundos de Rohrl.

As condições do tempo durante a maior parte do percurso foram boas, com as estradas geralmente limpas nos Alpes franceses, à excepção de algumas

após nove provas especiais de classificação: 1.º — Walter Rohrl, Christian Geistdorfer, Opel As-

cona 400, RFA 1 hora 59 minutos 52 segundos; 2.º — Jochi Kleint,

Gunter Wagner, Opel Ascona 100, RFA 1.59.57; 3.º — Guy Fre-

quel, Jean Fauchille, Porsche SC, França 2.1,14; 4.º — Michele

Mouton (França) Fabrizia Pons (Itália) Audi Quattro, 2.1,16; 5.º —

Mark Thatcher: 38 mil contos ao governo argelino

O Governo argelino decidiu pagar as despesas provocadas pela vasta operação de busca para encontrar, na semana passada no Sul argelino, o filho da primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, segundo anunciou em Londres um conselheiro da Embaixada argelina.

O conselheiro acrescentou que «o grupo britânico não deverá pagar nada».

Mark Thatcher e os seus dois companheiros estiveram perdidos no deserto durante seis dias, quando participavam no Rali Paris-Dakar.

As buscas empreendidas pelas autoridades argelinas, em colaboração com o Governo francês e com o Mali, mobilizaram cerca de uma dezena de aviões e muitos veículos todo terreno. Os custos da operação foram avaliados em cerca de 300 mil libras (cerca de 38 mil contos).

Não vem para o Benfica

**Treinador
húngaro
do Bayern
mais
uma época
em Munique**

O técnico húngaro Pal Csernai revalidou ontem por mais uma temporada o contrato que o liga ao Bayern de Munique, actual campeão de futebol da Alemanha Federal.

A agência DPA revelou que a assinatura do contrato antes do final da época deveu-se ao receio que os dirigentes do Bayern tinham de que Csernai aceitasse uma «proposta tentadora» do Benfica para suceder ao seu compatriota Lajos Baroti.

Contactado em Lisboa pela ANOP, o presidente do Benfica, Fernando Martins, desmentiu que o clube português tenha endereçado um convite a Csernai, mas admitiu a hipótese de que algum empresário o tenha feito em nome do Benfica, sem conhecimento deste.

Csernai, 49 anos, sucedeu no comando técnico do Bayern ao seu compatriota Gyula Lorant a 12 de Dezembro de 1978. Nos últimos dois anos, o Bayern, sob o comando de Csernai, ganhou o campeonato alemão federal e lidera o actual torneio.

Meios ligados ao clube alemão federal citados pela DPA revelaram que o técnico húngaro deverá ser ligeiramente aumentado, passando a receber um salário mensal de 25 mil marcos (cerca de 750 milhões de escudos).

Seleccção portuguesa: “grega” para chegar a Atenas

Dois dos principais futebolistas gregos da actualidade, Kapsis e Vambakoula, estão impedidos por lesão de desfrutar Portugal amanhã, em jogo particular marcado para o Nea Philadelphia Stadium de Atenas.

A selecção portuguesa adiou por um dia a sua partida para Atenas devido ao nevoeiro que obrigou ao encerramento do aeroporto de Roma, uma das escalas da viagem e realizou entretanto um treino no estádio de Alvalade. A chegada a Atenas está prevista para o fim da tarde de hoje.. Anthimo Kapsis, «capitão»

da selecção grega, e o jovem avançado Niko Vambakoula lesionaram-se na última jornada do campeonato e foram substituídos por Elias Berios e Thanasis Papazoclou.

O novo seleccionador grego, Chistos Archontidis, manteve a convocação do goleador do Panathinaikos, Mike Galakos, levemente lesionado na jornada de domingo.

Na selecção portuguesa está prevista a estreia como internacional do defesa lateral Coelho, do Portimonense.

A equipa portuguesa deverá alinhar com os elementos seguintes: Bento, Coelho, Hum-

berto, Eurico e João Cardoso; Eliseu, Dito e Palhares; Oliveira, Diamantino e Nenê.

Árbitro Garrido na «Taça das Taças»

O árbitro português António Garrido foi nomeado para dirigir, dia 17 de Março, o jogo Eintracht Frankfurt - Tottenham dos quartos-de-final da «Taça das Taças» de Futebol.

Garrido é o único árbitro português nesta eliminatória das competições europeias de clubes.

Os seus auxiliares serão nomeados pelo Conselho Nacional de Arbitragem.

João do Pulo: agora só um ‘milagre’

O recordista e campeão mundial do triplo salto João Carlos Oliveira deixou ontem a unidade de cuidados intensivos do hospital de Campinas, onde estava internado desde 22 de Dezembro, quando sofreu grave acidente de viação.

Os médicos consideraram muito boas as condições físicas actuais do popular atleta brasileiro, conhecido como «João do Pulo», que já tem normalizada a circulação de sangue na perna direita, seis dias depois de uma operação de urgência.

O atleta vai ficar mais dois meses hospitalizado, antes de

iniciar um «largo período» de fisioterapia para recuperar os movimentos da perna direita — indicaram os médicos.

Adiantaram ainda que «só outro milagre» poderá possibilitar o regresso de Oliveira ao desporto de competição.

João Carlos Oliveira detém,

desde 1975, o recorde do mundo da especialidade com 17,89 metros e conquistou medalhas de ouro nos campeonatos mundiais de 1978 (Dusseldófia, RFA), 1979 (Montreal, Canadá) e 1981 (Roma) e de bronze nos Jogos Olímpicos de 1976 (Montreal) e 1980 (Moscou).

Totobola: acertaram oito

Oito apostadores acertaram em 13 resultados no concurso de domingo do Totobola, cabendo a cada um o valor provisório de 2.179 671 escudos.

Com 12 resultados certos foram escrutinadas 463 apostas, correspondendo a cada uma o prémio de 37.662 escudos.

canal da crítica

MARIO CASTRIM

Uma figa

Caramba, como as circunstâncias rasteiram o essencial! Não é possível gostar da Lua e do Sol, quando se tem uma unha encravada. Como saborear a plenitude do amor quando, no quarto ao lado, o menino arde em febre? E o Pavarotti, sim, acaso podemos ouvi-lo sem reservas, se estamos deitados na cama de faquir chamada RTP?

Ouvi-lo cantar, vê-lo entre amigos e conterrâneos, vizinhos de Modena, a bater-se com «feticini» e com uma botelha de tinto, ele em família, ele no grande anfiteatro de Verona, já passaram quarenta minutos... cinquenta minutos... Meu Deus, faz que haja intervalo, faz que o programa ainda continue, faz isso, meu Deus, acaso tu não podes tudo?

Não pode. Acabou mesmo. E foi como se se partisse a varinha de condão que a RTP pedira emprestada à BBC. Dói sempre uma queda assim. Eis nos estatelamos ao comprido na realidade da Televisão portuguesa — aliás pedida de empréstimo também a um produtor britânico.

Era a história de Betzi, uma jovem inglesa que morava em Santa Helena, quando Napoleão já dobrava os últimos dias. A Betzi sonhava, cheia de medo,

que Napoleão se ia meter na cama com ela e a comia. Ela própria lho conta. O imperador diz que ela é muito tenrinha, engolia-a toda com uma dentadinha só. Enfim: ternuras.

A história romântica mete cavalos, mas Napoleão, vê-se claramente, já não é homem para grandes cavalarias. Betzi, com os 15 anos mais sabidos que já temos visto na Televisão, bem o provoca, mas não leva nada. A hepatite do imperador é irremediável. Afinal, que pequena coisa é ser homem quando até os próprios Deuses não escapam às hepatites.

Meu prazer era ficar para aqui a tagarelar sobre o Pavarotti. Nada de discussões técnicas, percebem? Falar por falar, coisas sem importância, essa espuma de coisa nenhuma feita, que já está morrendo no próprio intuito de estar nascendo. Como quando se ama e as palavras são todas em código, enganadoramente simples.

Para tanto, seria necessário, não ver o Ângelo Correia, tribuna aos bombeiros, esses heróis que nada recebem em troca do seu sacrifício, nada, a não ser «a gratificação que o país lhes envia». Que gratificação será essa?

Não ver o Torres Couto longamente dentro do Telegiornal, não sei que o Governo aceitara «repensar» (com medo da UGT, segundo creio) não sei que dialogar com o Governo...

Não ver o Queirós Martins, dito «ministro do Trabalho», a referir os «apports» dos parceiros sociais.

Não ver novamente o Torres Couto que sim senhor, a CEE, a UGT até podia ajudar à coisa, dadas as suas relações internacionais...

Não ver o Savimbi entrevistado pela voz mais horrorosa do Telegiornal... O Savimbi colaborador da PIDE, homem-de-mão dos colonizadores... Negro de rastos diante dos bandidos do «aparteid» sul-africano, de quem recebe o oxigénio de que precisa para existir...

A entrevista do Telegiornal, órgão de informação totalmente em poder da direita de punhal nos dentes, assume todos os aspectos de mais uma provocação. A presença de Jonas Savimbi (o Telegiornal dizia há dias que ele combate contra a presença sovieta-cubana em Angola...) tem todo o ar de promoção preparada pela engrenagem que toma por alvo a República Popular de Angola. A qualquer cida-

dão é lícito perguntar até onde já irão nesse domínio, os compromissos do Governo português...

Pois eu gostaria de ficar para aqui com a recordação da voz e da arte de Pavarotti. E, com ela, sentir o gosto amável que o pão nos deixa na boca depois de bem mastigado.

Mas como, mas como, se estes olhos na sua longa viagem pela TV se carregaram de veneno e de tristeza? Como vou eu arranjar na memória um cantinho para o amor da música, se ela ficou doente com as palavras do presidente da CIP, dr. Ferraz da Costa?

O dr. Ferraz da Costa, presidente da CIP, dirigiu-se, não já por entrelinhas, mas por palavras completas, ao Partido Socialista. Assim: «Pensamos que o Partido Socialista tem uma responsabilidade muito grave neste momento e que deveria propiciar uma revisão profunda da Constituição...»

Quem diz isto é o dr. Ferraz da Costa. Este é o pensamento da CIP. Estão a ver, amigos socialistas? Estão a perceber, amigos trabalhadores socialistas?

Não, não vou dizer nada mais do Pavarotti. Vou fazer uma figa, consoante o velho receituário familiar.



Manuel Rafael, Lda.

TUDO EM MATERIAL ELÉCTRICO
TV. DO FORNO, 7-A (AO ROSSIO) T. 371001/2

Hoje



Na RTP-1 exibição de mais um episódio da série humorística «Um Homem Entre Mulheres»

- 17.37 Sumário
17.40 Tempo dos Mais Novos
18.15 País, País
18.45 Tempo de Desporto — saltos em comprimento.
19.15 «Olhai os Lírios do Campo» — 65.º episódio.
19.55 O Tempo
20.00 Telegiornal — detalhadamente as notícias nacionais e internacionais.
20.35 Vamos Jogar no Totobola
21.40 1+1=1 — a nota sensível.
21.10 «Um Homem Entre Mulheres» — intérpretes: Lawrence Pressman, Louise Sorel, Julie Cobb e Natasha Ryan.
21.40 Revista Desportiva Nacional
22.45 24 Horas



Na RTP-2, esta noite, mais uma presença de Alfred Hitchcock

- 18.15 País, País
18.45 «Sítio do Picapau Amarelo»
19.10 Agricultura, Projecto de Sobrevivência
19.30 Fronteiras da Música — programa dedicado ao jazz.
20.00 Informação/2 — as notícias nacionais e estrangeiras.
20.30 As Técnicas da Arte — a moldagem como suporte da escultura.
21.00 Cineclube/2 — «Hitchcock Presents...»
22.15 Bandas em Évora — Bandas da PSP.

Amanhã



Das 13.20 às 17.20: Ciclo Preparatório TV; 17.32: Sumário; 17.37: Tempo dos Mais Novos; 18.15: País, País; 18.45: A Mosa e o Reno; 19.15: «Olhai os Lírios do Campo» — episódio n.º 66; 19.55: O Tempo; 20.00: Telegiornal; 20.30: Noite de Cinema — com o filme «A Paixão dos Fortes»; 22.45: 24 Horas.

18.15: País, País; 18.45: «Sítio do Picapau Amarelo»; 19.10: Desporto Plural; 19.30: Documentário; 20.00: Informação/2; 20.30: «A Árvore das Patatas»; 21.30: Quarta Há Noite.

GRUNDIG

qualidade em toda a linha!



«Um Homem Entre Mulheres» (21.10)

«Hitchcock» (21.00)



Além de um programa a escolha oferece-lhe



Resumo do episódio de hoje

Enquanto Olívia diz a Frida que parte, no dia seguinte para Nova Itália, Alzira — satisfeita com o casamento de Eugénio — afirma a Eugénio ter gostado muito da família de Eunice. Depois, pergunta ao filho se gosta mesmo da noiva ou se vai casar por causa da sua fortuna. Eugénio diz-lhe que gosta mesmo de Eunice.

Isabel diz a Filipe que a filha voltou a namorar com o judeu e, entretanto, Frida põe a casa à venda, sem que Olívia saiba. Esta apenas tem conhecimento do facto quando Frida lhe apresenta o novo inquilino e lhe diz que vai morar com ela em Nova Itália.

O pai de Simão morre e Frida aconselha Eunice a casar com separação de bens.

ASSISTENCIA TECNICA GRUNDIG

NACIONAL RADIO — Rua B. Jesus Caraça, 17 Cruz Quebrada — Tel. 2112871

EU CA UTILIZO O MELHOR
E O MELHOR É O SISTEMA DE CONTABILIDADE

EFICEX — «aquele sistema!»

VENDA DE IMPRESSOS AVULSO NA
CONTICEX — Av. João XXI, 4-A
Telefones 888417/25 Lisboa

Teatro da Trindade — INATEL

Apresenta

Hoje às 21.30

(para uma curta série de representações)

Retabulo
Amor
profano

Os sócios do Inatel, dos Cods. e Cpts. beneficiam de 50% de desconto

(Não acons. a menores de 13 anos)

TEATRO MUNICIPAL DE
SÃO LUIZCICLO «ASPECTOS HUMANOS DO CINEMA
ALEMÃO DE HOJE»19 A 24 DE JANEIRO
ÀS 21.30 HORASUma iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa com o apoio do
Instituto Alemão de Lisboa

I — INFÂNCIA

Dia 19 — UM DIA AO VENTO
Realização de HARO SENFT

II — JUVENTUDE: AMOR E PROFISSÃO

Dia 20 — AMOR
Realização de KLAUS LEMKE
Dia 21 — O PÃO DO PADEIRO
Realização de ERWIN KEUSCH

III PROBLEMAS SOCIAIS

Dia 22 — A LONGA QUEIXA
Realização de MAX WILLUTZKI
Dia 23 — A CELA DE CRISTAL
Realização de HANS W. GEISSENDORFER

IV — EVASÃO PARA O SONHO

Dia 24 — CORAÇÕES EM CHAMAS
Realização de WALTER BOCKDORF e ROLF BURMANN
(esta sessão realiza-se às 15.30)— PASSEIO DE PENTECOSTES
Realização de OTTOKAR RUNZE

PREÇO ÚNICO: 50\$00

Não Aconselhável a Menores de 18 Anos

ESTE PROGRAMA PODE SER ALTERADO POR QUALQUER
MOTIVO IMPREVISTO

BATAS PROFISSIONAIS

ALTAMENTE ESPECIALIZADOS

TINTURARIA GUANABARA - Dep. de Confeccões

Av. João XXI, 5-D - 1100 (Metro Amarelo) - Rua Infante, 16-55 - 1300 LISBOA

David Mourão-Ferreira recebeu prémio internacional de crítica

O escritor David Mourão Ferreira recebeu ontem, em Lisboa, o prémio do Centro Português da Associação Internacional de Críticos Literários.

No valor de cem mil escudos a distinção, entregue pela terceira vez, foi da responsabilidade de

um júri constituído por João Rui de Sousa, Guilherme de Castilho e Maria da Glória Padrão.

A cerimónia decorreu na Biblioteca Nacional e na ocasião Maria Glória Padrão fez o elogio da obra premiada.

David Mourão Ferreira, direc-



Jacinto Prado Coelho profere algumas palavras, durante a entrega do prémio a David Mourão-Ferreira

tor do Serviço de Bibliotecas Itinerantes da Fundação Gulbenkian, nasceu em Lisboa a 24 de Fevereiro de 1927.

Licenciado em Letras, fundou e dirigiu ao lado do poeta António Manuel Couto Viana as folhas de poesia Távola Redonda (1950-1954).

Depois de ter passado pelo corpo redactorial da «Seara Nova» (1953-55) exerceu crítica de poesia no «Diário Popular» (1954-57) e escreveu letras para fados e canções conhecidas através de Amália Rodrigues e Simone de Oliveira.

Durante alguns anos foi professor no ensino secundário e entre 1957 e 1963 assistente da Faculdade de Letras de Lisboa.

Entre 1965 e 1974 ocupou o cargo de secretário-geral da Sociedade Portuguesa de Autores e em 1970 voltou a ensinar na Universidade.

Depois do 25 de Abril desempenha a função de director do vespertino «A Capital», onde fica

até 1975, e entre 1976 e 1979 participa em três Governos com o cargo de secretário de Estado da Cultura.

E sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa e sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras.

Publicaram livros sobre a sua obra os poetas Vasco Graça Moura e José Martins Garcia.

Uma jovem universitária, Maria Helena Malheiro, escreveu um ensaio sobre o livro de contos «Os Amantes», texto desde logo distinguido pela Associação Portuguesa de Escritores com o Prémio Revelação na modalidade de ensaios, 1980.

David Mourão Ferreira é ainda autor de numerosos programas e intervenções na RTP e RDP sobre poesia, antes e depois do 25 de Abril.

A sua obra inclui cerca de duas dezenas de títulos de poesia, prosa, teatro, ensaio, crónica e traduções.

Morreu Ramon Jose Sender

Com 81 anos, faleceu em San Diego, na Califórnia, o escritor espanhol Ramon José Sender, laureado do Prémio Nacional de Espanha de Literatura em 1935 e exilado desde a Guerra Civil.

Sender, que figurou na lista dos possíveis prémios Nobel de Literatura da década de 70, faleceu na sua residência, na sexta-feira, mas a morte apenas foi anunciada ontem pela família. Segundo a esposa, Florence Hall Sender, o escritor sofria de asma e de enfisema.

Não haverá enterro, sendo as cinzas do escritor espalhadas no mar.

Ramon José Sender nasceu em Aragão, tendo sido chefe de Redacção do «El Sol», de Madrid, entre 1924 e 1931. Entre 1936 e 1939, serviu como oficial no Exército republicano. Após a vitória de Franco, exilou-se no México e nos Estados Unidos, naturalizando-se americano em 1946.

Foi professor de literatura espanhola no Amherst College do Massachusetts e nas Universidades de Denver, Novo México e Califórnia do Sul. Até morrer, colaborou com diversas publicações espanholas.

3.ª A DOM: 21h30
DOM (ib): 16h

FERNÃO, MENTES?

encenação Helder Costa
R. ALEXANDRE HERCULANO, 70
tel. 668300 (n/13) Sub. SEC.

A BARRACA

TRIBUNAL JUDICIAL DE LISBOA — 7.º JUÍZO CÍVEL

ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem de garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que se começará a contar da 2.ª e última publicação do presente anúncio.

Execução Sumária n.º 70/81 3.ª Secção.

Exequentes — SANTOS & PRIOR, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS E CAMIÕES, L.D.ª.

Executado — PAULO RODRIGUES TEIXEIRA, industrial de reparação de automóveis, com oficina na Rua Dr. Saldanha Pais, n.º 2 e residente na Rua António Feliciano de Castilho, Lote 59.3.º -D.º, sendo ambas as moradas em Pata-meiras — Odivelas.

Lisboa, 8 de Janeiro de 1982.

O JUIZ DE DIREITO
0192fermo David Faria

Pe'l O ESCRIVÃO DE DIREITO
José Dias Rebelo

Juvecine-82 no Porto

A delegação regional do Porto do FAOJ organizou no ano transacto o Festival do Filme do Jovem Cineasta — JUVECINE.

Dado que o certame atingiu plenamente os objectivos previstos, perspectivou-se a sua transformação num encontro anual de jovens cineastas não-profissionais, onde o intercâmbio de ideias e experiências e a discussão dos trabalhos, a par de uma presente informação e formação técnica, pudessem ser os pólos fundamentais dos jovens que escolheram o cinema como meio de expressão.

Assim, surge o Juvecine 1982, em 1, 2, 3 e 4 de Abril.

Como novidades em relação à sua anterior edição, destaca-se a criação de uma secção de filmes experimentais a concurso e a participação de jovens cineastas não-profissionais franceses.

Serão mantidas as retrospectivas de cinema amador de qualidade, de trabalhos de escolas e institutos de cinema estrangeiros.

Também o «atelier» técnico será novamente montado, com maiores períodos de funcionamento, de forma a permitir um maior aproveitamento dos jovens participantes no contacto com as diversas técnicas.

Aquarelas da RFA no Funchal

Uma exposição de 14 aquarelas da Madeira da autoria do artista alemão-federal Walter Kalot foi ontem inaugurada na Direcção Regional de Turismo da Madeira.

Trata-se da segunda exposição de Walter Kalot na Madeira,

A primeira, uma mostra de escultura, pintura e gravura, realizou-se em 1978.

Kalot ofereceu à Câmara Municipal do Funchal um conjunto escultórico que será colocado na piscina do Lido.

2.º MÊS

A EXCEPÇÃO É A REGRA

SEXTAS E SÁBADOS AS 21.45 h.

DOMINGOS AS 16 h. E 21.45 h.

de BERTOLT BRECHT

encenação PETER SCHROTH e PETER KLEINERT

GRUPO DE CAMPOLIDE

TEATRO ACADÉMIA ALMADENSA TEL. 2752175

C.M.A./Gulbenkian Sub. SEC.

Um dos melhores espectáculos do ano.

RESTAURANTES

TATU

PASTELARIA C/FABRICO PRÓPRIO

SALÃO PARA BANQUETES E CASAMENTOS. TODOS OS DIAS A AUTÉNTICA FEIJOADA À BRASILEIRA

Campo Grande, 80

Telf. 765188/9

Embora procedendo a obras de beneficiação, continuamos diariamente ao dispor dos nossos clientes e amigos.

D. LUÍS

CHURRASQUEIRA

ABERTO TODOS OS DIAS

(EXCEPTO SÁBADOS)

AR CONDICIONADO

Rua General Taborda, 9-B (Campolide)

Telf. 681220

CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

BANCO FUNDADO EM 1864

PAGA OS MAIS ALTOS JUROS DA BANCA

COTAÇÕES DE NOTAS	(Por unidade)	
	COMPRA	VENDA
AFRICA DO SUL (rand)	61835	66835
ALEMANHA FED. (marco)	28980	29870
AUSTRIA (xelim)	4900	4820
BELGICA (franco)	15222	15722
BRASIL (cruzeiro)	3317	3567
CANADA (dólar - notas de 1 e 2)	54395	56395
(notas de 5 a 1000)	55845	57845
DINAMARCA (coroa)	8875	9315
ESPAÑA (peseta)	3632	3732
EUA (dólar - notas de 1 e 2)	65870	67870
(notas de 5 a 1000)	66820	68820
FINLÂNDIA (marka)	14890	15890
FRANÇA (franco)	11815	11885
HOLANDA (florim)	26810	27810
INGLATERRA (libra)	123895	127895
IRLÂNDIA (libra)	101850	105850
ITALIA (lira)	8049	8059
JAPÃO (yene)	3266	3301
NORUEGA (coroa)	11825	11875
SUECIA (coroa)	11865	12325
SUIÇA (franco)	35855	36855
VENEZUELA (bolivar)	12895	13895

Observações:

1. - No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.

2. - Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 3 por mil.

STAR TURISMO VIAGENS

UMA AGENCIA DE VIAGENS DE SERVIÇO COMPLETO

Lisboa Estoril Porto Guimarães Faro Portimão Madeira e Açores

rádio

Antena Um

17.00: Ovo de Colombo; 17.05: Figuras e figurantes; 17.30: Ontem, amanhã e depois; 18.05: A cassete extravagante; 18.15: A década prodigiosa; 18.30: Entrevista imaginária; 19.00: Música; 20.00: Ler, ouvir e falar - contos contados; 21.00: A voz da solidariedade; 21.30: Programa da noite - clube de imprensa; 23.30: Último jornal.

Programa 2

16.35: Música de piano de Chopin; 17.00: Música jazz; 17.45: Música de câmara; 18.05: Tempo de bailado; 18.35: Intérpretes portugueses; 19.00: Música em diálogo; 19.30: Música de câmara; 20.10: O homem sem tempo; 21.00: Escrever hoje; 21.40: Música; 22.30: O gosto pela música; 23.00: Intercâmbio musical; 00.00: Música; 01.00: Fecho. Noticiários de hora a hora.

Rádio Comercial (283, 290 e 397m)

15.45: Teatro trágico; 16.15: Os meus segredos de cozinha; 17.03: Todos no top; 18.10: Espaço 3 P; 18.15: Hora de ponta; 20.03: Quando o telefone toca (1.ª edição); 20.30: Diversos; 21.03: Quando o telefone toca (2.ª edição); 21.30: Quando o telefone toca (3.ª edição); 22.03: Portugal e a CEE; 22.15: Novas de alegria; 22.30: Tempo de desporto; 23.08: 24.ª hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

16.03: Rock em stock; 18.03: Circulo em FM; 19.03: Em órbita; 20.03: Rolls rock; 21.03: Abandajazz; 22.03: Café concerto. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA

15.00: Três vezes seis; 16.00: Aqui e agora; 17.00: Jornal da mulher; 18.15: Igreja em notícia - palavra do dia; 18.30: Transmissão do tempo; 19.00: Programa da LAR; 19.30: Nota de abertura; 20.00: Dê no vinte; 21.00: Quando o telefone toca; 21.30: Pentagrama; 22.00: Diálogo e vida; 22.30: Bola branca (2.ª edição); 23.05: Musical; 23.30: Nota de abertura; 23.55: Meditando. Grandes blocos informativos às 19.30 e 23.30. «Flashes» noticiosos de hora a hora.

Tiragem média diária do mês anterior: 43 493 exs.

palavras cruzadas

COM PROVERBIO PROBLEMA N.º 13 331

HORIZONTAIS:

1. Requeses. Artigo definido.
2. Profeta judeu no tempo de Acab e de Jezabel. Acerto.
3. Suspiro. Grito.
4. Rei de Tebas, pai de Edipo e marido de Jocasta. Infêis.
5. Furioso.
6. Suporte (pop). Três das sete letras que compõem o nome da palavra designativa de pequeno corpúsculo interior do ovo.
7. Pronome pessoal. Cupido. Bebida usada nas índias orientais.
8. Acalentais. Engano.
9. Centiare. Abreviatura de radiano, unidade de ângulo. Mil cento e dois em romano.
10. Nota musical (inv). Preposição e artigo. Freguesia do conselho de São João.
11. Cidade do estado do Paraná, Brasil. Preposição.

VERTICAIS:

1. Preguiça.
2. Aleia. Caias com estrondo.
3. Farsa gesticulada.
4. Um dos estados da América do Norte. Dividir ao meio.
5. Reis. Magoado.
6. Tempo do verbo ser. Artigo indefinido. Osmio (s.q.).
7. Campônios. Dois mil e um em romano.
8. Boi bravo. Levante (inv).
9. Bismuto (s.q.). Enfiadas.
10. Ninhos. Pecado.
11. Preposição e artigo. Qualificativo do cavalo trotão (Bras). Antes do meio dia.

Resolvi completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 9 191

HORIZONTAIS:

1. Arquipélago da Malásia, no mar da China.
2. Aldeia de índios do Brasil. Convocação.
3. Acabavámos.
4. Antever. Manuscrito.
5. Pequena ave de rapina. Escolho e rochedo do estreito de Messina, em frente do Caribe. Colónia romana da Líbia de cuja união com Léptis Magna derivou mais tarde o nome da cidade principal-Tripolis.
6. Ribeira de Portugal. Agarrara.
7. Erva-doce. Acorrento.
8. Consentir. Trituras.
9. Rio da Alemanha que nasce no Tirol. Idem. Moderato.
10. Padres.
11. Hospedeira oficial na China. Moletais.

VERTICAIS:

1. Ilha entre o oceano Pacífico e o mar da China e a Coreia. Rio da Ásia Central, tributário do lago Baical.
2. Levante. Um dos doze profetas menores.
3. Luminárias.
4. Indignar. Relativo à sura.
5. O mesmo que melância. Pronome pessoal.
6. Preveniências.
7. Freguesia do concelho e distrito de Goa. Doutora.
8. Afliam. Zomba.
9. Preposição. Odores.
10. Capital da República do Togo, porto no Golfo da Guiné. Província do Equador, no centro da região andina.
11. Povos guerreiros das margens do Odor e da Ucrânia.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 13 330

HORIZONTAIS:

1. NEM CADA SS
2. Lada. Ossa.
3. Demente. Ará.
4. Ivá. Tava. Dr.
5. Aar. Ar. Lai.
6. Rábia. Cana.
7. Rasos. Ba.
8. Ao. Mercam.
9. Moral.
10. Orobo. Aia.
11. Mi. Caier. Ar.

VERTICAIS:

1. DIA. RARO.
2. Flaviar. Rã.
3. Mamarras. Dor.
4. De. Boa. Br.
5. Cantais. Moa.
6. Tara. Mo.
7. Doer. Berat.
8. As. Alçara.
9. Sa. Ax. Chiar.
10. SARDINHA. Ia.
11. Ar. Moas.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 9 190

HORIZONTAIS:

1. Ghat. Manada.
2. Aaro. Ocar.
3. IV. Mar. Cava.
4. Oira. Apor.
5. Airadas.
6. Arar. Sás.
7. Oca. Acolá.
8. Roia. Alão.
9. Apostariam.
10. Mi. Caier. Os.
11. Amolou. Asa.

VERTICAIS:

1. Gaio. Coram.
2. Flavia. Copia.
3. Ar. Ri. Aló.
4. Tomara. Asco.
5. Are. Tal.
6. Morada. Mau.
7. Ac. Pará. Rau.
8. Nacos. Cair.
9. Arar. Solá.
10. Falamos.
11. Amor. São. Sa.

Provérbio: Nem cada dia, rabo de sardinha.

cartaz de cinemas e teatros

abCINE 803055

Centro Comercial de Alvalade

SALA A

Às 14.30, 17.30 e 21.15

- 13 a.

FRANCISCA

Às 24 - 18 a.

SALO E OS 120 DIAS

DE SODOMA

SALA B

Às 14.45, 17, 19, 21.30 e 23.45

- 18 a.

O BURACO DA AGULHA

c/ Donald Sutherland

ALVALADE 897480

Av. de Roma

Às 14, 16.30, 19 e 21.30

- Para Todos

Walt Disney Productions apresenta

O grande espetáculo das festas!

OS ARISTOGATOS

Falado em português

6.ª Semana

APOLO 763319

Av. Júlio Dinis, 10-A

Às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30

e 23.30 - N. ac. men. 13 a.

VAI TRABALHAR MALANDRO

e Roger C. Carmel

Um filme de Jerry Lewis

12.ª Semana

AVIS 547163

Av. Duque de Aveiro, 45

Às 15.30, 18.30 e 21.30

- Int. men. 18 a.

75 semanas em Nova Iorque! Êxito em

Paris e Londres!

Malcolm McDowell no papel de

CALIGULA

5.ª Semana

BERNA 776098

Av. Marquês de Tomar

Às 14, 16.30, 19 e 21.30

OS SALTEADORES DA ARCA

PERDIDA

c/ Harrison Ford, Karen Allen

e Paul Freeman

Um filme de Steven Spielberg

35.ª Semana

CALEIDOSCÓPIO 795093

Campo Grande

Às 14, 16.30, 19 e 21.30

- Para Todos

O mais fabuloso marinheiro de todos os

tempos

POPEYE

Um filme de Robert Altman

Technicolor

CASTIL 530194

Rua Castilho

Às 15, 17, 19 e 21.30

Int. a menores de 13 anos

GELADO DE LIMÃO II

9.ª Semana

CINE 222 579460

Av. Pr. da Vitória, 37 (ao Saldanha)

Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30

- N. ac. men. 13 a.

O QUE HÁ DE NOVO

GATINHA?

24.00

OS SAQUEADORES

CINEBOLSO 573407

R. Actor Taborda, 27-B

Às 12.30, 14.30, 16.45, 19 e 21.30

- Int. men. 18 a.

SEXO MECÂNICO

Pomográfico

Às 24

MEDO SOBRE A CIDADE

CINE BLOCO 556824

Gaveto Av. 5 de Out. e Pinh. Chagas

Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30

AMOR E SANGUE

não acons. men. 18 anos

Às 24

OS CINCO MALDIOZOS

CINE CAMÕES 324194

Rua do Loreto, 15

Às 14.15, 16.30 e 21.30

- N. ac. men. 18 a.

AS DUAS ERAM DINAMITE

c/ Claudia Gennina e Johnny Crawford

Um filme de Michael Pressman

CONDES 322523

Av. da Liberdade, 2

Às 14, 16.30, 19 e 21.30

A NOITE DO FALCÃO

int. men. 13 anos

com James Brolin, Cliff Gorman

EDEN 320768

P. dos Restauradores, 21

Às 14, 16.30, 19 e 21.30

DESIDERIA, INICIAÇÃO DE

UMA VIRGEM

c/ Stefania Sandrini, Lara Wendel

e Klaus Löwitsch

Um filme de Gianni Barbelloni

Colorido

ESTÚDIO 555134

Alm. Afonso Henriques, 35

Às 15, 17, 19 e 21.30

- N. ac. men. 18 a.

GELADOS QUENTES, SONHOS

DORMENTES

Um filme de Thomas Chong

3.ª Semana

ESTÚDIO 444 779095

Av. Defensores de Chaves, 83-B

Às 15.30, 18.30 e 21.30

- N. ac. men. 13 a.

A BANQUEIRA

12.ª Semana

IMPÉRIO 555134/5

Al. Afonso Henriques, 35

Às 15.15, 18.30 e 21.30

- N. ac. men. 13 a.

OS OLHOS DA TESTEMUNHA

LONDRES 801313

Av. de Roma, 7-A

Às 14, 16.30, 19 e 21.30

- N. ac. men. 13 a.

LILI MARLEEN

c/ Giancarlo Giannini e Mel Ferrer

Filme de qualidade

11.ª Semana

LUMIAR 79 52 96

Calçada de Carriche, 38

Às 21.30 - Int. men. 18 a.

A FREIRA DIABÓLICA

Cenas eventualmente chocantes

MONTECARLO 681117

Av. Pedro Álvares Cabral, 37

Às 15.30, 18.30 e 21.30

- N. ac. men. 18 a.

O CAMPEÃO DOS LUTADORES

c/ Bruce Lee, Cheung Lac

e Yang See

MONUMENTAL 555131

P. Duque de Saldanha

Às 15.15, 18.15 e 21.30

- Int. men. 13 a.

EXCALIBUR

Um filme de John Boorman

NIMAS 574362

Av. 5 de Outubro, 42-B

Às 14, 16.15, 18.30 e 21.30

- N. ac. men. 13 a.

SEM CULPA FORMADA

Um filme de Claude Miller

c/ Romy Schneider, Lino Ventura

e Michel Serrail

ODEON 328283/4

R. Condes, 12 a 20

15.15, 18.15, 21.30

int. men. 13 a.

CANGAL FERROZ

contém cenas eventualmente chocantes

PATHE 821933

R. Francisco Sanches, 122

Às 14, 17.30 e 21.30

Para todos m. 6 anos

MUSICA NO CORAÇÃO

Colorido com Julie Andrews e Christopher Plummer

Colorido

ROMY SCHNEIDER numa cena do filme
«A BANQUEIRA» em exibição nos cinemas
ESTÚDIO 444.

QUARTETO 771378

R. Flores de Lima, 16

SALA 1

Às 14.30, 16.45, 19, 21.15 e 23.30

- Int. men. 18 a.

CRÔNICA DA MAIS VELHA

PROFISSÃO DO MUNDO

Realização de Daniel Duval

SALA 2

Às 14.30, 16.45, 19 e 23.15

- Int. men. 13 a.

VIAGENS ALUCINANTES

As 00.45 - M. 18 a.

AMERICAN GRAFFITI

de George Lucas

SALA 3

Às 14, 16.30, 19 e 21.45

- N. ac. men. 13 a.

MISTÉRIO D'OBERWALD

As 00.45 - M. 18 a.

LUMIÈRE

SALA 4

Às 14, 16.30, 19 e 21.45

- M. 18 a.

AMOR E RAIVA

de Lizzani, Bellochio, Pasolini

As 00.45 - M. 18 a.

A AVENTURA DO POSEIDON

ROMA 887778

Av. de Roma, 14 M-N

Às 14.45, 17, 19.15 e 21.30

OS GUERREIROS DA FÓRMULA 1

ROXY 548560

Av. Almirante Reis, 20

Às 14, 16.30, 19 e 21.30

- N. ac. men. 18 a.

A FORTALEZA SECRETA

c/ Chuck Norris e Lee Van Cleef

Colorido

S. JORGE 579144-579344

Av. da Liberdade, 175

S. JORGE SALA 1

Às 15.15, 18.30 e 21.30

- N. ac. men. 13 a.

A AMANTE DO TENENTE FRANCÊS

c/ Meryl Streep e Jeremy Irons

4.ª Semana

S. JORGE SALA 2

Às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45

- Int. men. 13 a.

007 MISSÃO ULTRA-SECRETA

c/ Roger Moore e Carole Bouquet

17.ª Semana

S. JORGE SALA 3

Às 14, 17.30 e 21

- Int. men. 18 a.

FRANCISCA

Um filme de Manoel de Oliveira

7.ª Semana

SATÉLITE 562632

Av. Fontes Pereira de Melo, 61

Às 14, 16.30, 19 e 21.30

- N. ac. men. 13 a.

Oscar da Academia 1981 para a melhor

atriz

A FILHA DO MINERO

c/ Sissy Spacek

7.ª ARTE 730715

Av. República, à Est. de Entre Campos

Às 14.45, 17, 19.10, 21.30 e 24

- N. ac. men. 13 a.

A AMANTE DO TENENTE FRANCÊS

c/ Meryl Streep

Domingo às 11.15 - Para Todos

PANTERA E OS SEUS AMIGOS

STAR 804210

Av. Guerra Junqueiro, 14-C

Às 14.30, 18 e 21.30

- N. ac. men. 13 a.

UNS E... OS OUTROS

70 actores de primeiro plano

9.ª Semana

TERMINAL 611573

Estação do Rossio

Às 11, 13, 15, 17, 19, 21.30 e 23.30

- Int. men. 13 a.

Bem-vindos ao «Clube dos Malandrecos»

Frequência altamente selecta.

O CLUBE DOS MALANDRECOS

c/ Chevy Chase e Rodney Danger Field

TIVOLI 570595

Av. da Liberdade, 188

Às 14, 16.30, 19 e 21.30

- Int. men. 13 a.

TUDO BOA GENTE

Julie, Larry Hagman

VOX 880808

Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 879

Às 14.15, 16.30, 18.15 e 21.30

- N. ac. men. 13 a.

Um filme encantador

O PEQUENO LORD

c/ Ricky Schroder e Alec Guinness

16.ª Semana

XENON 368480

Av. da Liberdade, 9

Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30

- N. ac. men. 18 a.

O NEVOEIRO

11.ª Semana

outros cinemas

Lisboa

ALFA 1 - «Fuga para a Vitória», às

21.30 (13 anos)

ALFA 2 - «Os Salteadores da Arca

Perdida», às 21.30 (13 anos)

ALFA 3 - «Tudo Boa Gente», 21.30 (13

anos)

CITY CINE - «O Pequeno Lord», às

21.30 (13 anos)

POLITEAMA - «A Fortaleza Secreta»,

21.30 (13 anos)

MUNDIAL - «Fuga para a Vitória», às

21.30 (13 anos)

OLIMPIA - «A Vénus do Século», Ses-

sões permanentes, (18 anos)

CAPITULO - «Magia do Prazer», às

21.00 e 23.00 (

PORTE
PAGO

DL

PROPRIEDADE, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
Administração, Redacção, Serviços Técnicos
e Publicidade:
RUA LUZ BORNAND, 44 - 1200 LISBOA
Telefones: 321154/5 - 320271/2/3
Publicidade: 368740

Agências, Assinaturas e Contabilidade:
Rua Castilho, 185-1.º - 1100 LISBOA
Telefones: 654531/2/3

Serviço de noite (depois das 21)
Porteiro: 321154
Redacção: 320271/2/3
Mensagens gravadas: 320229

Endereço telegráfico DIBOA
Telex 12363 LISBOA PORTUGAL

Delegação do Porto:
Rua do Almada, 30-2.º - 4000 PORTO
Telefones: 20954/5



MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR BAIXA-MAR
11.05 3,3 m 4.27 1,9 m
23.41 3,4 m 17.02 1,8 m
Dia 20
5.31 1,8 m
12.09 3,4 m 17.55 1,7 m

TEMPERATURAS DO AR
ÀS 9 HORAS

Viana do Castelo	9°
Bragança	4°
Vila Real	3°
Porto	2°
P. Douradas	2°
Coimbra	6°
C. Carveiro	11°
Portalegre	7°
Lisboa	7°
Évora	7°
Beja	6°
Sagres	12°
Faro	7°
P. Delgada	12°
Funchal	15°

últimas

FALSO SURDO-MUDO AN-
GARIOU 4600 CONTOS du-
rante os 11 anos que solicitou
donativos destinados a uma pre-
tensa intervenção cirúrgica a
realizar na Alemanha. Tem ape-
nas 22 anos e chama-se Amé-
rico e, segundo ele próprio con-
fessou à Polícia Judiciária, desde 1970 que vem ludibriando
a carteira e os sentimentos hu-
manitários das pessoas incau-
tas. Com documentos forjados
de várias instituições, contac-
tava entidades, organismos e
empresas, que não deixavam de
contribuir para os 1200 contos
necessários à cura (?). O mon-
tante das verbas assim obtidas
foi calculado com base nas suas
próprias contas devidamente
escrituradas. Aguarda em liber-
dade a conclusão do processo
agora iniciado.

MANTIDA A PRISÃO pelo juiz
de Instrução Criminal a quem
ontem mesmo foi apresentada a
mulher que há dias assassinou o
marido com um «bibelet», simu-
lando depois tratar-se de um as-
salto para iludir as autoridades,
como ontem noticiámos. Apre-
sentada ao magistrado encarre-
gado de decidir da sua situação,
Luísa Perpétua Vidal Gouveia
Queirós, de 26 anos, confessaria
o crime e a tentativa de se ilibar
de responsabilidades, alegando
ter agido daquele modo devido
aos maus tratos que vinha rece-
bendo do marido, José Manuel
Alves Queirós, de 31 anos, no-
meadamente agressões violentas.
A vítima era proprietária da
«boite» Rei Kuango situada na
Avenida Carlos Reis, ao Rego,
em Lisboa, para além de outros
negócios pouco transparentes.
Um seu ex-sócio nos vários ne-
gócios seria assassinado em Se-
ntembro último quando se encon-
trava dentro do seu automóvel
estacionado junto ao Aeroporto
da Portela, em circunstâncias
ainda envolvidas em mistério. O
drama desenrolou-se na casa
que habitavam em Oeiras, lote
12C da Rua Um.

EXPLOSO FERIU TRABAL-
HADOR provocando-lhe quei-
maduras graves que obrigou a
internamento hospitalar na
Porto. Ocorreu esta manhã na
secção de tinturaria da fábrica
têxtil Delfim Ferreira, situada em
Arcozelo, Gaia, destruindo aque-
las instalações e atingindo o ope-
rário, Mário Assunção Garrone,
de 26 anos, casado, residente no
Bairro Piscatório de Espinho.

TABACARIA ASSALTADA com
vista à subtracção daquele ar-
tigo, em risco de desaparecer do
mercado devido à greve dos tra-
balhadores da Tabacaria. Foi na
Avenida Infante Santo que o es-
tabelecimento situado no nú-
mero 70 e usa o nome da artéria,
foi alvo de arrombamento e, para
além do desaparecimento de
outros artigos de menor valor,
deu-se pela falta de substancial
quantidade de volumes de cigar-
ros.

UM VIOLENTO INCÊNDIO
DESTRUIU FÁBRICA DE CON-
FECÇÕES ao princípio da ma-
drugada em Vilar de Pinheiro.
Desconhecem-se ainda as cau-
sas do sinistro, pertencendo a
fábrica à firma «Confecções
Mota, Limitada».

O tabaco está a faltar e fala-se de importações

É uma hipótese, mas esta ainda por concretizar, a
importação, por parte da Tabacaria, de tabaco
confeccionado em Espanha numa quantidade que se
destinaria a suprir as carências que actualmente se
verificam no mercado nacional, provocadas pelas
nacionalizações dos trabalhadores daquela empresa pública.

Um matutino de Lisboa, o
«Correio da Manhã» sugeria na
sua edição de hoje que tal im-
portação poderia e deveria ser
evitada, avançando com o sen-
tido de alguma urgência uma
solução para o problema do
abastecimento: o rápido de-
simpaciar do processo de de-
simpaciar de grandes
quantidades de tabaco que se
encontram retidas em arma-
zéns da Guarda Fiscal, produto
de apreensões diversas feitas
ultimamente. Os tribunais de-

veriam precipitar os processos
e desembarcar o tabaco, que a
Tabacaria depois distribuiria
(não se sabe como, entretan-
to). Para isso, seria absoluta-
mente necessário que o Go-
verno (nomeadamente os mi-
nistérios que têm a ver com o
caso, e desde logo o das Fi-
nanças) tivesse vontade, ca-
pacidade e rapidez de decisão.
Isto, porque, entretanto, a
Tabacaria terá feito contactos
já com a multinacional Phillips
Morris, a laborar em Espanha.

A linha de crédito já estaria
aberta, e a operação seria uma
questão de dias. O Executivo
deveria agir imediatamente,
antes de mais porque o mon-
tante das importações deverá
elevar-se a qualquer coisa
como 300 mil contos, em divi-
sas que sairão do País.

Tanto quanto o «DL» pôde
apurar, o Banco de Portugal
não teria, esta manhã e pelo
menos oficialmente, conheci-
mento de tal operação em
perspectiva — que, naturalmen-
te, tem de sancionar.

E, também tanto quanto o
«DL» pôde apurar, nenhum
departamento do Executivo
parece na iminência de enfren-
tar a situação, a não ser, por
força de lei, o Ministério do

Trabalho. O que, por certo, não
significa que o problema venha
a ser abordado ao mais alto
nível e objecto duma resolução
tendente a evitar a importação
e a saída de divisas que ela
representa.

No entanto, o desembaraço
fiscal — que só os tribunais
podem decidir — do tabaco
apreendido em armazém
apresenta-se como solução de
tal modo remota, além de pre-
cária (porque estaria longe de
resolver o problema do abas-
tecimento) que essa hipótese
não parece de encerrar senão a
nível da especulação.

Habitualmente, os tribunais
demoram meses ou mesmo
um ano e mais, a resolver si-
tuações como a dos tabacos

de contrabando apreendidos.
Dificilmente pois se encontra-
ria solução dum dia para outro
ou mesmo em poucos dias, por
mais vontade e resolução que
o Executivo pudesse revelar.

Entretanto, o tabaco vai fal-
tando, (em nem tanto em Lis-
boa como na generalidade da
provincia, onde as faltas são já
muito sensíveis desde há dias.

Esta relativa disparidade
explica-se pelo facto de ser em
Lisboa que se encontram os
maiores armazéns, muitos dos
quais se proviram recentemen-
te, aproveitando condições
especialmente favoráveis que
a administração da Tabacaria
lhes ofereceu.

Os incidentes na Marinha Grande

Sobreviventes e familiares dos mortos do «18 de Janeiro» opuseram-se à romagem da UGT — afirma responsável do PCP

A direcção regional de Leiria
do PCP estava ainda reunida ao
fim da manhã, na Marinha
Grande, para apreciar e elaborar
um comunicado sobre os inci-
dentes ocorridos ontem, no ce-
mitério local, entre membros do
PS e da UGT e sobreviventes e
vários familiares dos operários
do 18 de Janeiro.

Para um responsável do PCP,
contactado pelo «DL» e que la-
mentou os incidentes, quer os
familiares dos operários já mor-
tos quer boa parte dos sobre-
vivos da data histórica da Mari-
nha Grande não puderam conter
a indignação pelo que considera-
ram de traição à memória dos
seus companheiros e familiares.
Foram eles, aliás — frisou-nos —
que se colocaram junto das
campas com o objectivo de im-
pedir que «pessoas que nos nos-
sos dias se manifestam contra a
greve geral viessem hipocrita-
mente homenagear os comba-
tentes de 1934».

A mesma fonte indicou-nos
que outro facto ofendeu dura-
mente os sobreviventes do 18 de
Janeiro. É que, na véspera, do-
mingo, decorreria, organizada
pelos sobreviventes e pelo Sin-
dicato Vidreiro, a habitual e con-
corrida romagem antecipada
para permitir que outros traba-
lhadores do concelho pudessem
igualmente participar. Pelo con-
trário, os referidos membros do
PS e dirigentes da UGT optaram
por uma romagem paralela, de
cuja realização se falava já há
dias, naquela vila.

Relativamente às cenas de

violência de que a ANOP se fez
eco, o responsável comunista da
Marinha Grande considerou que
não tiveram a dimensão propa-
lada, referindo a circunstância
até de não ter sido necessária a
intervenção policial, pois foram
membros da comissão concelha
do PCP que tiveram papel mode-
rador nos acontecimentos, evi-
tando piores consequências.

Para o mesmo responsável do
PCP não merecem comentários
sequer as afirmações do diri-
gente do PS Edmundo Pedro, na
sessão realizada ao fim da tarde
na vila, com a presença do presi-
dente e do secretário-geral da
UGT, respectivamente Miguel
Pacheco e Torres Couto. Aquele
membro da ala soarista do PS
declarara que o «espírito fasci-
zante e neonazi» dos elementos
do PC local «conspicou os
ideais do 18 de Janeiro de
1934».

«Inqualificáveis» assim consi-
derou o mesmo dirigente comu-
nista as insinuações e referên-
cias do comunicado da Comis-
são Permanente — a pretexto dos
incidentes de ontem, sobre a
morte acidental, há poucos dias,
de um militante na sede do PCP
e sobre os incidentes ocorridos
na Marcha da Paz.

Torres Couto «frustrado»

Na referida sessão de ontem,
na Marinha Grande, o dirigente
da UGT, Torres Couto, confes-
sou-se frustrado com o ocorrido.

alegando os seus bons esforços
para «encontrar a unidade de
todos os trabalhadores...».

Para o mesmo responsável da
UGT «o que aconteceu na Mari-
nha Grande dá razão aos que me
atacavam e demonstra que a fi-
nal lutava por uma causa errada,
pois a unidade só se pode fazer
com democracia e comporta-
mento do PCP nada tem a ver
com a democracia».

O presidente da Câmara Mu-
nicipal da Marinha Grande, João
Barros Duarte, eleito pela APU,
assistiu à intervenção de Emílio
Santana, mas abandonou a sala
quando Torres Couto usou da
palavra.

Entretanto, no seu comuni-
cado, a Comissão Permanente
do PS diz que «a violência pre-
meditada da provocação e das
agressões fazem recordar os
dias mais quentes do Verão-75 e
confirmam a análise que a direc-
ção do PS vem fazendo a propó-
sito da actuação desestabiliza-
dora e antidemocrática do PCP,
inserida numa estratégia que
transcende os interesses portu-
gueses».

O comunicado diz ainda que
os elementos do PS e da UGT
foram apelidados de «traidores»,
«elementos da CIA» e que foram
agredidos, o deputado Leonel
Fadigas e «vários outros socialis-
tas», destacando António Duarte
que terá ido receber tratamento
ao hospital de Leiria. Segundo a
ANOP, outros dos agredidos
foram Jorge Rodrigues e Vítor
Hugo Sequeira, ambos também
dirigentes da UGT.

Devido à queda de uma grua

Linha de Sintra 'cortada' até ao princípio da tarde

Os comboios funcionam
desde o princípio da tarde nos
dois sentidos na Linha de Sintra,
depois da sua circulação entre o
Rossio e Sintra e vice-versa ter
sido interrompida devido à
queda na Damaia de uma pá me-
tálica do vagão que todos os
dias, durante a noite, faz a remo-
ção do aluimento de terras da
via. O acidente ocorreu por volta
das cinco horas, junto da Damaia
(entre Amadora e Benfica) afec-
tando não só o troço ferroviário
no local como o sistema de cate-
nária. Durante seis horas auto-
carros da Carris fizeram o trans-
bordo de passageiros entre
Amadora e Benfica.

Interrompida nos dois sentidos
entre as estações de Sintra e do
Rossio e vice-versa, a circulação
veio a ser retomada, mantendo-
se o corte entre Amadora e
Benfica por mais de sete horas.
Entre estas duas últimas esta-
ções os utentes da CP viajaram
em autocarros da Carris em nú-
mero que esteve aquém de res-
ponder às suas necessidades.
Inicialmente, a Carris pôs dez au-
tocarros ao serviço dos utentes
da CP e, mais tarde, reforçou-os
com outros 16.

Mas 26 autocarros, para mais
quando o trânsito era, entre
Amadora e Benfica, intensis-
simo, não foram suficientes para
a maioria dos utentes da linha de
Sintra chegar a tempo e horas
aos seus empregos. A procura
de táxis foi também constante,
revelando-se o número escasso
ante tanta solicitação. A CP, ao
que nos afirmou esta manhã um
porta-voz das Relações Públi-
cas, ainda contactou a Rodoviá-
ria Nacional a fim de reforçar a
frota dos autocarros da Carris
operando entre as estações da
Amadora e Benfica e vice-versa,
mas não teve resposta positiva.

Uma vez mais, a interrupção
da Linha de Sintra, antes e du-
rante o chamado período de
ponta da manhã, provocou gra-
ves transtornos aos seus uten-
tes, que chegaram a Lisboa (ou a
Sintra) muito depois da hora de
entrada para os seus empregos.

A circulação só foi normali-
zada ao princípio da tarde, de-
pois do pessoal de via e obras da
CP ter trabalhado durante mais
de seis horas para desobstruir a
via, retirando a estrutura metá-
lica que sobre ela se abateu. Foi
também necessário regular o sis-
tema de sinalização da via fér-
rea, alterado pela queda da pá
metálica do comboio-vagão de
limpeza que à noite recolhe as
terras aludidas ao longo da linha
por via do mau tempo.

SERRA NEVADA

PARAÍSO DE FÉRIAS NA NEVE
NA VIZINHA ESPANHA

AUTO - FÉRIAS

PROGRAMA DE ESTADIAS EM
CATEGORIZADOS HOTéis
E APARTAMENTOS

HOTELS

Desde 580\$ pessoa/dia

APARTAMENTOS

Desde 490\$ pessoa/dia

Possíveis estadias interiores
a uma semana

APOSTE NA QUALIDADE

VIAGENS
HORIZONTE
CONSULTE O SEU AGENTE DE VIAGENS